

ORÇAMENTO. 2019



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais

ev CA
H.



**Instrumentos de Gestão Previsional
para o Triénio 2019 - 2021**



OK
ex
ad.

ÍNDICE

PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	5
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	11
C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	17
D – PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	21
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O TRIÉNIO 2019-2021	24
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O TRIÉNIO / PRESSUPOSTOS	25
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	44
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	45
III – EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	47
ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO PARA O TRIÉNIO 2019-2021	50
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	52

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-006 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

www.goportos.pt



ca
gr
ld.

PREÂMBULO

A partir de finais de 2016, e resultante da decisão do Município do Porto de ampliar o objeto social da Empresa Municipal Gestão e Obras do Porto (GO Porto) à gestão, exploração e rentabilização do património não habitacional, das infraestruturas urbanística e dos equipamentos cuja gestão lhe seja delegada, esta empresa passou a concentrar todas as diferentes etapas de um empreendimento, passando de uma estrutura organizativa prestadora de serviço, para uma estrutura comprometida com uma gestão integral dos empreendimentos que administra.

Comparativamente com os estatutos que vigoraram até 2016, e que limitavam o objeto social da GO Porto às fases de promoção, construção, renovação, beneficiação e conservação, *stricto sensu*, do património e das infraestruturas do Município do Porto, observa-se agora com os novos estatutos, que esta Empresa Municipal circunscreve uma atividade estratégica que abrange 360 graus no ciclo de vida dos empreendimentos, conforme retratado no quadro seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação <i>ex-ante</i> da necessidade	CMP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

Desta forma, a GO Porto como organização de natureza empresarial, encontra-se mais apta a planejar a sua ação, a gerir a fase em que o empreendimento se encontra, podendo também, a cada passo, definir ou ajustar a estratégia a implementar, assimilando novas competências e retirando ensinamentos e aprendizagens da sua ação. É de notar também, que ao integrar no seu objeto social novas e exigentes atividades, que convocam a mobilização e alocação de adicionais e especializados recursos, humanos, materiais e tecnológicos, o custo da estrutura evoluirá, face aos valores históricos, para níveis mais elevados, tal como se evidencia nos mapas orçamentais.

Assim, conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da GO Porto e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional para o Triénio 2019-2021.



gr da
H.

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documento de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da Empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

Assim, apresenta-se para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.



OK
OK
OK



Gr. ON
M.

A – ENQUADRAMENTO

1 – INTRODUÇÃO

Desde 2017, com a ampliação do objeto social da GO Porto descrita no ponto anterior, os planos anuais e plurianuais desta Empresa passaram a agregar uma gama vasta de empreendimentos, assente na elaboração e concretização de projetos, obras, gestão e exploração de imóveis, convertidos em procedimentos especializados e rigorosos, tendo em vista, dar corpo às exigências dos seus clientes, em cumprimento da sua missão de prestar um serviço de excelência, alicerçado no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos,

2 – OBJETIVOS PARA O TRIÉNIO 2019-2021

Em 2019, e assente no atual regime jurídico da atividade empresarial local aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GO Porto prosseguirá a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, com a pretensão de assegurar a grande reabilitação dos edifícios não habitacionais e a gestão integrada de todo ciclo de vida das infraestruturas urbanas do Município do Porto, cuja exploração e rentabilização lhe seja delegada. Para o efeito, e conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta atividade tem assento em adjudicações de serviços por intermédio, por um lado, de um contrato denominado de Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE), desta forma, reiterando o típico processo de ligação institucional/contratual que vinha, desde a sua fundação, a manter com o Município do Porto e, por outro lado, no âmbito do n.º 1 do artigo 50.º, de um Contrato-Programa (CP), onde constam a missão, as obrigações e as responsabilidades da GO Porto como Empresa Municipal orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias municipais nele indicados.

Para 2019, e continuando a estratégia em curso, a GO Porto, em homenagem ao seu objeto social e à sua função no universo municipal, reforça a aposta na colaboração, permanente e estreita, com a estrutura autárquica na prossecução dos objetivos comuns nas diversas áreas. Para isso, continuará a privilegiar a simplificação, a eficácia e a responsabilização nas relações e comunicações entre as diversas unidades orgânicas camarárias que tutelam os empreendimentos em curso, bem como com todas as entidades participadas pelo Município do Porto.

A GO Porto, com suporte nesta estratégia, está em condições de assumir e garantir, no Triénio 2019-2021, o cumprimento dos contratos a celebrar com a Câmara Municipal do Porto, prosseguindo e atingindo os sobreditos objetivos, sem prejuízo de outras colaborações que, de forma cabal e sustentada, lhe sejam, em qualquer momento, solicitadas pela Autarquia.



ex
lt.
ca

A GO Porto continuará empenhada em rentabilizar os seus recursos e know-how, empreendendo esforços no sentido de alargar a sua atuação a outros mercados fora da esfera exclusiva do Município do Porto – embora sempre a ele subordinada e/ou interligada –, como forma de contribuir não só para o bem público, mas também para a redução dos encargos implicados na sua estrutura.

Tendo já sido capaz de introduzir, no Triénio que se completou, mecanismos e processos de trabalho que incrementaram os níveis de produtividade, através de um desafio coletivo e de propostas individuais, devidamente espelhados em objetivos (de empresa, de direção e individuais) mensuráveis e controláveis, a aposta assumida para o Triénio 2019-2021, em reforço do caminho trilhado, passará também pelo desafio da auto aprendizagem, com estudo e a criação de soluções, mecanismos e instrumentos técnicos, jurídicos e de gestão que permitam conceber e implementar opções que tornem as obras públicas municipais cada vez mais controladas, com menos custos associados e com maiores garantias de perfeição na sua execução.

Neste específico domínio de inovação, a GO Porto dará plena expressão à solução técnico/contratual já devida e adequadamente testada e verificada por instâncias jurisdicionais de controlo, que permitem assegurar a adjudicação de determinada tipologia de obras públicas, independentemente do valor, com efeitos praticamente automáticos. Neste domínio, no Triénio 2019-2021, esta solução continuará operacional, quer para a execução de obras de pavimentação da via pública que o Município do Porto decida executar, quer para a implementação de correções necessárias levar a cabo em sede de pós-construção.

3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

A GO Porto, no triénio em plano, continuará a privilegiar o reforço das medidas de coordenação, controlo e monitorização interna destinadas a assegurar a qualidade dos serviços prestados pela Empresa. Nesse quadro, inscreve-se a continuação da política de transparência e publicidade na atuação, na auditoria interna, designadamente às obras e à gestão da própria Empresa, e na responsabilização dos fornecedores em caso de incumprimento censurável.

Neste sentido, a GO Porto manter-se-á atenta às necessidades que possam surgir no ajustamento ao seu modelo de gestão de empreendimentos, tarefa alicerçada na reflexão de grupo e numa estratégia de envolvimento dos colaboradores que se mostrou eficaz no decurso do Triénio que se concluiu, com especial ênfase nas atualizações das suas tecnologias informáticas de controlo, monitorização e gestão, onde se destacou a entrada em ambiente produtivo no mês de abril de 2016, de uma nova aplicação informática de gestão de empreendimentos – designada de “Int’Gaal” - que, enquanto motor de gestão documental e de definição de tarefas por processos, veio trazer a mais-



CR
St.
CR

valia da adoção de uma estratégia de pluridisciplinaridade com três vertentes de execução paralelas: gestão, jurídica e administrativa que, desta forma, horizontal e diferenciada dentro da GO Porto, abrange todos os serviços que solicitam, suportam financeiramente, gerem e controlam os processos de aquisição de serviços e bens ou de execução de empreitadas.

Ainda em relação aos investimentos previstos para o Triénio 2019 – 2021 no âmbito da área de Sistemas de Informação, e, nalguns casos, dando seguimento dos procedimentos iniciados nos anos de 2017 e 2018, importa salientar alguns processos nesta área:

- Trabalhos de desenvolvimento e melhoria da aplicação Int'Graal, com a criação de novas funcionalidades que permitirão obter maior eficiência em alguns processos e procedimentos gerais, o que poderá representar no final de 2019, um investimento total de 40 mil euros.
- Consultas preliminares ao mercado, com o objetivo de equacionar a substituição de algumas das aplicações informáticas em uso na empresa, por uma solução mais integrada, total ou parcialmente, e mais concorrencial, no que ao suporte de manutenção diz respeito. Em concreto, para este eventual investimento informático, a GO Porto incorporou no orçamento deste triénio, uma dotação de 200 mil euros,
- Uma aplicação informática para a gestão da área de Recursos Humanos que, e por forma, a dar resposta às ações de melhoria que vêm sendo apontadas nas diversas auditorias da Qualidade, permita incorporar os novos procedimentos de Avaliações de Desempenho e Gestão de Formação, processos em fase de desenvolvimento ao abrigo de uma assessoria externa contratualizada para o efeito, sendo um investimento total estimado em 50 mil euros.
- Uma aplicação informática de Business Intelligence, solução imprescindível para a gestão e monitorização dos diversos processos de negócio da GO Porto, com um custo total de investimento de 50 mil euros.

Por fim, e para os anos de 2020 e 2021, os investimentos previstos nas restantes rubricas estão relacionados com algumas necessidades anuais de atualização do parque de equipamentos informáticos, auxiliares e administrativos.

4 – ORGANIZAÇÃO

No seguimento da reestruturação organizativa e, por forma, a assegurar uma maior especialização nas áreas próprias de atuação da GO Porto, a Empresa integrará todas as suas atividades do seu *core business* num sistema de Gestão da Qualidade, que zelará pelo cabal cumprimento das exigências legais e regulamentares em matéria de licenciamento, trabalho, segurança, saúde e higiene.

A GO Porto está organizada de forma flexível, assentando as suas competências numa base extensa, abarcando



GR
dt.
OH

multidisciplinarmente as várias vertentes da engenharia, potenciada pela sua estrutura matricial que permite com facilidade a adaptação aos vários desafios que lhe vão sendo lançados ao longo do tempo e que se traduzem em alterações quer no objeto, quer na dimensão dos empreendimentos que gere. Desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simples intervenção de gestão de garantias de construção, a estrutura da GO Porto continuará a melhorar no sentido de responder com eficácia e de uma forma adequada às necessidades de gestão do processo.

Transversalmente, o Sistema de Informação da GO Porto integrará as diferentes áreas de atuação da Empresa (área de exploração e área de gestão de empreendimentos) através de: Gestão dos processos de comunicação, Gestão da Qualidade, Planeamento e Controlo e Gestão Documental, tendo em vista, garantir um correto acompanhamento e coordenação do plano de atividades e a disponibilização de todos os documentos que se mostrem necessários à instrução de processos externos, tais como, candidaturas a financiamentos e auditorias.

5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

A GO Porto depende, na realização de pagamentos a terceiros, das disponibilidades de tesouraria do seu principal cliente – o Município do Porto. Exigir dos fornecedores o cumprimento rigoroso dos termos contratualizados no que respeita a prazos, custos e qualidade de execução, para, com isso, obter os resultados pretendidos de forma clara e transparente, requer o cumprimento recíproco, por parte da GO Porto, das obrigações que assume.

Os atrasos nos pagamentos devidos aos adjudicatários têm reflexos negativos na possibilidade de monitorização, controlo e tomada de ações corretivas sobre o cumprimento dos objetivos contratuais, pelo que, o rigor na solvabilidade de compromissos financeiros com terceiros por parte da GO Porto é um objetivo estratégico fundamental a assegurar.

6 – SISTEMA DA QUALIDADE

Com base no princípio que a Qualidade é um fator determinante na cultura e desenvolvimento da organização, a GO Porto considera imperativo manter-se certificada ao abrigo da norma NP EN ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade, motivo pelo qual já concretizou o processo de transição para a nova norma - ISO 9001:2015 - em julho de 2018.

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado, constitui uma das principais ferramentas de gestão interna capaz de acrescentar valor e permitir otimizar a *performance* e a qualidade do serviço, reconhecendo-se o seu contributo na análise das necessidades e expectativas dos clientes, que garantam a sua satisfação e confiança



gr
lt.
an

relativamente aos serviços que são prestados pela empresa, nos esforços orientados para a melhoria contínua dos processos de produção e dos serviços e, inevitavelmente, na obtenção dos melhores resultados.

Face ao exposto, a empresa continuará a desenvolver, durante o Triénio 2019 – 2021, ações que visem, por um lado, assegurar o normal funcionamento do SGQ e, por outro lado, a responder aos novos desafios que são colocados pela nova ISO 9001:2015, nomeadamente:

- Definição de Planos de Ação detalhados, que ajudem a suportar a estratégia da empresa e as principais linhas orientadoras de atuação;
- Definição de indicadores de gestão, que permitam avaliar continuamente, e de forma cada vez mais rigorosa, a posição e a evolução dos processos e dos objetivos que lhe estão indexados;
- Desenvolvimento de ferramentas informáticas que visem melhorar a monitorização e medição dos objetivos;
- Avaliação periódica dos riscos e/ou oportunidades definidos, e que potencialmente possam afetar a capacidade de atingir os resultados pretendidos;
- Avaliação periódica das partes interessadas consideradas relevantes para a empresa, de modo a compreender e a satisfazer melhor as suas necessidades e expectativas;
- Avaliação periódica do desempenho do SGQ, traduzindo o seu resultado em relatórios de gestão específicos.

É pretensão ainda, propor a extensão do âmbito da empresa, através da inclusão da nova área de negócio – Gestão e Exploração –, e o conseqüente desenvolvimento do processo produtivo e eventuais procedimentos que se justifiquem necessários.



SR
H.
CA

B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE ATIVIDADES

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

No Triénio 2019-2021, e tendo por referência as delegações de gestão, exploração e rentabilização, que estão atribuídas, em Contrato-Programa, pelo Município do Porto à GO Porto, deve referir-se que estão relevadas nesta área de exploração, os empreendimentos seguintes:

1. Mercado Temporário do Bolhão:

Enquanto decorre a empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, os comerciantes do interior e os inquilinos do exterior do edifício do Bolhão foram transferidos para um espaço de caráter provisório, nomeadamente o Mercado Temporário do Bolhão (MTB). Este espaço abriu ao público no dia 02 de maio de 2018 e foi necessário atribuir dotações orçamentais para um conjunto de gastos e proveitos a incorrer com a exploração funcional, operacional e promocional do MTB.

Tendo presente, que a gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão irá decorrer até ao final do 3º trimestre de 2020, aproximadamente, entre os gastos mais relevantes estimados, destacam-se:

1.1. Os encargos decorrentes da gestão operacional do mercado ao nível de:

- Vigilância, permitindo que o novo espaço apresente as condições de segurança adequadas para os Comerciantes, Inquilinos e demais utilizadores;
- Limpeza, de forma a que o espaço que alberga 64 comerciantes dos 9 inquilinos tenha as melhores e mais eficazes condições de limpeza;
- Manutenção técnica dos equipamentos e sistemas para um normal funcionamento de um espaço público;
- Gestão dos resíduos produzidos e da inerente necessidade de valorização dos mesmos, por parte da origem da sua produção;
- Atividade Higié-sanitária, permitindo a consciencialização de cada comerciante para a segurança alimentar e toda a inerente obrigatoriedade legal;
- Fiscalização da atividade desenvolvida pelos comerciantes e da importância do cumprimento da regulamentação em vigor no quotidiano diário do mercado.

1.2. Os encargos de promoção institucional e comercial, considerados essenciais à pretendida dinamização e projeção pública do espaço nomeadamente, mas não exclusivamente:

- Campanhas “Sábados no Mercado”, pretendendo transmitir a mensagem de que o dia de sábado é o principal dia da semana para a realização das compras no Mercado Temporário do Bolhão (Chef no Bolhão, Sábados em família, Bolhão em festa, Sábados à conversa e Torneio de xadrez);
- Campanhas sazonais de Natal, Páscoa, Verão, S. João, S. Martinho, entre outras, com parcerias locais no sentido de promover os produtos alusivos a cada época do ano e a dinâmica do próprio mercado;
- A dinamização do mercado através das redes sociais e todas as componentes multimédia e digital;
- A dinamização do mercado e das suas campanhas através dos recursos de comunicação e promoção existentes, bem como ao nível de atuação momentânea em diversos locais, denominadas campanhas de rua;
- Realização de Spots promocionais para transmissão em meios de comunicação social (Rádio, Televisão, Jornais, etc.);
- Parcerias específicas com determinadas entidades e cariz social.

Do lado dos proveitos, encontram-se consideradas as taxas e preços atribuídos e estipulados aos ocupantes do Mercado Temporário, nomeadamente a comerciantes e inquilinos, nos pressupostos definidos em deliberação de Câmara Municipal do dia 1 de fevereiro de 2016, nomeadamente:

- Os comerciantes existentes do interior do mercado usufruíram de uma redução de 40% até à transferência para o Mercado Temporário do Bolhão;
- Nos primeiros 12 meses de instalação no Mercado Temporário do Bolhão a redução acima mencionada de 40 % manter-se-á;
- Após os 12 meses e até ao regresso ao Mercado do Bolhão requalificado, o valor das taxas será reduzido em 20 % do valor constante do Código Regulamentar do Município do Porto;
- No futuro mercado requalificado, não existirá qualquer redução de taxas, mas também não verão um agravamento das taxas previstas no Código Regulamentar do Município do Porto;

Relativamente aos inquilinos do exterior do mercado que se instalaram no Mercado Temporário do Bolhão, as rendas mantiveram-se sem alterações, apenas adaptadas às áreas dos novos espaços, nos pressupostos definidos em sessão extraordinária de assembleia municipal realizada em 29 de janeiro de 2018.



ex
st.
ca

2. Mercado do Bolhão:

Após a conclusão, no terceiro trimestre de 2020, da obra de restauro e modernização do Mercado do Bolhão, obra esta, gerida pela GO Porto ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, com um custo total estimado de 22.379 mil euros, dar-se-á início à fase seguinte de gestão e exploração funcional, operacional e promocional deste novo espaço, cujos gastos a incorrer centrar-se-ão, e à semelhança dos estimados para o Mercado Temporário do Bolhão, por um lado, em encargos de limpeza, manutenção, vigilância, fiscalização, eletricidade, gás, água, saneamento e gestão de resíduos, entres outros e, por outro lado, em custos de promoção institucional e comercial, tais como, eventos, ações promocionais, decoração e multimédia, que serão essenciais à pretendida dinamização e projeção pública deste imóvel da cidade do Porto. De evidenciar que contrariamente ao ocorrido com o Mercado Temporário do Bolhão, encontram-se estimados custos relacionados com eletricidade, água e gás de zonas consideradas comuns, sendo que nos espaços a ocupar pelos respetivos comerciantes e inquilinos, cada um será detentor do próprio contrato de serviços mencionados (Água, eletricidade e gás).

Em contrapartida, estima-se que a gestão do Mercado do Bolhão restaurado e modernizado, entre taxas, rendas e outras receitas definidas em Código Regulamentar do Município, venha a permitir encaixar um volume de proveitos suficiente para o equilíbrio dos resultados de exploração logo a partir dos primeiros anos de atividade do imóvel, que devolverá à cidade um dos seus mais importantes valores patrimoniais, intacto na sua essência e sempre como mercado, tradicional e público, de frescos, tal como nasceu.

Durante o ano de 2019 serão promovidos concursos públicos para ocupação de novos espaços no mercado do bolhão, tais como, 45 bancas interiores, restaurantes também no interior e lojas no exterior, possibilitando a obtenção de, por um lado, uma maior variedade de produtos e serviços no Mercado do Bolhão, bem como um valor maior de receita que, comparando com a atualidade, poderá chegar a valores anuais de receita na ordem de um milhão e cem mil euros.

3. Antigo Matadouro Industrial do Porto:

Como é do conhecimento público, as obras de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto visarão transformar este edifício num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade do Porto, baseado nos eixos da coesão social, da economia e da cultura, e cujo programa de intervenção contempla a manutenção histórica e a natureza arquitetónica deste imóvel, devolvendo-o aos habitantes da comunidade local, em particular, e aos cidadãos do Porto, em geral.



gr
At.
an

Com a conclusão das obras de reconversão supracitadas, este empreendimento entrará na sua fase de exploração, que se prevê seja iniciada a partir de 2021 por um período de 30 anos, da responsabilidade da entidade vencedora do concurso limitado por prévia qualificação, a Mota Engil. Dentro do espaço reconvertido, num total de 20 mil metros quadrados, 7.885 metros quadrados ficarão adstritos à gestão da GO Porto, sendo os restantes explorados por aquela entidade vencedora.

Para o ano de 2019, não existe previsão de qualquer tipo de encargos neste empreendimento, visto que a empreitada respetiva ainda irá ser realizada pelo vencedor do concurso público internacional realizado em 2017 e 2018. Apenas em meados de 2021 está previsto o início da exploração dos espaços destinados ao Município e o pagamento da respetiva renda mensal.

CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Em relação ao Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE), os casos aqui identificados inscrevem-se nos desideratos municipais de construção, renovação, reabilitação e conservação de infraestruturas urbanísticas e do património edificado municipal, quer sejam propriedade do Município do Porto, quer sejam objeto de qualquer outro direito, obrigação ou interesse por parte do Município do Porto.

No Triénio 2019-2021, os recursos financeiros com origem no Município do Porto, tidos como necessários para a concretização das iniciativas a executar pela Empresa ao abrigo do CGE, ascendem a 145.798 mil euros (valor com IVA incluído), dos quais, 46.588 mil euros, estão previstos executar no primeiro ano de 2019.

De acordo aquele contrato, a GO Porto desenvolverá a gestão dos empreendimentos designadamente a contratação, em nome ou em representação do seu cliente, de projetos, empreitadas e outras prestações de serviços associadas, bem como, efetuará a supervisão e controlo dos contratos em causa.

Para o Triénio 2019-2021, os investimentos por rubrica orçamental do Município caracterizam-se, de forma geral, nos termos seguintes:

1. Programa Mercator – Nesta área, insere-se a reabilitação do Mercado do Bolhão. Esta empreitada teve início no segundo semestre de 2018 e tem um prazo estimado de obra de dois anos. Assim, prevê-se que em 2020 que o edifício do Mercado do Bolhão esteja totalmente reabilitado e com o mercado público de frescos tradicional a funcionar em pleno. Para além desta empreitada, também está previsto o fornecimento de



en
At.
en

equipamentos para o mercado e a construção de um túnel entre as ruas de Ateneu Comercial a Alexandre Braga, que fará o acesso à nova cave logística do mercado do bolhão.

2. Dinamização da Arte, Cultura e Ciência - Prevê-se dar início às obras no Cinema Batalha e desenvolver o projeto da Requalificação da Biblioteca Pública Municipal.
3. Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística - Na área da regeneração urbana pretende-se executar os trabalhos de consolidação em diversas escarpas da Cidade, nomeadamente, da Arrábida, da R. de D. Pedro V e outros taludes/escarpas do Município.
4. Promover e Fomentar a Educação - Estão previstas intervenções em escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Fonte da Moura, Bom Sucesso e outras. Será ainda requalificada a E. S. Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.
5. Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade - Diversos equipamentos e infraestruturas desportivas da cidade são alvo de intervenção, quer de melhoria, quer de criação de novos polos/edifícios. Ao nível da melhoria da eficiência energética estão previstas intervenções nas Piscinas Armando Pimentel, de Cartes e da Constituição. Dando continuidade ao projeto do Parque Desportivo de Ramalde, irá ser elaborado um projeto de ampliação daquele polo desportivo, criando novos campos de jogos e espaços de desporto e lazer com todos os edifícios de apoio inerente ao exercício dessas atividades.
6. Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas - Neste grupo, incluem-se as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infraestruturas no subsolo. Relevam-se as intervenções nas ruas R. D. João Mascarenhas e Arpad Szenes, de Serralves, Guedes de Azevedo e Bonjardim e Galeria de Paris e da Picaria, e na Avenida Fernão de Magalhães. Destacam-se ainda as obras seguintes: Percursos Pedonais/Ligações Mecanizadas (Miragaia, Palácio de Cristal, Virtudes), Envolvente da Praça da República e Terminal Intermodal de Campanhã.

Neste triénio, prevê-se ainda a remodelação das infraestruturas na Rotunda da Boavista (Praça Mouzinho Albuquerque).



SR
M.
CA

É de destacar a gestão das obras de infraestruturas da Águas do Porto, EM., associadas às intervenções no espaço público geridas pela GO Porto para o Município do Porto e a construção da Ponte D. António Francisco dos Santos, em parceria com o Município de V. N. Gaia.

A Empresa irá ainda continuar a repavimentação de diversos arruamentos e, no âmbito do “Programa Rua Direita”, promover a requalificação de diferentes espaços públicos.

7. Qualificação dos Espaços Verdes – Além de várias intervenções em parques e jardins, com destaque para a recuperação do jardim histórico no Palácio de Cristal - Jardim Emílio David. Um outro jardim histórico será também objeto de requalificação - Praça da República. Esta intervenção será alargada, pois está igualmente prevista uma requalificação de toda a área envolvente da praça, ou seja, irá haver intervenção nos diversos arruamentos e espaços públicos adjacentes. O Parque de S. Roque também vai ser remodelado.
8. Promoções e Sustentabilidade do Ambiente – Nesta área, inclui-se a continuidade do restauro da capela do cemitério de Agramonte.
9. Bem-Estar Animal – Assume relevância, nesta área, a construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais. Com esta empreitada a CMP pretende dotar a cidade de um centro de recolha moderno, com todas as condições para o acolhimento e bem-estar dos animais.
10. Funcionamento dos Serviços – Neste grupo, destaca-se as obras no Edifício Municipal de S. Dinis, assim como a renovação do Edifício da Polícia Municipal.
11. Outros – Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.



gr
 M.
 cm

C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1 – PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2019-2021

O investimento previsto reparte-se da seguinte forma (valores em euros):

INVESTIMENTO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Activos Fixos Tangíveis	10 003,17	10 004,15	10 007,79
Hardware	5 001,59	5 002,08	5 003,89
Equipamento Auxiliar e Administrativo	2 500,79	2 501,04	2 501,95
Ferramentas e utensílios	2 500,79	2 501,04	2 501,95
Activos Intangíveis	162 451,52	45 518,88	205 159,63
Programas de computadores	162 451,52	45 518,88	205 159,63
Investimentos em curso	98 673,75	59 500,00	-200 000,00
Programas de computadores	98 673,75	59 500,00	-200 000,00
Outros Investimentos Financeiros	3 931,37	3 931,37	3 931,37
Fundo de compensação de trabalho	3 931,37	3 931,37	3 931,37
Total	275 059,81	118 954,40	19 098,78

O financiamento do investimento previsto no Triénio de 2019-2021 será assegurado com recurso a autofinanciamento, perfazendo 413 mil euros, aproximadamente. Deste montante, e tendo por referência a dotação orçamental prevista para 2019, de 275 mil euros, a GO Porto prossegue na senda da melhoria contínua dos sistemas de informação, tendo em vista, dar resposta às necessidades de informação e de desempenho das aplicações operacionais e de gestão em uso, estando previstos investimentos relevantes na rubrica de ativos intangíveis, quer ainda referente ao projeto em curso de migração para o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), quer num projeto de implementação de uma nova aplicação informática de gestão integrada de apoio à nova área de negócio de Gestão e Exploração que, como se sabe, viu a sua criticidade aumentar com a inclusão, a partir de 2017, da GO Porto no conjunto das entidades públicas reclassificadas.

Os restantes investimentos previstos no triénio, estão relacionados com necessidades ordinárias de atualização, quer de equipamentos informáticos quer de equipamentos auxiliares e administrativos.

2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2019-2021

A estrutura previsional de recursos humanos para o Triénio de 2019-2021 é a seguinte:

ÁREAS		ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Secretariado da Administração		1	1	1
Gabinete Jurídico		3	3	3
Gabinete Comunicação e Promoção		3	3	3
Produção	Direção	1	1	1
	Gestores de Empreendimento	11	11	11
	Fiscalização	1	1	1
Exploração	Direção	1	1	1
	Gestores de Exploração	3	3	3
Administrativa e Financeira	Direção	1	1	1
	Financeiro	4	4	4
	Qualidade	1	1	1
	Recursos Humanos	2	2	2
	Sistemas de Informação	2	2	2
	Centro documental	3	3	3
Total		37	37	37

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores conforme previsto nos estatutos.

Relembra-se que, depois da separação física da DomusSocial, EM, da Rua Monte dos Burgos no em julho de 2017 e, por conseguinte, do fim do regime de partilha de recursos e serviços com esta Empresa Municipal, a GO Porto encontra-se agora a laborar na Rua Eng.º Ferreira Dias, no complexo comercial Via Rápida, em plena Zona Industrial do Porto.

Durante o Triénio 2019-2021, prevê-se a estabilização do número de efetivos em 37 colaboradores, quadro de pessoal que se considera adequado, quer ao desempenho operacional de ambas as áreas de negócio da Empresa (Produção e Exploração), quer ao reforço das diversas áreas administrativas para apoio e suporte daquelas.

Na sequência da reestruturação orgânica e funcional da GO Porto, bem como do processo de transição para a nova norma NP EN ISO 9001:2015, a área dos Recursos Humanos (RH), enquanto capital fundamental da organização, vê o



Handwritten initials in blue ink, possibly 'A.' and 'EN'.

seu papel reforçado com a integração do seu processo na área estratégica da empresa. A evidência em apreço, materializa-se através do compromisso que foi assumido por parte da Administração no desenvolvimento de medidas que permitam um maior envolvimento de todos os colaboradores, o incremento da satisfação laboral e a consequente melhoria dos resultados globais da empresa.

Neste sentido, e depois da área de RH da GO Porto ter sido, em 2018, reforçada com a contratação de uma técnica administrativa, pretende-se que durante o triénio 2019 – 2021, sejam desenvolvidos uma série de projetos que permita responder aos novos desafios daquela área, entre os quais, o desenvolvimento de um sistema de gestão de competências, a implementação de um regime de carreiras, o desenvolvimento de planos de formação que permitam a evolução e melhoria contínua do desempenho dos colaboradores, a elaboração de planos de promoção da satisfação laboral, e o desenvolvimento de planos para a igualdade.

2.1. Avaliação de Desempenho e Regime de Carreiras:

Atendendo à dimensão e complexidade do trabalho considerado, procedeu-se à contratação de uma prestação de serviços de assessoria técnica aos RH que, num período de dois anos, coadjuvará a área no desenvolvimento e implementação de algumas das medidas anteriormente referidas e, por consequência, na melhoria das práticas de Recursos Humanos.

Tendo em conta o trabalho já desenvolvido, em 2018, de identificação das atuais práticas de RH, de análise da Cultura e Clima Organizacional, de análise de satisfação laboral dos trabalhadores, de definição de perfis funcionais e de definição do dicionário de competências, o projeto prosseguirá no triénio em plano com o desenvolvimento e implementação, quer de um sistema de gestão de desempenho baseado em competências, quer de um plano de carreiras que, em linha com o sistema de gestão de desempenho, permitirá fornecer linhas orientadoras para a monitorização e gestão das progressões das carreiras dos trabalhadores da GO Porto, estabelecendo as condições e os critérios de cada progressão, desta forma, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores.

2.2. Formação:

Como forma de fortalecer o conhecimento organizacional, a formação profissional dos quadros da GO Porto continuará a ser uma das principais apostas da política de recursos humanos da empresa, assumindo o compromisso de manter um nível de investimento cabal para o efeito, dando prioridade aos que incrementem a especialização técnica enquanto fator determinante para o desenvolvimento da organização e dos seus profissionais.



EN
H.
M

Os planos de formação a definir, terão por base o sistema de gestão de desempenho baseado em competências que venha a ser aprovado, como forma de responder às necessidades reais e efetivas, resultantes da referida avaliação e que permitam a melhoria do nível de proficiência individual de cada colaborador.

Com o propósito de garantir que o investimento realizado ao nível da formação é proporcional aos resultados pretendidos, os RH continuarão também a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.

2.3. Outros Projetos:

Os RH propõem-se ainda desenvolver um Plano para a Igualdade, no âmbito da promoção e defesa da igualdade de género preconizada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), com o objetivo de reforçar as boas práticas em matéria de responsabilidade social, medidas conciliadoras da relação trabalho/família e igualdade homens e mulheres em contexto de trabalho.

Por fim, e no âmbito da Política de Privacidade que foi implementada na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a área de Recursos Humanos manterá uma atenção redobrada ao tema e aos procedimentos associados, acompanhando-os de acordo com a Política Interna definida.

er
 H.
 en

D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO PARA O TRIÉNIO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
INVESTIMENTO			
Activo Não Corrente	275 059,81	118 954,40	19 098,78
Fundo de Maneio - acréscimo das necessidades no período	-181 798,42	-1 295,11	142 335,65
Total	93 261,39	117 659,29	161 434,43
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO			
Autofinanciamento	93 261,39	117 659,29	161 434,43
Total	93 261,39	117 659,29	161 434,43

O plano financeiro apresentado teve por base os seguintes pressupostos para o Triénio 2019-2021:

PRESSUPOSTOS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Taxa de inflação	1,50%	1,40%	1,40%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal lcp	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de remuneração dos serviços de gestão prestados a outras entidades que não CMP	5,00%	5,00%	5,00%

Quanto à estimativa dos rendimentos no Triénio 2019-2021, foram considerados proveitos provenientes das duas áreas de atividade da Empresa: da gestão e exploração, no contexto dos imóveis colocados pelo Município do Porto sob a responsabilidade da GO Porto; e da gestão de empreendimentos, resultante do contrato celebrado com a Autarquia de gestão de empreendimentos.

No âmbito da área de Gestão e Exploração, foi estimado um nível de prestação de serviços a realizar no Triénio 2019-2021, na ordem dos 1.983 mil euros (valor com IVA incluído), dos quais, 1.349 mil euros dizem respeito ao ano de 2021, altura em que, estará em pleno funcionamento operacional o Mercado do Bolhão, já completamente restaurado e modernizado.



CA
 Lt.
 CA

No âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos, foi estimado um valor de investimento autárquico para o Triénio 2019-2021 de, aproximadamente, 145.798 mil euros (valor com IVA incluído), cujo montante foi inscrito no Orçamento plurianual de 2019 da Autarquia, como investimento municipal a realizar pela GO Porto. Neste sentido, as prestações de serviços estimadas para o triénio, no âmbito deste Contrato de Gestão de Empreendimentos, ascendem a 140.372 mil euros (valor sem IVA), aproximadamente.

Sempre que aplicável, no Triénio 2019-2021, e conforme relevado no quadro anterior, a comissão de gestão (encargos gerais de gestão) a aplicar às outras entidades será de 5% sobre o volume de execução de obra.

Os tempos médios de recebimento da Autarquia mantêm-se, no pressuposto de que se mantém a mesma capacidade de solvência do Município do Porto dos últimos períodos. Este cenário foi construído com base no pressuposto de que a resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço será efetuada integralmente por pagamentos da Autarquia, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
RESULTADOS			
EBITA	99 549,82	124 126,44	167 984,02
Resultado Financeiro	500,00	500,00	500,00
Resultado Líquido do Período	11 560,31	11 453,68	11 695,78
RENDIMENTOS			
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	45 124 486,62	58 761 102,33	39 218 192,52
Subsídio à Estrutura	3 105 000,00	3 105 000,00	3 105 000,00
GASTOS			
Gastos com o Pessoal	1 629 747,62	1 629 748,84	1 629 753,38
Fornecimentos e Serviços Externos	46 479 169,66	60 101 735,58	39 516 773,24
BALANÇO			
Total do Activo	5 247 063,91	4 574 659,26	4 268 719,24
Total do Activo Não Corrente	341 910,35	354 659,14	224 019,27
Total do Passivo	3 923 124,10	3 239 265,77	2 921 627,98
Total do Capital Próprio	1 323 939,80	1 335 393,49	1 347 089,26
INDICADORES			
Liquidez Geral	1,25	1,30	1,38
Autonomia Financeira	25,23%	29,19%	31,56%
Autofinanciamento	93 261,39	117 659,29	161 434,43
Necessidade de Fundo de Maneiço - valor acumulado	-181 798,42	-1 295,11	142 335,65

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

www.goparto.pt



CR
B.
ON

Em 2019, o EBITDA previsto fixa-se positivo, em € 99.549,82. Também positivos nos dois anos seguintes, este indicador perfaz € 124.126,44 e € 167.984,02, respetivamente. Desta forma, no Triénio 2019-2020, a soma dos resultados operacionais fixa-se positiva, em € 391.660,29.

Os resultados líquidos apresentados resultam, essencialmente, do resultado operacional na área de gestão e exploração e de outros rendimentos em juros e ganhos similares.



CA

At.

CA



GN
H.
CH

A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O TRIÉNIO / PRESSUPOSTOS

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional do Triénio 2019-2021, foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015. As demonstrações financeiras incorporadas nos Instrumentos de Gestão Previsional foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Acontece que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas em 2016 e 2017, foi aprovado o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. O SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas.

Entende-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsetores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas nacionais e Regionais (SEC 2010), nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional.

Em virtude, da inclusão da GO Porto, no passado mês de setembro de 2017, no conjunto das entidades públicas reclassificadas pelo INE, encontramos-nos num projeto de implementação do SNC-AP, pelo que, esta alteração do normativo contabilístico obrigará a algumas reclassificações de contas nas demonstrações financeiras e no plano de contas, com data de entrada em vigor em 01 de janeiro de 2019.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2019 foi de 1,5% e, nos dois anos subsequentes, de 1,4%, conforme previsões do Banco de Portugal para a economia portuguesa.

2 – INVESTIMENTO

Conforme referido no Ponto 1 – Plano de Investimento para o Triénio 2019-2021 do Capítulo C, onde estão detalhados os investimentos previstos em cada uma das suas classes e as respetivas explanações sobre as necessidades dos mesmos, este ponto resume-se no quadro seguinte:

INVESTIMENTO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Activos Fixos Tangíveis	10 003,17	10 004,15	10 007,79
Hardware	5 001,59	5 002,08	5 003,99
Equipamento Auxiliar e Administrativo	2 500,79	2 501,04	2 501,95
Ferramentas e utensílios	2 500,79	2 501,04	2 501,95
Activos Intangíveis	162 451,52	45 518,88	205 159,63
Programas de computadores	162 451,52	45 518,88	205 159,63
Investimentos em curso	98 673,75	59 500,00	-200 000,00
Programas de computadores	98 673,75	59 500,00	-200 000,00
Outros Investimentos Financeiros	3 931,37	3 931,37	3 931,37
Fundo de compensação de trabalho	3 931,37	3 931,37	3 931,37
Total	275 059,81	118 954,40	19 098,78

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

No Triénio 2019-2021, os valores de prestação de serviços e outros rendimentos dizem respeito às áreas de negócio da GO Porto, por um lado, de gestão e exploração e, por outro lado, do Orçamento da Câmara Municipal, através do Contrato de Gestão de Empreendimentos, sintetizados no quadro seguinte:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2019		ANO 2020		ANO 2021	
	Montante s/TVA	Montante c/TVA	Montante s/TVA	Montante c/TVA	Montante s/TVA	Montante c/TVA
Prestação Serviços						
Contrato de gestão de empreendimentos como CMP	44 994 766,71	46 588 242,00	58 281 990,02	60 434 578,00	37 095 494,80	38 775 444,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	37 307,55	45 888,29	22 624,61	27 828,27	0,00	0,00
Contrato de exploração	84 732,36	88 919,94	44 182 792	51 773,10	1 074 072,38	1 313 532,76
Serviços de Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total de prestação de serviços	45 116 806,62	46 723 050,23	58 746 442,55	60 980 179,37	38 169 567,18	40 088 976,76
Subsídio à Estrutura	3 105 000,00					
Outros Rendimentos e Ganhos						
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos - Contrato de exploração	7 630,00	9 446,40	14 659,78	18 031,53	28 625,34	35 207,79
TOTAL	48 229 436,62	49 837 496,63	61 866 102,33	64 183 210,90	41 323 192,52	43 229 184,54



Handwritten initials: W, M., CA

No triénio em plano, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 30 dias. Por norma, no final de cada exercício económico, o Município do Porto tem liquidado toda a faturação recebida das empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

No que respeita ao enquadramento em termos de IVA dos gastos e rendimentos, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Recargas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de Iva
Recargas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a



CV
 H.
 OK

sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões gimnodesportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o Triénio 2019-2021, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	22,67%	22,24%	18,22%
Taxa média IVA sobre as Prestações Serviços e Subsídio	2,19%	3,33%	3,62%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos	5,74%	4,84%	4,84%

4 – GASTOS

4.1 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos, foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”, sendo este género de gasto composto por 3 grandes grupos: os gastos diretos de obra, os gastos diretos



GN
 Lt.
 CM

da área de exploração e os gastos indiretos ou comuns a toda a estrutura da Empresa. Em média, no Triénio em plano, estes gastos distribuem-se no total dos Fornecimentos e Serviços Externos da forma seguinte: 95,9%, 2,6% e 1,5%, respetivamente. O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos foi estimado em 30 dias.

Os gastos diretos de obra, que constituem a maior fatia dos Fornecimentos e Serviços Externos, são constituídos pela rubrica de Subcontratos e Trabalhos Especializados que dizem respeito a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos que o Município mandata a Empresa de executar através do seu Contrato de Gestão de Empreendimentos.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos diretos da área de Gestão e Exploração, e tomando em consideração o valor médio anual no Triénio 2019-2021, as rubricas Subcontratos (52,9%) e Publicidade (20,9%), assumem particular relevância no total daqueles fornecimentos, o que reflete o esforço financeiro nesta área, primeiro, ao nível da gestão em curso do Mercado Temporário do Bolhão e, seguidamente, nos procedimentos futuros de gestão, quer do Mercado do Bolhão restaurado e modernizado, quer do Antigo Matadouro Industrial do Porto, nos termos pretendidos pelo Município, de obtenção de uma gestão profissional e de qualidade, a favor das condições de trabalho dos comerciantes, segurança e higiene do espaço, e conforto dos seus visitantes.

Dada a sequência e/ou sobreposição temporal que se estima ocorrerá na gestão e exploração dos três imóveis supracitados, e tendo em vista facilitar a interpretação dos gastos e ganhos previstos em orçamento para os mesmos no decorrer do triénio em apreço, apresenta-se quadro infra resumo:

Imóvel	Ano Mês:	2019				2020				2021				2022													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Mercado Temporário do Bolhão	Gastos																										
	Ganhos																										
Mercado do Bolhão	Gastos																										
	Ganhos																										
Antigo Matadouro Industrial do Porto	Gastos																										
	Ganhos																										

Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos indiretos, comuns a toda a estrutura da Empresa, assumem particular relevância, em média, no triénio em plano, as rubricas Trabalhos Especializados (17,4%), Rendas e Alugueres (35,3%), perfazendo no seu conjunto quase 53% do total destes gastos. No caso da rubrica Rendas e Alugueres, e no que aos gastos com as instalações de funcionamento da GO Porto diz respeito (Edifício Via Rápida - Instalações provisórias; e Edifício Municipal S. Dinis - Instalações definitivas), apresenta-se quadro infra resumo para uma melhor interpretação dos mesmos no decorrer do triénio em plano:

Quadro 2.4.1b:



er
h
ch

do Porto. Relevam-se aqui também, os gastos futuros de consumo de eletricidade do parque automóvel (elétrico e híbrido) nas instalações futuras da Sede da GO Porto.

- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas híbridas da Empresa.
- A rubrica “Água” compreende em termos temporais os gastos com o consumo de água e saneamento, quer nas instalações provisórias da GO Porto (Edifício Via Rápida, na Zona Industrial do Porto), quer os gastos futuros nas instalações: Edifício Municipal S. Dinis; Mercado do Bolhão; e Antigo Matadouro Industrial do Porto.
- A rubrica “Gás” compreende os gastos futuros estimados para o Mercado do Bolhão.
- A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.
- Na rubrica “Rendas e alugueres”, estão incluídos os gastos com a renda das instalações provisórias de funcionamento da GO Porto no Edifício Via Rápida, na Zona Industrial do Porto, os contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware - neste caso, com previsão de substituição geral do atual parque obsoleto a partir de 2019 -, cópia e impressão. Em termos temporais, nesta rubrica estão relevados igualmente as rendas das instalações futuras: Edifício Municipal S. Dinis; e do Antigo Matadouro Industrial do Porto.
- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação”, incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel. Nesta rubrica estão previstas despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto (Mercado Temporário do Bolhão, Mercado do Bolhão e Antigo Matadouro Industrial do Porto).
- Na rubrica de “Seguros”, estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, do recheio das instalações e do equipamento informático. No caso do seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração (Mercado Temporário do Bolhão, Mercado do Bolhão e Antigo Matadouro Industrial do Porto), quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no triénio em plano.
- Na rubrica de “Contencioso e Notariado” estão incluídos todos os custos com o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, sempre que aplicável, relativos aos contratos programa e de gestão de empreendimentos, taxas de arbitragem ao tribunal e certidões.
- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação” é relativo a pequenos custos da Administração.

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

www.goportos.pt



CA
H
CA

- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto”, é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto.
- O valor estimado nas rubricas de “Outros serviços” e “Ferramentas e utensílios” serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da Empresa num cenário de atividade normal, mas que tenham que vir a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:



OK
lt.
ok

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
GASTOS DIRETOS DA OBRA			
Subcontratos- refaturados à CMP no âmbito do CGE	44 994 766,71	58 281 990,02	37 095 494,80
Subcontratos- faturados a outras entidades	37 307,55	22 624,61	0,00
Sub-total gastos de Obra / diretos	45 032 074,26	58 304 614,63	37 095 494,80
GASTOS DIRETOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO			
Subcontratos	437 907,74	645 179,98	717 196,63
Trabalhos especializados	32 519,51	42 215,28	34 974,44
Publicidade	209 569,77	257 081,00	195 445,39
Honorários	1 450,00	1 087,50	28 000,00
Conservação e Reparação	11 655,72	8 863,09	0,00
Livros e documentação Técnica	466,23	354,52	0,00
Material de escritório	4 079,50	4 313,43	2 422,70
Outros fornecimentos	24 928,44	18 955,76	0,00
Elettricidade	0,00	61 756,10	154 984,22
Combustíveis	349,67	265,89	0,00
Água	0,00	28 235,85	65 512,44
Gás	0,00	18 328,71	36 657,42
Transportes de Mercadorias	87,42	66,47	0,00
Rendas e Alugueres	1 334,35	1 603,45	466 708,01
Comunicação	6 993,43	11 489,81	16 033,92
Seguros	10 000,00	10 500,00	13 500,00
Limpeza, higiene e conforto	233,11	177,26	0,00
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	741 574,88	1 110 474,11	1 731 435,16
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS			
Subcontratos	0,00	39 660,38	40 230,25
Trabalhos especializados	157 692,01	60 102,73	144 551,66
Publicidade	3 000,95	3 043,26	3 086,99
Honorários	48 015,23	48 131,97	8 231,97
Conservação e Reparação	45 241,77	42 091,98	42 696,10
Ferramentas e utensílios	300,10	304,33	308,70
Livros e documentação Técnica	1 975,63	4 476,66	4 478,48
Material de escritório	13 204,19	13 390,35	13 582,76
Outros fornecimentos	159,00	161,23	163,48
Elettricidade	21 006,65	29 519,47	29 943,60
Combustíveis	9 629,65	9 968,24	10 111,47
Água	12 000,07	1 800,14	1 825,47
Deslocações e Estadas	3 489,85	3 533,37	3 195,89
Transportes de Mercadorias	300,10	30 312,57	300,23
Rendas e Alugueres	172 515,79	280 081,32	280 109,63
Comunicação	20 397,71	20 427,76	20 462,85
Seguros	75 492,80	60 478,59	61 452,61
Contencioso e Notariado	116 810,02	18 475,20	4 421,24
Despesas de Representação	500,00	500,00	500,00
Limpeza, higiene e conforto	14 204,50	0,00	0,00
Outros serviços	184,50	187,08	189,70
Sub-total gastos de estrutura / indiretos	705 520,52	686 646,84	689 843,29
TOTAL	46 479 169,66	60 101 735,58	39 516 773,24

4.2 - GASTOS COM O PESSOAL

Começando por referir a constituição do quadro de colaboradores, apresentamos o seguinte resumo, por categorias:



CV
M.
CA

CATEGORIAS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Diretor	3	3	3
Gestor de Empreendimento	11	11	11
Gestor de Exploração	3	3	3
Técnico Superior	10	10	10
Técnico	5	5	5
Técnico Profissional	1	1	1
Administrativo	4	4	4
Total	37	37	37

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados.

A distribuição acima efetuada por categorias, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Direção de Produção	13	13	13
Direção de Exploração	4	4	4
Direção Administrativa e Financeira	13	13	13
Secretariado da Administração	1	1	1
Gabinete Jurídico	3	3	3
Gabinete de Comunicação e Promoção	3	3	3
Total	37	37	37

Os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de atualização salarial de 0 %;
- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) – 24.89%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do valor bruto salarial com encargos sociais;

- Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2.10% do total de gastos com pessoal sem as rubricas de formação e assistência médica e medicamentosa (relevados como outros gastos com pessoal);
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de outubro de 2018. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia, por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho e por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas.

O quadro de pessoal projetado para o Triénio 2019-2021, reflete o processo de reorganização empresarial ainda em curso na GO Porto. Depois das admissões de novos trabalhadores ocorridas até 2018, que permitiram incrementar o quadro de pessoal nas áreas de negócio e de apoio, estão previstas para o próximo triénio novas admissões que permitirão dar resposta aos desafios futuros, concretamente, ao nível do processo de desenvolvimento e consolidação da nova área de negócio de Gestão e Exploração, tendo sido incorporada uma dotação orçamental para duas novas admissões. Assim, estima-se para o Triénio em plano, um valor médio anual de gastos com o pessoal de cerca de 1,6 milhões de euros.

4.3-GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Ativos Intangíveis	
Software	33,33% - 100,00%
Ativos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	10,00%
Equipamento Básico	10,00% - 25,00%
Equipamento de Transporte	25,00%
Ferramentas e Utensílios	20,00% - 25,00%
Equipamento Administrativo	10,00% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10,00% - 100,00%



ex
lt.
ch

4.4-OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas orçamentados para o Triénio 2019-2021 são diminutos e dizem respeito essencialmente a gastos com impostos, taxas e outros, bem como despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – RESULTADO FINANCEIRO

Os gastos financeiros orçamentados para o Triénio 2019-2021 são inexistentes, em virtude da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto.

Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos.

Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Juros e Ganhos Similares	500,00	500,00	500,00

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO

A GO Porto, de acordo com o Orçamento de Estado de 2018, está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o Triénio de 2019-2021.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, cujas taxas variam entre 5% e 10%.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.



er
lt.
ck

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – TESOURARIA

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Tendo em conta, as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais. Neste mesmo ponto foi uma taxa média ponderada de IVA dedutível nos FSE.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 23,63% para o Triénio 2019-2021, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento



CN
H.
CA

coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. O montante estimado para a contribuição deste fundo.

O valor das entregas para o FCT ou ao ME corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME.

As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

A taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 1,23%, pelo que, o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 24,89%.

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 23,34% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2018.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 11,41% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social.

7.3 – DIFERIMENTOS

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software e economato a imputar aos anos seguintes.

7.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na rubrica “Outras contas a pagar”, bem como o montante relevado na rubrica de fornecedores de investimento de curto prazo.



er
lt.
an

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a outubro de 2018 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a outubro de 2018 da especialização do subsídio, perdas por imparidade e o saldo credor relativo a um processo de IVA. Na sequência de um estudo de eficiência fiscal, em sede de IVA, desenvolvido pela Deloitte para o Município do Porto, foi regularizada a faturação dos anos de 2010 e 2011, tendo sido em 2014, emitidas três Notas de Crédito ao Município do Porto, no valor de € 283.882,96, referente a IVA. Nesta data, e dos dois processos que a GO Porto tinha em contencioso com os serviços de IVA no início do corrente exercício – perfazendo um montante de 395.893,04€, registado a débito na conta de Estado e Outros Entes Públicos (cf. Nota 15.2) -, o processo arbitral (N.º 350/2015-T) instaurado pela GO Porto de impugnação dos atos de liquidação de IVA por reporte aos anos de 2010 e 2011, teve notificação do passado dia 03 de abril, do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo que, ao decidir não tomar conhecimento do recurso interposto com fundamento na inexistência, no caso vertente, da invocada oposição de acórdãos, determina, assim, um desfecho desfavorável à pretensão da GO Porto.

7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

ex
 M.
 CA

7.7 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

As despesas previstas nesta rubrica dizem respeito a uma locação financeira ativa, respeitante a locação do equipamento de impressão para a Empresa.

8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Responsabilidades eventuais relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PELIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processos n.ºs 1140/04.2BEPT (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	755 204,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolveu a GO Porto de 539.912,33€ e relegou 161.292,03€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respecta aos 539.912,33€, isto é, que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. Aguarda-se desenvolvimento no processo (Acórdão).
Processos n.ºs 40/05.3BEPT (1798)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267 718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 752/05.1BEPT (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 882,80 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.935.283 e foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto já interpsó recurso jurisdicional relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Autos subiram ao TCA Norte. Aguarda-se decisão (acórdão).
Processo n.º 1481/06.4BEPT (1833)	Domingos da Silva Teixeira, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Condenação da Empresa no âmbito da empreitada «Requalificação da Avenida da Boavista».	1 932 994,55 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. Foi realizado o julgamento. Foi proferida sentença em primeira instância, tendo a GO Porto sido absolvida de todos os pedidos. A autora interpsó recurso jurisdicional. A 19.02 foi proferido parecer do M.P. no sentido de negar provimento ao recurso e manter a decisão recorrida. Aguarda-se decisão (acórdão).

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5
4149 008 Porto
T. +351 228 339 300
F. +351 228 339 310
www.goportos.pl



er
H.
EM

PROCESSO	AIMOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 1541/07.4BEPR (1856)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15 000,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR;1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada a leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.2BEPR (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336 092,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR;1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada a leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.4BEPR (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR;1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada a leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1076/08.8BEPR (1889)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR;1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada a leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.7BEPR (1892)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47 783,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR;1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada a leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 2836/10.5BEPR	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum	A GO Porto em sede de execução da empreitada, responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de erros e omissões do caderno de encargos não temporariamente identificados no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277 946,41 €	A GO Porto contestou a acção. Aguarda-se o desenvolvimento do processo. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão favorável à GO Porto. O empreiteiro interpsó recurso jurisdicional e a GO Porto contra alegou. Aguarda-se decisão (acórdão).
Processo n.º 867/11.7BEPR	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum	A Autora peticiona o pagamento de uma indemnização no montante de € 130.569,45, relativo a pretensos custos indirectos, de estrutura e lucros não coberto da empreitada «Requalificação das Ruas de Santa Catarina, Passos Manuel e Ateneu Comercial do Porto», decorrentes, alegadamente, do prolongamento do prazo de execução daquela.	283 893,56 €	A GO Porto apresentou a sua contestação e deduziu um pedido reconvenicional, peticionando, por sua vez, do empreiteiro uma indemnização no montante de € 153.324,11. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 2133/14.7BEPR (2089)	Trevotopázio Sociedade Empresarial, S.A., José Carlos Mendes dos Santos e Maria Manuela Querds Vasconcelos Mora dos Santos	acção administrativa comum	As Autoras intentaram uma acção administrativa comum contra a Empresa, na Empreitada de «Remodelação do Edifício dos Correios – Arquivo e Cantina» pedindo a condenação da Empresa a pagar a duas das Autoras o montante de € 59.117,02, acrescidos de juros à taxa legal, ou se assim se não entendesse, a condenação da Empresa a pagar à Autora «Trevotopázio», o referido valor e também ser condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária no montante de €100,00 por dia de atraso de pagamento do valor que vier a ser arbitrado, após trânsito em julgado.	59 117,02 €	A GO Porto contestou. Em 9.07.15 sentença que absolveu a GO Porto do pedido. Autoras interuseram recurso que subiu ao TCA Norte. 06.11.15 proferiu parecer do M.P. que confirmou sentença. Aguarda-se decisão final (acórdão).



es
br
en

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 2588/14.0BEPT (2091)	Luís Filipe Bessa de Gusmão Rodrigues e Esposa	ação administrativa comum	Os Autores intentaram uma ação administrativa comum contra a Empresa e contra a CNP, pedindo a condenação das Empresas ao pagamento do montante de €1.089,84, referente aos danos sofridos no veículo dos Autores, ou reparação do mesmo veículo e também a serem condenadas à reposição do piso de acesso à rampa da garagem do Edifício 5. Pedro, propriedade esta dos Autores	5 000,01 €	A GO Porto contestou e requereu intervenção provocada da Sociedade M. dos Santos, SA. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 18464/16.9TBPT (2109)	Ré: Caixa Geral de Depósitos, S.A.	ação de condenação	A GO Porto intentou uma ação de condenação contra a Ré, pedindo a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.282,02, por conta das garantias bancárias por ela prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 17,6%, no montante de €25.350,03, e vencidos, à mesma taxa até integral pagamento.	165 632,05 €	A Ré contestou. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1677/17.3BEPT	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	ação administrativa comum	A Autora pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data da citação.	391 672,34 €	A GO Porto apresentou contestação. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1965/16.6BEPT-A	Strong - Segurança, SA	Processo Executivo	A Exequente pede a execução da GO Porto no pagamento de 28.302,33€ a título de lucros cessantes (3.378,17€), perda de visibilidade operacional e experiência profissional (20.000,00€), despesas judiciais (3.844,16€), despesas com elaboração da proposta (1.080,00€), tudo acrescido de juros.	28 302,33 €	Foi apresentada oposição ao requerimento executivo. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto apresentou recurso jurisdicional.
Processo n.º 1277/14.0BEPT	Autoridade Tributária	Ação Administrativa Especial	Propostura de ação administrativa especial, no TAF Porto, com vista à anulação do Despacho de indeferimento de pedido de revisão oficiosa, proferido pela Autoridade Tributária.	112 010,07 €	A aguarda prolação de Sentença desde 28/10/2015. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 2071/09.5BEPT (1945)	Jame Querós Rbero, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Vieduto da Prebada – Troço Sub».	825 150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a GO Porto ao pagamento de 47.893,86€, acrescido de juros, absolvendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da GO Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as condenas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2019-2021 gera resultados positivos ao longo do Triénio no montante de € 34.709,78.

As obras com prazos de término imperativo, poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresentamos alguns indicadores económico-financeiros no quadro seguinte:



ex
lt.
CA

INDICADORES	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
FINANCEIROS			
Liquidez geral	1,25	1,30	1,38
Autonomia Financeira	25,23%	29,19%	31,56%
Autofinanciamento	93 261,39	117 659,29	161 434,43



Handwritten initials and signature:
 SA
 H.
 em

B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
RENDIMENTOS E GASTOS				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	II-A-8	45 116 806,62	58 746 442,55	38 189 567,18
SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO	II-A-9	3 105 000,00	3 105 000,00	3 105 000,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	II-A-4.1	-46 479 169,66	-60 101 735,58	-39 516 773,24
GASTOS COM O PESSOAL	II-A-4.2	-1 629 747,62	-1 629 749,84	-1 629 753,38
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER	II-A-1.4	-18 032,64	-3 619,43	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	II-A-3	7 680,00	14 659,78	28 625,34
OUTROS GASTOS E PERDAS	II-A-4.4	-2 986,88	-6 872,01	8 681,88
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		99 549,82	124 126,44	167 984,02
GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÕES	II-A-2/II-A-4.3	-81 701,07	-106 205,61	-147 738,65
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		17 848,75	17 920,83	18 245,37
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	I-D/II-A-5	500,00	500,00	500,00
JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS	II-A-5	0,00	0,00	0,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		18 348,75	18 420,83	18 745,37
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	II-A-6	-6 788,43	-6 967,15	-7 049,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		11 560,31	11 453,68	11 695,38



cr
 M.
 cr

C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2019	ANOS SEGUINTE S	
			ANO 2020	ANO 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
RECEBIMENTOS				
Clientes	I-DNII-A-3	46 732 496,63	60 998 210,90	40 124 184,54
Subsídio à Exploração	I-DNII-A-3	2 645 937,09	2 215 000,00	3 105 000,00
PAGAMENTOS				
Fornecedores	I-DNII-A-4.1	46 716 632,56	60 998 210,90	40 124 184,54
Pessoal (inclui IRS, CGA e SS)	II-A-4.2	1 625 225,17	1 622 074,26	1 632 614,74
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1 036 577,99	592 925,74	1 472 385,26
OUTROS RECEBIMENTOS				
Estado (IVA)	II-A-3/II-A-4.1	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	0,00	0,00	0,00
OUTROS PAGAMENTOS				
Estado (IVA)	II-A-3	657 028,65	1 201 569,78	1 366 430,10
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	84 514,75	99 553,79	52 729,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		295 034,59	-708 197,83	53 226,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
RECEBIMENTOS				
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis				
Investimentos Financeiros				
Juros e Rendimentos Similares	I-DNII-A-5	375,00	375,00	375,00
PAGAMENTOS				
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	18 771,39	12 300,00	12 300,00
Activos Intangíveis	II-A-2	297 812,21	129 150,00	6 150,00
Investimentos Financeiros	II-A-2	3 871,85	3 931,37	3 931,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		-320 880,45	-145 006,37	-22 006,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
PAGAMENTOS				
Financiamentos Obrigados	II-A-7.7	3 203,46	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-3 203,46	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		28 249,32	-853 204,19	31 219,67
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO		1 927 859,20	1 899 609,88	1 046 405,68
MÍNIMO DE CAIXA		1 000,00	1 000,00	1 000,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO		1 899 609,88	1 046 405,68	1 077 625,35



er
H.
ca

D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
ACTIVO				
ACTIVO NÃO CORRENTE				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.3	54 293,88	31 201,56	29 469,86
ACTIVOS INTANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.3	138 379,82	110 789,56	177 950,03
INVESTIMENTO SEM CURSO	II-A-2/II-A-4.3	140 500,00	200 000,00	0,00
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	II-A-2/II-A-4.3	8 736,65	12 668,01	16 599,39
		341 910,35	354 659,14	224 019,27
ACTIVO CORRENTE				
CLIENTES	I-D/II-A-3	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.2/II-A-6/II-A-7.2	433 695,90	405 183,14	518 558,62
OUTRAS CONTAS A RECEBER	II-A-7.4	2 533 730,17	2 728 674,05	2 406 512,15
DIFERIMENTOS	II-A-7.3	39 117,61	37 737,25	42 003,85
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	II-A-7.1	1 899 609,89	1 046 405,68	1 077 625,35
		4 905 153,56	4 220 000,12	4 044 699,98
TOTAL DO ACTIVO		5 247 063,91	4 574 659,26	4 268 719,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
CAPITAL SUBSCRITO	II-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	II-A-7.5	765 247,75	765 247,75	765 247,75
RESULTADO TRANSITADOS	II-A-7.5	47 131,74	58 692,05	70 145,74
		1 312 379,49	1 323 939,80	1 335 393,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	II-B	11 560,31	11 453,68	11 695,78
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 323 939,80	1 335 393,49	1 347 089,26
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	II-A-7.7	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE				
FORNECEDORES	I-D/II-A-4.1	63 854,07	63 964,07	63 854,07
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.2/II-A-6/II-A-7.2	57 511,64	68 230,84	68 313,28
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	II-A-7.7	2 834,91	0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	3 798 913,49	3 107 170,87	2 789 452,63
DIFERIMENTOS	II-A-7.3	0,00	0,00	0,00
		3 923 124,10	3 239 265,77	2 921 629,98
TOTAL DO PASSIVO		3 923 124,10	3 239 265,77	2 921 629,98
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		5 247 063,91	4 574 659,26	4 268 719,24



cr
lt.
en



CC
 H.
 CA

EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Os encargos diretos com a nova área de exploração serão financiados através das receitas geradas pela exploração do património não habitacional e de infraestruturas urbanísticas que o Município do Porto afetar à área de Gestão e Exploração da GO Porto, e ainda pelo subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via Contrato de Gestão de Empreendimentos com o Município do Porto.

Os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Para o Triénio 2019-2021, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte.

GASTOS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Gastos Operacionais			
Contrato de Obra			
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	44 994 767	58 281 990	37 095 495
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	37 308	22 625	0
Gastos contrato de Obra	45 032 074	58 304 615	37 095 495
Contrato de Exploração			
Gastos com o Pessoal	187 073	187 073	187 073
Fornecimentos e Serviços Externos	741 575	1 110 474	1 731 435
Gastos de Depreciação e de Amortizações	4 705	7 623	7 018
Outros Gastos	1 587	4 190	6 000
Gastos contrato exploração	934 940	1 309 360	1 931 526
Estrutura			
Gastos com o Pessoal	1 442 674	1 442 676	1 442 680
Fornecimentos e Serviços Externos	705 521	686 647	689 843
Imparidades de Dívidas a Receber	18 033	3 619	0
Gastos de Depreciação e de Amortizações	76 996	98 583	142 721
Outros Gastos	1 400	2 682	2 682
Gastos da estrutura	2 244 623	2 234 207	2 277 926
Imposto Sobre Rendimento do Período	6 788	6 967	7 050
Total	48 218 426	61 855 149	41 311 997



ex
lt.
en

PROVEITOS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	44 994 767	59 281 990	37 095 495
Prestação Serviços contrato outras entidades	37 308	22 626	0
Prestação Serviços contrato de exploração	94 732	441 828	1 094 072
Subsídio à Estrutura	3 105 000	3 105 000	3 105 000
contrato de mandato	2 244 623	2 234 207	2 277 926
contrato de exploração	860 377	870 793	827 074
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	7 680	14 660	28 626
Juros e Ganhos Similares	500	500	500
Total	48 229 987	61 866 602	41 323 693
Resultado Líquido do Período	11 560	11 454	11 696

Porto, 15 de outubro de 2018

O Conselho de Administração,

Patricio Soares
Isabel Amaro
João Silva

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

www.goportos.pt



es
lt.
ex

ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO PARA O TRIÉNIO 2019-2021



er
 ht.
 cas

Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto para o Triénio 2019 - 2021

Designação das Rubricas		ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
2	ECONOMIA E EMPREGO			
2.1	Programa Mercator	14 866 240	11 740 325	0
	Sub-total	14 866 240	11 740 325	0
4	CULTURA			
4.1	Dinamização da Arte, Cultura e Ciência	3 018 000	6 897 271	5 000 000
	Sub-total	3 018 000	6 897 271	5 000 000
5	URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1	Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística	425 000	100 000	200 000
	Sub-total	425 000	100 000	200 000
6	EDUCAÇÃO			
6.1	Promover e Fomentar a Educação	4 024 963	5 603 410	1 500 000
	Sub-total	4 024 963	5 603 410	1 500 000
10	DESPORTO			
10.1	Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade	2 418 445	2 750 000	2 500 000
	Sub-total	2 418 445	2 750 000	2 500 000
11	MOBILIDADE E TRANSPORTES			
11.1	Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas	19 292 324	31 682 391	27 230 444
	Sub-total	19 292 324	31 682 391	27 230 444
12	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA			
12.1	Qualificação dos Espaços Verdes	1 375 481	1 000 000	1 000 000
12.2	Promoção e Sustentabilidade do Ambiente	172 500	100 000	100 000
12.3	Bem-estar animal	733 197	0	0
	Sub-total	2 281 178	1 100 000	1 100 000
13	GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1	Funcionamento dos Serviços	142 286	520 845	1 200 000
13.2	Outros	119 806	40 336	45 000
	Sub-total	262 092	561 181	1 245 000
	TOTAL	46 588 242	60 434 578	38 775 444

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

www.goportos.pt



er
lt.
CA

ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



ex
en
lt.

Exma. Senhora
Dra. Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto
4150 – 484 Porto

Porto, 15 de outubro de 2018

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida, no âmbito da análise dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o triénio de 2019 a 2021, de acordo com os Estatutos da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), com vista à emissão do parecer respetivo.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação e apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional, e nomeadamente quanto aos pressupostos subjacentes, por forma a que as previsões financeiras apresentem, no que de melhor é nosso conhecimento e convicção, a posição financeira, os resultados das operações, os movimentos dos fluxos de caixa e equivalentes no período previsto, refletindo a previsão o nosso juízo, baseado nas circunstâncias presentes, sobre as condições esperadas e a nossa atuação futura.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- a) Relativamente aos processos judiciais em curso explicitados nas notas explicativas dos IGP, temos a firme convicção de que os desfechos serão favoráveis à Entidade. No entanto, caso a empresa venha a suportar os juros de mora e indemnizações e outros custos, em virtude de decisões desfavoráveis dos referidos litígios, estes serão suportados integralmente pela Câmara Municipal do Porto no período em que ocorrerem.



- b) Quanto aos dois processos judiciais relativos ao IVA, um deles foi decidido de forma desfavorável à pretensão da Go Porto, aguardando-se, ainda, a conclusão do outro. A Entidade aguarda instruções da Câmara Municipal do Porto quanto à forma como deverão ser registados nas contas da Go Porto os efeitos desta decisão.
- c) É nossa firme convicção de que a adoção em 1 de janeiro de 2019 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), a qual obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Go Porto, na medida em que os ativos sob gestão são da propriedade da Câmara Municipal do Porto, sendo também esta que detém o seu controlo efetivo para efeitos das normas do SNC AP.
- d) As transferências financeiras do Município para a Go Porto, incluídas nos IGP para 2019, nomeadamente no que ao subsídio à exploração respeita, cumprem com o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração - Dr.ª Ana Catarina Araújo

Vice-Presidente do Conselho de Administração - Arq.ª Cátia Meirinhos

Administrador Executivo do Conselho de Administração - Eng.º Manuel Aranha



er
lt.
an

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2019 a 2021, datado de 15 de outubro de 2018, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e balanços previsionais para o mencionado triénio, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto II dos IGP.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

er



er
lt.
an

Parecer

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2018. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no capital próprio poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística, conforme nota informativa do Município do Porto de 19 de setembro de 2018.

7



er
H.
SM

2. Tendo a Go Porto sido considerada entidade pública reclassificada em setembro de 2017, está abrangida pela aplicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP). Após sucessivas prorrogações da entrada em vigor do SNC AP, o mesmo é aplicável ao subsetor da Administração Local a partir de 1 de janeiro de 2019. De acordo com a norma transitória do SNC AP, a adoção do novo normativo contabilístico obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e, nomeadamente, dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Go Porto, na medida em que os ativos sob gestão são propriedade do Município do Porto, sendo, também, este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC AP.
3. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.
4. No âmbito de uma revisão dos procedimentos adotados na liquidação de IVA nas relações da Go Porto com a Câmara Municipal do Porto, efetuada em 2011, foi efetuada pela Entidade, em 2012, um pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no artigo 78.º da Lei Geral Tributária e do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendente à regularização de IVA em seu favor no montante de, aproximadamente, 112 000 euros, relativo a imposto liquidado em excesso no período de julho a dezembro de 2008. Este pedido foi, em 2013, indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. O Conselho de Administração recorreu da decisão da Autoridade Tributária e Aduaneira para o Tribunal Arbitral, que se declarou incompetente em razão da matéria, após o que o mesmo Conselho recorreu para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, aguardando-se conclusão do processo. Aquele valor está refletido no ativo da Entidade, nos balanços previsionais, na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos (cf. Nota 7.4 dos IGP).

9

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5
4149-008 Porto
T. +351 228 339 300
F. +351 228 339 310
www.goporto.pt



CR
H.
CA

Em fevereiro de 2014, e no seguimento do procedimento adotado em 2012, a Entidade apresentou um outro pedido de revisão oficiosa, por imposto liquidado em excesso relativo aos anos de 2010 (meses de fevereiro a dezembro) e 2011, tendente à regularização de IVA em seu favor no montante de, aproximadamente, 284 000 euros, tendo o pedido sido indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. O Conselho de Administração recorreu da decisão para o Tribunal Arbitral, que considerou a ação improcedente, tendo sido interposto recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo, que, no passado dia 3 de abril, decidiu não tomar conhecimento do recurso interposto com fundamento na inexistência da invocada oposição de acórdãos, determinando, assim, um desfecho desfavorável à pretensão da Go Porto. Este valor está, ainda, inserido nos balanços previsionais, no ativo da Entidade, na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e no passivo, na rubrica de Outros Credores, devendo ser objeto de correção (cf. Nota 7.4 dos IGP).

Porto, 15 de outubro de 2018



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948

Porto. Domus Social

Instrumentos de Gestão Previsional 2019-2021



ÍNDICE

I. PREÂMBULO	1
II. PLANOS PLURIANUAIS	14
A. ENQUADRAMENTO	15
B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	17
1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL.....	17
2. MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL.....	24
a. Habitação Social Municipal.....	26
b. Educação.....	27
c. Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais.....	27
d. Ambiente e Serviços Urbanos.....	28
e. Urbanismo e Reabilitação Urbana.....	28
f. Solidariedade Social/Ação Social.....	29
g. Equipamentos e infraestruturas desportivas.....	29
3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	30
C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	32
1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2019-2021.....	32
2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2019-2021.....	34
D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	38
III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2019	40
A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 / PRESSUPOSTOS	41
B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	54
C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL	55
D. BALANÇO PREVISIONAL	56
IV. ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2019-2021	58
V. ANEXO II – Parecer do Fiscal Único	59

I. PREÂMBULO



I. Preâmbulo

A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social, EM) tem como propósito “(...) a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do Parque de Habitação Pública Municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas / institucionais, bem como “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para a prossecução do primeiro daqueles fins “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP) servem de orientação estratégica e constituem o quadro de referência que moldam a atuação desta empresa municipal. Este desígnio poderá compreender genericamente as funções de:

- a. A aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município;
- b. O fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c. A implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas, designadamente no que diz respeito às ilhas do Porto;
- d. A intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional;
- e. O desenvolvimento de novas soluções de acesso a uma habitação condigna, podendo assumir a condição de entidade gestora de operações de reabilitação urbana;
- f. A realização de estudos, planos e projetos na área das políticas de habitação e desenvolvimento socioeconómico que lhes são relacionadas.

Relativamente ao segundo daqueles propósitos “a gestão do Parque de Habitação Pública Municipal” abrange, designadamente, as funções de:



- a. Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional municipal;
- b. Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c. Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d. Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e. Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação social e de reabilitação urbana.

Relativamente ao terceiro dos objetivos enunciados “a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” as orientações definidas pelo acionista único e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário conjugada com a estratégia de intervenção desta empresa para o triénio em causa conduzem/conduzirão o plano de intervenções programadas e não programadas no património imobiliário municipal.

Por último, “a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social” compreende:

- a. O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b. A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.

Neste contexto, a Domus Social, EM definiu a sua estratégia nestes Instrumentos de Gestão Previsional 2019-2021 (IGP 2019-2021) considerando cinco importantes vetores de atuação.

O primeiro centrado numa resposta municipal ao que se avizinha(rá) para as futuras políticas públicas de habitação definidas pelo documento governamental “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH) e pela constelação de novos instrumentos jurídicos e financeiros (Porta de



Entrada, 1.º Direito, Programa de Arrendamento Acessível, ...) disponibilizados e a disponibilizar e que condicionarão as estratégias de intervenção dos municípios nomeadamente através da elaboração de uma “Estratégia Local de Habitação”. Desta maneira, a Domus Social, EM prepara-se para durante o 1.º semestre do próximo ano produzir o documento em causa.

Como segundo vetor, é crucial a resposta que o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e o Município do Porto (MP) darão ao “Levantamento Municipal das Necessidades de Realojamento Habitacional” efetuado em 2017 através do instrumento 1.º Direito e que identificou 2.093 famílias como potencialmente elegíveis por um possível programa de realojamento naquele âmbito. Refira-se que 61% dessas famílias residem em “Ilhas”.

Importa ainda, neste triénio, destacar como terceiro vetor a entrada em pleno dos instrumentos financeiros comunitários, cujo beneficiário formal e material é o MP e que suportarão muito das estratégias de intervenção consagradas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)” nomeadamente aqueles que cumprem com os recentes e atuais propósitos desta empresa municipal e que se prendem com ações materiais e imateriais inscritas nos Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) para a Comunidade do Vale da Ribeira da Granja (CD1 - utilizando a designação estabelecida no documento programático do PEDU) e para a Comunidade do Vale de Campanhã Norte (CD2). As intervenções materiais e imateriais aí propostas englobam os seguintes bairros:

- na Comunidade Desfavorecida 1 (CD1) – Pasteleira (edificado e espaço público), Mouteira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e Lordelo do Ouro (nestes três bairros somente se encontra consagrado o espaço público);
- na Comunidade Desfavorecida 2 (CD2) – Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela (edificado e espaço público), Agrupamento Habitacional do Falcão (somente espaço público) e Ilhéu (somente edificado).



Das ações materiais previstas no PEDU somente na CD2 parte da reabilitação do edifício (blocos 4, 11, 12, 14, 15, 18, 23, 25, 27, 28 e 29) do Cerco do Porto encontra-se, para já, com financiamento pelos fundos comunitários assegurado (investimento total - 6.467.099,58 €).

Foi ainda aprovada, no âmbito do PEDU, a candidatura a ações imateriais designada por Abordagem Integrada para Inclusão Ativa (investimento total - 1.413.441,40 €).

O quarto vetor, conexo com o anterior e com os propósitos consagrados recentemente nos estatutos da empresa, prende-se com a intervenção no espaço público dos bairros de habitação pública municipal. Salienta-se que para o próximo triénio encontra-se programado um significativo investimento para a intervenção no espaço público na envolvente aos 15 edifícios que constituem o Falcão, no Bom Pastor/Vale Formoso, no Cerco do Porto e em Monte da Bela.

Como último vetor a assunção de novas competências na área da manutenção e conservação dos equipamentos desportivos e de lazer (nomeadamente ringues desportivos localizados em bairros de habitação pública municipal) consagrando assim a sua reconhecida aptidão e manifesta experiência que esta empresa municipal possui nas áreas da manutenção e conservação. Aliás, experimentam-se aqui novos modelos de cooperação com as diferentes participadas do universo camarário, no caso através de uma prestação de serviços com a CMPL – Porto Lazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM.

Particular atenção continua a merecer duas das mais sensíveis áreas de atuação, a externa – a relação com os inquilinos/municípes e a interna - uma particular atenção com os colaboradores.

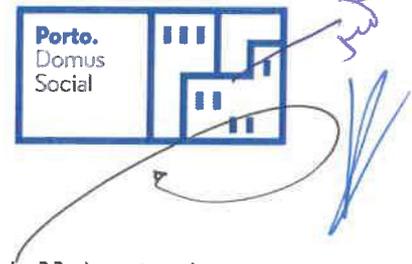
Assim, no vetor externo da sua atuação o trabalho que a Domus Social, EM desenvolve é cada vez menos uma atividade isolada e fechada, feita no seu interior, sendo cada vez mais uma empresa em que os seus *stakeholders* – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são uns participantes ativos dando consistência a uma relação bidirecional que se pretende frutuosa e profícua para todos.



Na sua relação com o cidadão, a Domus Social, EM tem por objetivo evoluir para uma relação transparente e participativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente do meio usado (presencialmente, por telefone, correio postal, correio eletrónico ou através do portal).

Adicionalmente, no sentido de aumentar a participação, a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, pretende-se evoluir para sistemas que permitam o acesso adequado dos cidadãos aos seus processos e/ou a conjuntos agregados de informação, sem qualquer intermediação, e de acordo com as melhores práticas em matéria de implementação de políticas de acesso à informação nas administrações das sociedades mais desenvolvidas e que garante aos cidadãos o acesso, de forma adequada e segura, aos mesmos dados que estão disponíveis para a administração. Será possível assim interagir através de um canal privilegiado com o desenvolvimento de uma área de acesso reservada no *website* da empresa que permite, desde já, a atualização da informação de cada inquilino, a consulta da tramitação/estado dos seus pedidos de habitação *on-line*.

Nesse sentido, a Domus Social, EM tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão. Com este desígnio, pretende esta empresa municipal assumir uma postura ativa na condução dos seus processos, que lhe permita agir com antecipação e planeamento e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, estão a ser (e vão sendo) implementados um conjunto de alterações na organização, com impacto na forma como gere e organiza os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, com a autarquia e os seus parceiros. Associado a este processo de modernização, e tendo em conta a natureza das atividades da Domus Social, EM, muito baseadas na interação com os cidadãos, os organismos e as empresas e muito dependente da qualidade da recolha, tratamento e disponibilização de informação, a empresa tem em curso a implementação de um plano de modernização dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado dos dados podem ter neste processo de modernização e inovação.



Particularmente relevante será a implementação do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) com entrada prevista para 1 de janeiro de 2019 e que obrigará a empresa a um natural processo de adaptação às novas exigências veiculadas pelo diploma em causa, sendo nossa convicção que os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras não serão materialmente relevantes.

A implementação do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) obrigou, também, a empresa a um esforço adicional de adaptação às novas e fortes exigências, em matéria de tratamento de informação, que aquele regulamento impõe. No próximo ano, alargar-se-á, de uma forma mais intensiva, a implementação das diretivas veiculadas por aquele regulamento aos sistemas de informação procurando desta maneira aumentar os processos de escrutínio, controle e gestão.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social, EM tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obrigam a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro. Assim, a criação e implementação de uma ferramenta informática (sistema informático de gestão de manutenção) que permitirá uma adequada gestão das operações de manutenção.

A dotação de meios e conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque está-lhe associada uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa, para uma atitude de planeamento e intervenção programada o que implica o (re)desenho de novos processos e de



sistemas de informação adequados. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por cadastro.

Ao mesmo tempo, o acompanhamento dos indicadores que monitorizam o cumprimento dos objetivos, previamente traçados, e da avaliação dos resultados, com suporte nos sistemas de informação atualmente existentes, permite a aferição permanente dos resultados, mantendo a sua adequação à prestação de melhores serviços. Daí a importância do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) instituído e implementado na Domus Social, EM. Recorde-se que a empresa encontra-se certificada de acordo com a NP EN ISO 9001:2008, atribuído pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), desde 2009. Releva-se ainda a certificação no âmbito da Gestão da Qualidade (transição NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (concessão NP EN ISO 14001:2015) e da Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (concessão OSHSA 18001), efetuada pela entidade certificadora. O processo culminou com a Certificação do Sistema de Gestão Integrado, permitindo assim à Domus Social, EM ser a primeira empresa municipal do município a obter este conjunto de certificações.

Importa ainda destacar alguns objetivos considerados, também, prioritários no domínio da organização interna para os próximos anos.

É absolutamente crucial e relevante o papel que o designado cadastro (conjunto de documentos gráficos e descritivos) têm na gestão presente e futura da empresa nomeadamente o levantamento que decorre e decorrerá do património sob gestão da empresa em conduzirá a uma melhor caracterização desse património e conseqüentemente a uma gestão mais assertiva e rigorosa.

A implementação generalizada da assinatura digital em todos os documentos e a prossecução do processo gradual de desmaterialização da informação a todas as áreas da empresa constitui também um objetivo fulcral no desenvolvimento da empresa.



Parece-nos ainda relevante destacar algumas áreas importantes relativamente a trabalhos que decorreram e decorrem e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se preveem realizar nos próximos anos e que obrigam a uma reestruturação organizativa da empresa para melhor responder aos novos desígnios consagrados no objeto social da empresa.

A primeira, resulta de um trabalho realizado pelo CITTA da FEUP que originou o documento «“Ilhas” do Porto – Programa Estratégico», que perspetiva potenciais modelos de intervenção/ação e eventuais soluções urbanísticas e habitacionais que deverão ser adotadas definindo uma estratégia de intervenção de curto (0 a 3 anos), médio (4 a 6 anos) e longo prazo (7 a 10 anos) contemplando a identificação de linhas de financiamento (públicas e privadas) que sustentam uma estratégia de intervenção, um programa de ação e explorando modelos de investimento. Aqui, é fulcral realçar a intervenção efetuada em duas ilhas municipais, a “Ilha” da Bela Vista e a “Ilha” de Bonjardim, 655 que corporizam, desde já, uma das variadíssimas formas e modelos de intervenção que se preveem implementar na cidade do Porto. A intervenção programada para a última das ilhas municipais existentes a necessitar de reabilitação, a “Ilha” de Cortes o processo será encerrado no corrente triénio.

O segundo, refere-se à responsabilidade assumida pela Domus Social, EM e que abre o leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outro modelo de provisão de habitação com a utilização do *stock* (devoluto e ocupado) de imóveis designados por “Casas do Património”, “Casas do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira / Barredo-Centro Histórico (CRUARB-CH)” e as “Casas da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP)” para atribuição a segmentos da população impossibilitadas de aceder ao mercado privado normal de arrendamento.

Na área da energia e ambiente a aposta da Domus Social, EM traduzir-se-á na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação



pública municipal respondendo também assim a um dos desígnios do programa Portugal 20-20 e mais particularmente do Norte 20-20. Realce-se que durante o próximo triénio implementar-se-á o projeto PORTO SOLAR em edifícios não habitacionais de acordo com as diretrizes do MP contando com o apoio técnico da Agência de Energia do Porto (AdEPorto).

Acrescente-se ainda que a empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos públicos (comunitários, ou não) aplicáveis na sua atividade e colaborar ativamente com a CMP em todos os processos de candidaturas.

Realce-se a participação da DomusSocial, EM em diferentes projetos europeus com financiamento assegurado por fundos comunitários nomeadamente o projecto URBiNAT – Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods fo the Co-Creation of Social, Environmental and Marketable NBS¹ financiado no âmbito do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020) com uma duração de 60 meses a partir de 1 de Junho de 2018. A cidade do Porto é líder em conjunto com Nantes (França) e Sófia (Bulgária).

Ainda no âmbito de trabalhos de cooperação e parceria encontra-se em desenvolvimento o projeto denominado “Co-Criação de Soluções Territoriais ENergicamente Eficientes de Eco-Renovação do Habitat Residencial PATrimonial dos Centros Históricos (ENERPAT) no âmbito do INTERREG Sudoeste que se prevê concluir em 30 de Junho de 2019.

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, o apoio logístico na implementação e no controlo do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pela MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras atribuindo-lhes um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária será uma das áreas que durante o próximo triénio continuará a ser objeto de uma particular atenção.

¹ Acrónimo de Nature Based Solutions em inglês traduzido como “soluções baseadas na natureza”



A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de manutenção e reabilitação de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento de habitações públicas municipais, efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

O programa de automanutenção “Casa Como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com comparticipação financeira da Domus Social, EM constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, eleva o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam. Durante o presente triénio irá promover-se uma redinamização e revitalização do programa.

Sem prejuízo da fundamental preocupação com critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vastíssimo conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social, EM propõe-se efetuar um acompanhamento muito próximo das mesmas, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará ainda mais no terreno, junto dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Continuar-se-á a assegurar a valorização pessoal e profissional dos colaboradores, suportada por um sistema de avaliação de desempenho participado, a par do diagnóstico/levantamento de necessidades de formação, por funções/áreas, que resultará no plano anual de formação que, pela

sua natureza, se traduz num acréscimo de valor para o colaborador e para a organização. Para cumprir estes desígnios será feita uma aposta no fortalecimento do sentido de pertença à organização, através da valorização da criatividade, responsabilidade e autonomia dos colaboradores.

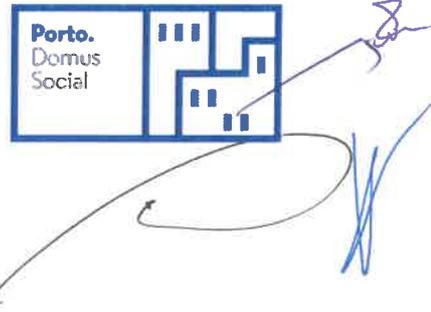
Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os IGP para o triénio 2019-2021, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

De acordo com os Estatutos da Domus Social, EM a contabilidade deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) até 31 de dezembro de 2018, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, e demais legislação aplicável, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.



II. PLANOS PLURIANUAI

II. Planos Plurianuais



A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 15 dias;
- vi. O prazo de recebimento por parte da CMP foi estimado em 5 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 1,5%;
- viii. A taxa nominal média de crescimento salarial de 2%.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Melhoria contínua da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;

- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;
- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação;
- vii. Aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico;
- viii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ix. Reforço e implementação gradual de medidas de Manutenção Preventiva;
- x. Elaboração da Estratégia Local de Habitação.

B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH). É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, EM tem adotado para responder á fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento apoiamos aproximadamente 1.900 famílias.

Esta medida visa promover a manutenção dos agregados familiares nas atuais habitações arrendadas, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas que contribuam para reforçar a coesão social, na verdade, a disponibilidade de habitação pública municipal fica, de facto, aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a constante implementação de medidas de gestão inovadoras que venham contribuir para minorar as dificuldades.

O projeto de intervenção das “ilhas” da cidade, iniciado com a reabilitação das que são propriedade do município, e a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico, entre outras, são exemplos de respostas que o MP está a dar e continuará a implementar ao longo do próximo triénio. Estas ações são ainda um importante contributo no repovoamento e revitalização do centro da cidade, contribuindo para a fixação de população na área mais central da cidade.

No último ano, esta direção entregou cerca de 300 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

No decurso do último ano, a Domus Social, EM iniciou os planos de Reversão / Requalificação de três aglomerados habitacionais: São João de Deus, Rainha D. Leonor e Pereiró (CTT). Já no início de 2019, e concluídas as primeiras fases de requalificação destes aglomerados habitacionais, cujos projetos de arquitetura e execução foram equacionados para garantir a qualidade de vida, o conforto e as condições habitacionais adequadas aos agregados familiares oriundos daqueles locais, vai ser concretizado o realojamento dos moradores.

Para assegurar uma gestão cada vez mais eficaz, numa área em que as práticas já estão consolidadas, manter-se-á o desenvolvimento ao nível da modernização das ferramentas que suportam a atividade



da empresa, de forma a potenciar ainda mais dois grandes objetivos: transparência na relação com os clientes e otimização dos serviços

Com efeito, estão a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Para além do trabalho já consolidado ao nível do Projeto ConDomus e dos Pedidos de Habitação, ao nível da atualização de dados de inquilinos municipais, é disponibilizada aos agregados familiares uma plataforma eletrónica para submissão dos processos. Para além da permanente articulação com as Juntas de Freguesia que igualmente colaboram na recolha e registo de informação, a descentralização dos locais de entrega por recurso à plataforma eletrónica, tem vindo a melhorar e simplificar todo o processo de atualização de dados.

Ressalva-se ainda o resultado da profícua articulação com a Autoridade Tributária e Aduaneira na disponibilização de dados referentes aos rendimentos auferidos pelos agregados a considerar para efeitos de atualização do processo habitacional e cálculo de renda, dispensando assim os agregados que deram autorização para consulta da apresentação desses documentos.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com mais de 80% de entradas organizadas, este projeto, que trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais ao nível, essencialmente, da preservação dos espaços comuns, continuará a sua extensão aos aglomerados habitacionais ainda não abrangidos pelo projeto.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o refortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciado o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o



associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Foi também com esta preocupação sobre a população mais envelhecida que, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã e Ramalde), foram instaladas as residências partilhadas para idosos no Porto de forma a combatermos o isolamento e contribuirmos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem na habitação pública municipal. Considerando os resultados e sucessos deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

Também a pensar nesta franja da população, está no terreno o “Porto Importa-se”. A Domus Social, EM, no âmbito da atividade que desenvolve junto dos inquilinos municipais e ciente das carências que muitos deles sentem, sobretudo os mais idosos, implementou um projeto solidário e voluntário, com o objetivo de ajudar a ultrapassar situações de isolamento e de apoio diverso a idosos residentes em bairros sociais, nomeadamente ajudas na doença e em atividades correntes da vida diária. Este projeto está delineado para a intervenção em rede, pretendendo fomentar as potencialidades locais e redes solidárias, sustentadas na capacidade já instalada no território e aproveitando eficazmente os recursos na resposta aos problemas dos moradores idosos. O projeto encontra-se em fase final de diagnóstico e, no decurso do triénio consubstanciar-se-á a conceção de um projeto de voluntariado e o desenvolvimento de uma plataforma de comunicação entre técnicos e instituições.

Ainda com preocupações de carácter social, o MP submeteu a candidatura – ABORDAGENS INTEGRADAS PARA A INCLUSÃO ATIVA ao Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020 Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza.

Nessa candidatura, a Domus Social, EM integrou um conjunto de ações de formação a desenvolver no âmbito do projeto ConDomus, apoio financeiro para a implementação do projeto de apoio a idosos isolados, bem como outras ações dirigidas para população residente em zonas socialmente desfavorecidas, muito direcionadas para a participação comunitária e para a integração dessas comunidades em ações de natureza cultural.



Uma das ações propostas pela Domus Social, EM já em curso e que vai continuar a ser implementada no decurso do triénio, é o desenvolvimento de competências artísticas e talentos de jovens em torno das músicas populares urbanas e arte urbana através de aulas regulares de dança, música e formação cénica dirigida a três Comunidades Desfavorecidas, Comunidade do Vale da Ribeira da Granja, Comunidade do Vale de Campanhã/Norte e Comunidade do Vale de Campanhã/Sul, integrada na Atividade BORA P'Ó PALCO! DAS VONTADES FAZEMOS LIBERDADE, UM RESGATE ARTÍSTICO. Este projeto enquadra-se ainda num dos compromissos assumidos em julho de 2016 entre o Município do Porto e o Ministério da Administração Interna - Contrato Local de Segurança (CLS) – que compreende territórios identificados com contextos de risco, designadamente os Bairros do Cerco, Pasteleira, Agrupamento da Pasteleira e Dr. Nuno Pinheiro Torres.

Este Contrato Local de Segurança assume-se como um instrumento privilegiado, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

Esta ação, ao privilegiar como campo de atuação o tecido social envolvente, possibilita a materialização da condição de cidadania através da participação social.

Assumindo a participação social como uma manifestação da inclusão social, pretende-se demonstrar que a esfera cultural, nomeadamente, a arte, pode potencializar e devolver a possibilidade de participação social e prover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Ainda ao nível do AIIA, estão já no terreno ações de capacitação junto dos gestores de entrada do projeto no âmbito das seguintes temáticas: Suporte Básico de Vida, Gestão de Conflitos, gestão dos recursos hídricos, Ambiente e Salubridade e Proteção e Segurança.

Para além destas atividades, estão já planeadas ações de sensibilização de Proteção e Segurança e Educação Ambiental junto de moradores (famílias) residentes em habitação pública municipal.

Assim, no âmbito desta candidatura e para o próximo triénio, entre outros, o compromisso da empresa é o de aprofundamento e alargamento do Programa ConDomus às Comunidades Desfavorecidas, capacitando, dinamizando e mobilizando os Gestores de Entrada e os moradores através do incremento da sua participação e da sua implicação na gestão dos espaços comuns; da melhoria do uso e fruição das zonas comuns e espaços exteriores envolventes aos edifícios de habitação municipal; da potenciação da conservação e manutenção do edifício municipal, prevenindo a sua deterioração; do aumento do grau de satisfação, comodidade e segurança dos inquilinos residentes em habitação municipal, nomeadamente no tocante à sensibilização face à igualdade de género, violência doméstica e isolamento dos idosos. Por outro lado, prevêem-se ainda outras atividades de apoio e inclusão social que vão além do projeto ConDomus, designadamente atuando ao nível da integração dos novos residentes e no apoio integrado aos idosos isolados.

Todos os vetores funcionais desta direção têm como objetivo a procura da melhor resposta possível a quem necessita de habitação pública municipal e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que aí já residem. Estes objetivos coabitam e exigem o cumprimento inequívoco das regras e obrigações inerentes à utilização de habitação pública municipal.

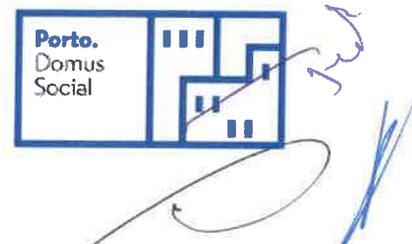
O nível de cumprimento de pagamento de rendas tem vindo a demonstrar uma evolução positiva. Com efeito, em 2018, foi implementada uma metodologia de controlo e monitorização dos inquilinos devores de renda. Esta metodologia, acompanhada de análise das condições socioeconómicas dos agregados familiares e de medidas que vão assegurando, sempre que necessário e possível, alternativas para regularização das situações de incumprimento, tem demonstrado resultados eficazes e será mantida.

A empresa tem vindo a apostar na melhoria contínua, desde 2017, com o apoio do Instituto Kaizen, através da crescente eficiência nos seus processos, na redução de custos operacionais e de melhorias dos níveis de serviço e no atendimento ao cliente. Estas medidas abrangeram, numa primeira fase, o processo de Gestão Processual e o processo de Fiscalização do Parque Habitacional.



Em 2018, foi iniciada a fase de diagnóstico, planeamento estratégico e de implementação deste modelo no Gabinete do Inquilino Municipal. As novas práticas de melhoria visam um aumento de processos resolvidos com os mesmos recursos e uma redução dos tempos de resposta, com ganhos significativos na eficácia e disponibilidade para novas tarefas e funções. Dando continuidade a este modelo, estima-se aumentar a satisfação do cliente e a motivação dos colaboradores, a eficácia e eficiência do serviço e qualidade do atendimento.

A satisfação do cliente, apostando num atendimento direto e claro, tem levado a alguns investimentos, quer ao nível da formação específica dos técnicos, quer ao nível de desenvolvimentos informáticos, estratégia que será prosseguida no próximo triénio.



2. MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DP passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DP, nomeadamente:

- Reabilitar o “envelope” dos edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DP é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Esse património é essencialmente formado por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, constituído por 565 edifícios com

12.617 fogos, constituintes da clássica designação de “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP, e por 111 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais. Este último parque contempla 49 edifícios que constituem o Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e 62 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa / institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A empresa tem em curso a elaboração de uma diversidade de projetos e empreitadas de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal.

A DP é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por 149 equipamentos de elevação e ascensores, por 2.431 extintores e carretéis, por 61 sistemas de deteção de intrusão e roubo, 46 instalações de Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio (SADI) e por 87 sistemas de bombagem, entre outros. A DP é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 9 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 10 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DP nos próximos anos com a prioridade das políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança de padrão no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada ex-ante foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

Em articulação com a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designados Outros Edifícios Públicos Municipais encontrando-se em curso a sua implementação.



A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas e das instalações elétricas que se encontram a ser implementados.

As equipas de intervenção da Gestão da Manutenção (GM), bem como os colaboradores da Domus Social, EM que acompanham essas equipas atuam isolados, do ponto de vista dos sistemas de informação, o que os obriga a remeter os registos das intervenções ou a consultar informação na sede da empresa, comportamento identificado como um fator de ineficiência e desperdício. Assim, e num futuro próximo, pretende-se que as equipas possam registar as intervenções e aceder à informação em tempo real no local com recurso a equipamentos portáteis (tablets ou smartphones) utilizando infraestruturas de comunicações móveis, o que permitirá uma melhoria na eficiência e eficácia na resposta às diferentes solicitações com que se deparam estas equipas de intervenção. E, aqui, as emergências trabalho crítico destas intervenções poderão vir a melhorar os tempos de resposta.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 32.465.931€ IVA incluído, aos quais acresce 4.270.000€, provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. Habitação Social Municipal

Gestão e Manutenção do Parque de Habitação Pública Municipal

Para 2019 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 23.360.027€ acrescida do montante proveniente da receita de rendas.



Irá ser dada continuidade às obras de grande reabilitação iniciadas em anos anteriores com vista à conclusão das mesmas nos bairros Bom Pastor, Falcão, Monte da Bela, Pereiró e São João de Deus. Refira-se que a intervenção em São João de Deus encontra-se inscrita no programa “Reabilitar para Arrendar”. Também será dada continuidade às intervenções nos bairros do Carvalhido e Mouteira.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no Agrupamento do Falcão, Fernão de Magalhães e Pasteleira que se desenvolverão no triénio. Dar-se-á também, continuidade ao processo de regeneração urbana do Cerco do Porto. As intervenções alargar-se-ão à “ilha” municipal de Cortes (Requesende).

O objetivo fixado para 2019 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 350 habitações.

b. Educação

Manutenção e Conservação do Parque Escolar Público Municipal

A dotação financeira para esta rubrica é de 700.000€. Esta verba permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de bombagem de abastecimento de água, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

c. Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais

Manutenção e Conservação de Outros Equipamentos Públicos Municipais



Enquadrado na dotação financeira fixada de 3.735.000€ será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral), as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), teatros municipais (Rivoli e Campo Alegre) - administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela GM, assim como a instalação de uma rede de painéis fotovoltaicos em edifícios municipais.

d. Ambiente e Serviços Urbanos

A Domus Social, EM assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitada que venham a ser solicitadas pela Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) até ao montante de 100.000 €, nomeadamente para a reparação e ampliação dos Postos de Zonas de Jardins e dos Postos de Zonas de Limpeza Urbana.

e. Urbanismo e Reabilitação Urbana

Reabilitação / Requalificação Urbana

A dotação financeira desta rubrica é de 300.000€ e destina-se, essencialmente, ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pelo DMPC e pelo DMF da CMP.

Edifícios a Reabilitar – Centro Histórico



A dotação financeira desta rubrica é de 2.863.707€ e destina-se à reabilitação de edifícios localizados no Centro Histórico.

f. Solidariedade Social/Ação Social

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao montante de 1.107.197€.

g. Equipamentos e infraestruturas desportivas

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas em equipamentos e infraestruturas desportivas, nomeadamente polidesportivos exteriores e ringues, até ao montante de 300.000€.



3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

CONTRATO DE MANDATO CMP			
(Un.: euro)			
Designação	2019	2020	2021
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social			
Solidariedade Social	400 000	400 000	400 000
Solidariedade Social - AIIA - Ação financiada	707 197	489 759	0
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	22 234 451	15 878 314	14 128 222
Hab. Soc.-Projeto Enerpat - Ação financiada	137 576	0	0
Hab. Soc.-Reabilitar para Arrendar	988 000	297 000	0
subtotal	24 467 224	17 065 073	14 528 222
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana			
Edifícios a reabilitar - centro histórico	300 000	300 000	300 000
Edifícios a reabilitar - centro histórico	2 863 707	0	0
subtotal	3 163 707	300 000	300 000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação			
Promover e fomentar a educação	700 000	700 000	700 000
10 DESPORTO			
10.1 Manutenção de polidesportivos exteriores – ringues			
Manutenção de polidesportivos exteriores – ringues	300 000	100 000	100 000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
Funcionamento dos serviços	2 700 000	1 500 000	1 500 000
13.1 Outras intervenções			
Outras intervenções	100 000	100 000	100 000
Painéis fotovoltaicos	1 035 000	0	0
subtotal	3 835 000	1 600 000	1 600 000
Total	32 465 931	19 765 073	17 228 222



O subsídio à exploração está suportado num Contrato Programa a celebrar com o Município do Porto.

CONTRATO PROGRAMA CMP

Subsídio à exploração 677.126

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	IGP 2019
Contratos	400 000
Encomendas e serviços	10 000
subtotal gestão do parque habitacional	410 000
Emergências e pequenas intervenções (serralharia, carpintaria, pintura)	125 000
Serviços diversos (trab.especializados, honorários, publicidade)	10 000
Contratos de manutenção (preventiva)	20 000
Contratos de brigadas	630 000
Materiais de armazém	165 000
Outros materiais	60 000
Automanutenção	15 000
Empreitadas	225 000
Fiscalização	20 000
Projeto e outros	90 000
Manutenção preventiva	2 500 000
subtotal manutenção do parque habitacional	3 860 000
TOTAL	4 270 000

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2019-2021

O investimento previsto para o triénio em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
valores em euros			
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifícios e outras construções	85 969	0	0
Equipamento de informática	4 352	3 000	3 000
Equipamento de transporte	0	0	0
Equipamento administrativo	3 155	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	8 792	12 000	12 000
SUBTOTAL	102 268	20 000	20 000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de computador	189 132	30 000	30 000
SUBTOTAL	189 132	30 000	30 000
TOTAL	291 400	50 000	50 000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adequação à atividade da Domus Social, EM está previsto em 2019 a continuidade na implementação de novas soluções em tecnologias de informação, assim como a passagem a produtivo de diversas aplicações informáticas que têm vindo a ser desenvolvidas e que se encontram em ativos intangíveis em curso.

A passagem a produtivo do módulo de manutenção preventiva, na sequência do módulo de gestão de cadastro, permitirá, no início de 2019, gerir as primeiras ações de manutenção preventiva sistemática e programada a nível do exterior dos edifícios de habitação social.

O desenvolvimento do aplicativo de gestão integrada do parque de habitação pública municipal e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), são igualmente aplicações que foram desenvolvidos em 2018 e que vão ter aplicabilidade funcional plena em 2019.

Quanto a novos investimentos a implementar em 2019 podem ser referidos o projeto piloto de gestão de mobilidade das brigadas e ainda a finalização do projeto de integração de todos os aplicativos em desenvolvimento com o ERP. A estratégia da empresa passa por investir em sistemas que permitam obter informação útil e oportuna pelo que o BI vai ser escalado para que possa retornar informação disponibilizada pelos novos desenvolvimentos.

Pretende-se igualmente reforçar os mecanismos de proteção de informação do Data Center com a implementação de um sistema de Disaster Recovery assim como implementar um sistema de gravação de chamadas.

É igualmente objetivo para 2019 renovar e adaptar o espaço do arquivo geral de forma a que este possa fornecer as melhores e mais adequadas condições de trabalho aos colaboradores que o ocupam, assim como a modernização do Gabinete do Inquilino Municipal.

O restante investimento previsto tem como objetivo garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2020 e 2021 limita-se a impedir a obsolescência dos equipamentos administrativos e informáticos.



2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2019-2021

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2019-2021 é a seguinte:

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1
Gabinete Jurídico	3	3	3	3
Gabinete de Estudos e Planeamento	2	2	2	2
Gabinete de Comunicação e Imagem	1	1	1	1
Gabinete de Qualidade e Gestão Documental	9	9	9	9
Coordenação dos Recursos Humanos	2	3	3	3
Gabinete de Sistemas de Informação	4	4	4	4
Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	6	6	6
Direção de Produção	4	6	6	6
Coordenação da Gestão de Projeto	8	9	9	9
Coordenação da Gestão de Empreendimentos – Grande Reabilitação	5	5	5	5
Coordenação da Gestão de Empreitadas – Pequena Reabilitação	7	7	7	7
Coordenação da Gestão da Manutenção (GM+LAT+EM)	16	16	16	16
Brigadas de Intervenção (CC)	14	15	15	15
Subtotal Produção	54	58	58	58
Direção de Gestão do Parque Habitacional	1	1	1	1
Coordenação da Gestão de Ocupações	8	8	8	8
Coordenação de Gestão de Condomínios	8	8	8	8
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	9	10	10	10
Coordenação de Gestão Administrativa	3	3	3	3
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	9	9	9	9
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	38	39	39	39
Direção Administrativa e Financeira	1	1	1	1
Financeira	5	6	6	6
Subtotal Administrativa e Financeira	6	7	7	7
Total	126	133	133	133

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos e ainda 1 colaborador a exercer funções na Fundação de Desenvolvimento Social do Porto, em liquidação.

O reforço do quadro de pessoal está principalmente relacionado com as transformações verificadas na atividade da empresa (assumir das obras da grande reabilitação), assim como o alargamento do seu objeto social às ilhas e edifícios devolutos.

Motivação e retenção de quadros

A Domus Social, EM continua, cada vez mais, a reforçar a sua aposta ao nível da gestão integrada de recursos humanos da empresa.

A promoção e desenvolvimento dos nossos colaboradores é, neste triénio, um dos principais objetivos estratégicos da administração desta empresa municipal.

Assim, estão em já em andamento um conjunto de projetos que visam a melhoria da qualidade de trabalho das nossas pessoas, pretendendo, desta forma, maximizar o capital humano, rentabilizando e promovendo o talento interno.

De entre estes projetos salientam-se o estudo já concluído para a implementação de um Modelo de Gestão de Carreiras cujos macro objetivos centram-se nos pontos seguintes:

- Criar uma cultura organizacional de transparência e equidade;
- Desenvolver a motivação dos colaboradores, comunicando-lhes claramente o caminho a percorrer quanto à evolução e desenvolvimento profissional;
- Definir e procedimentalizar a gestão de pessoas ao nível do desenvolvimento de carreiras.

Paralelamente de referenciar a aquisição, já em curso, e conseqüente implementação de um novo *Software* de Gestão de Recursos Humanos, fruto da necessidade de otimização, modernização e atualização do tratamento dos processos associados aos Recursos Humanos.

Assim, a aquisição de um *Software* de Gestão de Recursos Humanos, surge da imprescindibilidade de implementar uma nova solução que responda às necessidades crescentes da empresa nesta área, com o intuito de dotar a Domus Social, EM de mecanismos de gestão mais eficazes, produtivos e adequados às necessidades crescentes e evolutivas no domínio da Gestão de RH.

Finalmente de mencionar ainda a conceção e realização do questionário de satisfação de colaboradores, este ano com uma taxa de resposta bastante satisfatória na ordem dos 81%. Os resultados deste questionário serão alvo de forte estudo e análise com vista a melhor conhecer quais as necessidades laborais de cada um, promovendo, deste modo, uma escuta ativa e conseqüente desenvolvimento e implementação de soluções adequadas e em linha com os interesses dos nossos colaboradores.

Formação

A aposta na formação profissional de todos os colaboradores da empresa mantém-se exponencial ao nível da gestão de recursos humanos.

Neste sentido, o nível de investimento neste domínio é crescente, alinhando-se cada vez mais as ofertas formativas com as necessidades de desenvolvimento identificadas nos nossos colaboradores.

Potencia-se assim, quer o desenvolvimento de competências técnicas, mas também e sobretudo a maximização de *skills* comportamentais quer ao nível da comunicação, transmissão de informação interna e externamente, bem como, ao nível da liderança e gestão de equipas.

O plano anual de formação é construído de forma dinâmica e integrada envolvendo não só as chefias, como também os próprios colaboradores, seja em sede de diagnóstico de necessidades formativas, decorrente do processo de avaliação de desempenho anual, seja ao longo do ano e “à medida” dos *gaps* de cada um.

Promove-se ainda, neste âmbito, o desenvolvimento de ações de formação de carácter generalista, mas fundamentais na promoção da qualidade de trabalho das nossas equipas. A importância de conteúdos que se relacionam com a ergonomia, ginástica laboral e riscos psicossociais assume-se como determinante para o sucesso e bem-estar de cada colaborador desta empresa, desenvolvendo assim níveis de motivação, envolvimento e *engagement* significativos.



Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

O processo de Avaliação de Desempenho foi alvo de uma profunda reanálise, concluindo-se pela necessidade de uma reformulação que, entretanto, está a ser implementada.

Este modelo visa não só “profissionalizar” e credibilizar o processo de avaliação de desempenho, como também garantir que este é efetivamente uma ferramenta de gestão de recursos humanos em sintonia com o novo Modelo de Gestão de Carreiras.

D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
INVESTIMENTO			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	291 400	50 000	50 000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO			
Autofinanciamento	291 400	50 000	50 000

O investimento previsto para triénio 2019-2021, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 291.400€, 50.000€ e 50.000€, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

Paralelamente mantêm-se em execução contratual duas locações financeiras, relativas a uma viatura ligeira (Smart) e equipamento de impressão. O capital em dívida previsional em 31 de dezembro de 2019 ascende a aproximadamente 6.063€ não tendo o juro expressão materialmente relevante.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Taxa de inflação	1,50%	1,40%	1,40%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	5	5	5
Tempo médio de pagamento (em dias)	15	15	15
Índice de atualização das rendas	1,15%	1,15%	1,15%
Taxa de imparidade das rendas	0,36%	0,36%	0,36%
Taxa média de crescimento dos salários	2,00%	0,00%	0,00%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO DE 2019 - 2021	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
RESULTADOS			
Resultado operacional	5 430	4 697	4 784
Resultado financeiro	31 612	32 106	32 210
Resultado líquido do período	26 698	26 757	26 907
RENDIMENTOS			
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	31 923 804	19 527 339	17 024 444
Rendas emitidas	8 526 856	8 624 915	8 724 101
GASTOS			
Gastos com o pessoal	3 645 010	3 645 010	3 645 010
Fornecimentos e serviços externos	36 882 601	24 534 199	22 109 710
BALANÇO			
Total do ativo	5 401 117	4 908 342	4 833 351
Total do ativo não corrente	596 367	345 418	100 044
Total do passivo	4 348 278	3 828 746	3 726 848
Total do capital próprio	1 052 839	1 079 596	1 106 502

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2019 de 5.430 €. Nos dois anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de, respetivamente, 4.697 € e 4.784 €, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio de 14.911 €.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social, EM cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO
2019

III. Demonstrações Financeiras Previsionais para o ano 2019

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2019 foi de 1,5%.

2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2019
Ativos fixos tangíveis	102 268
Ativos intangíveis	189 132
Total	291 400

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2019 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 5 dias para os anos 2019, 2020 e 2021.

A prestação de serviços para o ano 2019 é a seguinte:

ANO 2019		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	Montante sem IVA	Montante com IVA
Vendas e prestação de serviços à CMP		
Habituação		
Execução de obra e prestação de serviços	25 740 476	26 086 158
Outras Rubricas		
Execução de obra e prestação de serviços	6 159 478	6 242 197
Total de obra e prestação de serviços	31 899 954	32 328 355
Rendas emitidas	8 526 856	8 526 856
Subsidio à exploração	703 922	703 922
subtotal	41 130 732	41 559 133
Vendas e prestação de serviços a outras entidades		
Rendimentos suplementares	23 850	29 335
subtotal	23 850	29 335
TOTAL	41 154 582	41 588 468

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos Instrumentos de Gestão Previsional uma taxa de incumprimento de 0,36%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquida das cobranças em SEF (Sistema de Execuções Fiscais), baseada nos dados históricos de cobranças em 2018.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) - Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social, EM sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 1,25% e 1,2%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é até 15 dias para os anos 2019, 2020 e 2021.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, consultoria para implementação da norma de Responsabilidade Social, auditoria interna e auditoria de acompanhamento APCER, manutenções de aplicativos informáticos, consultoria na otimização e racionalização de processos, e continuação do desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho e implementação de Kaizen na organização .
- b. Na rubrica “Publicidade” está prevista uma verba para a publicação de anúncios e outros gastos com material de divulgação.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com revisão legal das contas e consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. A rubrica “Trabalho Temporário” contempla os gastos previstos com colaboradores em regime de trabalho temporário para o Programa Porto Solidário e processos de atualização de dados.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2019
GASTOS DIRETOS DA OBRA	
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	31 899 954
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	4 270 000
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS	
Trabalhos especializados	79 651
Publicidade	3 500
Vigilância e segurança	87 422
Honorários	16 000
Conservação e reparação	150 300
Trabalho temporário	32 400
Ferramentas e utensílios	1 156
Livros e documentação técnica	1 253
Material de escritório	21 743
Eletricidade	10 000
Combustíveis	8 000
Deslocações e estadas	5 000
Transportes de pessoal	373
Rendas e alugueres	331 126
Comunicação	48 582
Seguros	25 948
Contencioso e notariado	25 500
Despesas de representação	2 783
Limpeza, higiene e conforto	32 069
Outros fornecimentos e serviços	514
Encargos bancários	6 879
subtotal	890 200
Total	37 160 153

Os gastos de obra a refaturar à Câmara Municipal do Porto estão evidenciados no ponto 3.

4.2 - Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Administrador	3	3	3
Diretor	4	4	4
Coordenador	13	13	13
Técnico Superior	38	38	38
Técnico	26	26	26
Técnico Profissional	14	14	14
Operário Qualificado	13	13	13
Operário Semiqualficado	3	3	3
Administrativo	16	16	16
Telefonista	3	3	3
Total	133	133	133

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem um colaborador a exercer funções em regime de cedência temporária na Fundação Porto Social, em liquidação.

A empresa tem ainda 3 administradores, conforme previsto nos estatutos, sendo um deles não remunerado.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 2 %;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FCT/FGCT) – 25,5%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1% do total de gastos com o pessoal;

- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,5% do total de gastos com o pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,7%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

De acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 agosto que consagrou o regime jurídico do Fundo de Compensação de Trabalho, cuja adesão é obrigatória para todas as entidades que celebrem contratos regulados pelo Código do Trabalho, a partir de outubro de 2013. Este Fundo, que tem por propósito garantir o pagamento da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, obriga à entrega do valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, pagas a cada colaborador abrangido.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da Câmara Municipal do Porto e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
ATIVOS INTANGÍVEIS	
Programas	33,33% - 100%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no triénio, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento e a devolução dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.



7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.2 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 1,3%, sendo de 1,2% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da Câmara que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 25,53%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,72%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

7.3 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.4 – Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica no passivo.

A rubrica “Outras dívidas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.5 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social, EM.

7.6 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 ações nominativas de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto:

	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	VALOR DA ACÇÃO	PEDIDO	OBSERVAÇÕES
1	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	91 357,80 €	Pagamento de pretensos trabalhos a mais e pretensos suprimentos de erros e omissões do projeto não reconhecidos pelo dono da obra.	A Domus Social foi condenada a pagar o montante de 12.250. A Domus Social interpôs recurso jurisdiccional, cuja decisão se aguarda.
2	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	2 026 397,16 €	Reclamado pagamento das faturas vencidas e não pagas, juros por pagamento de faturas pretensamente feitas fora do prazo e de faturas pretensamente não pagas, “custos acessórios e de estaleiro” e montante pretensamente devido por trabalhos resultantes de erros e omissões. As faturas reclamadas foram liquidadas por compensação de multas aplicadas.	Por sentença de 6 de janeiro de 2015, a Domus Social foi absolvida de todos os pedidos. A autora requereu a nulidade da sentença, o que foi declarado pelo próprio TAF. Aguarda-se nova decisão da 1.ª instância.
3	Domus Social, EM	Impugnação judicial	14 634,31 €	juros indemnizatórios devidos por atraso verificado no pagamento do reembolso do IVA referente a janeiro de 2006.	A 13 de abril de 2009 a Fazenda Pública apresentou a sua contestação. Aguarda-se desenvolvimentos do processo.
4	Aristo - Empresa Nacional de Arquitetura - Unipessoal, Lda.	Impugnação judicial	57 497,55 €	Impugnação de multas contratuais e pedido de pagamento de verba penhorada.	Apresentada, no dia 27 de setembro de 2013, a contestação à ação.
5	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa comum	3 612,15 €	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada.	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
6	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	13 783,35 €	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada.	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
7	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €	Pagamento de trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos.	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo.

Em conclusão, é convicção da Domus Social, EM que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2019-2021 gera resultados operacionais positivos ao longo do triénio no montante de 14.911 €.

Os Instrumentos de Gestão Previsional geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021
Liquidez geral	1,09	1,17	1,25
Autonomia financeira	19,5%	22,0%	22,9%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	314 634	282 843	277 418

B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

NOTAS Unidade monetária: €
ANO 2019

RENDIMENTOS E GASTOS		
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	III-A-3	31 899 953,74
RENDAS EMITIDAS	III-A-3	8 526 855,85
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	II - 3 / III-A-3	703 922,35
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	III-A-4.1	-277 552,05
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	III-A-4.1	-36 882 601,40
GASTOS COM O PESSOAL	III-A-4.2	-3 645 009,83
IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)		-30 504,95
OUTROS RENDIMENTOS		23 849,82
OUTROS GASTOS		-25 547,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		293 365,76
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	III-A-4.3	-287 935,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 429,98
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	III-A-6	31 611,69
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	III-A-6	0,00
Resultado antes de impostos		37 041,67
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	III-A-6	-10 343,26
Resultado líquido do período		26 698,41

C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	III-A-3	32 170 591,74
Rendas emitidas	III-A-3	8 496 350,90
Subsídio à exploração	II-3 / III-A-3	703 922,35
Pagamentos a fornecedores	III-A-4.1	-36 412 889,10
Pagamentos ao pessoal	III-A-4.2	-4 127 711,37
Caixa gerada pelas operações		830 264,52
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	II-A-6	-2 573,68
Outros recebimentos / pagamentos	II-A-3	539 826,82
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1 367 517,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	III-A-2/III-A-4.3	-333 536,03
Investimentos financeiros	III-A-4.2	-5 137,08
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	III-A-5	31 611,69
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-307 061,42
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-12 082,67
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-12 082,67
Variação de caixa e seus equivalentes		1 048 373,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		486 982,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 535 356,08

D. BALANÇO PREVISIONAL

Unidade monetária €

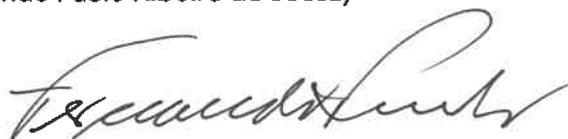
BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/19
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	III-A-2/III-A-4.3	113 997,49
Ativos intangíveis	III-A-2/III-A-4.3	463 181,32
Outros investimentos financeiros	III-A-4.2	19 188,41
		<u>596 367,22</u>
ATIVO CORRENTE		
Inventários		74 034,86
Clientes	III-A-3	540 455,48
Estado e outros entes públicos	III-A-4.2/III-A-6/III-A-7.2	218 860,55
Outros créditos a receber	III-A-7.4	2 357 970,70
Diferimentos	III-A-7.3	78 071,85
Caixa e depósitos bancários	III-A-7.1	1 535 356,08
		<u>4 804 749,52</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5 401 116,74</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	III-A-7.6	500 000,00
Reservas legais	III-A-7.5	66 524,21
Outras reservas	III-A-7.5	38 707,28
Resultados transitados		420 909,05
		<u>1 026 140,54</u>
Resultado líquido do período	III-B	26 698,41
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>1 052 838,95</u>
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		1 000,00
		<u>1 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	III-A-4.1	1 542 197,35
Estado e outros entes públicos	III-A-4.2/III-A-6/III-A-7.2	124 616,87
Financiamentos obtidos	II-D	6 063,00
Outras dívidas a pagar	III-A-7.4	2 674 400,57
		<u>4 347 277,79</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>4 348 277,79</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>5 401 116,74</u>

Porto, 10 de outubro de 2018

O Conselho de Administração,



(Fernando Paulo Ribeiro de Sousa)



(Fernando Francisco Barbosa Pinto)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)

IV. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2019-2021

CONTRATO DE MANDATO CMP

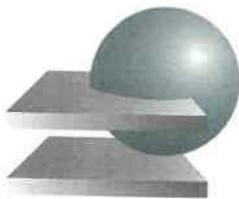
(Un.: euro)

Designação	2019	2020	2021
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social			
Solidariedade Social	400 000	400 000	400 000
Solidariedade Social - AIIA - Ação financiada	707 197	489 759	0
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	22 234 451	15 878 314	14 128 222
Hab. Soc.-Projeto Enerpat - Ação financiada	137 576	0	0
Hab. Soc.-Reabilitar para Arrendar	988 000	297 000	0
subtotal	24 467 224	17 065 073	14 528 222
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana			
Edifícios a reabilitar - centro histórico	300 000	300 000	300 000
	2 863 707	0	0
subtotal	3 163 707	300 000	300 000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	700 000	700 000	700 000
10 DESPORTO			
10.1 Manutenção de polidesportivos exteriores – ringues	300 000	100 000	100 000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
Funcionamento dos serviços	2 700 000	1 500 000	1 500 000
13.1 Outras intervenções	100 000	100 000	100 000
Painéis fotovoltaicos	1 035 000	0	0
subtotal	3 835 000	1 600 000	1 600 000
Total	32 465 931	19 765 073	17 228 222



[Handwritten signature]

V. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto procedemos ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (a Entidade ou Domus Social) relativos ao período de 2019 a 2021, que compreendem os Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, o Orçamento anual de investimentos, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto III-A dos IGP.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo número 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

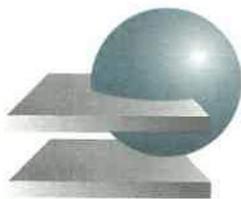
Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamámos a atenção para as situações seguintes:

- a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2018. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estimados e incluídos nos capitais próprios, poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme nota informativa do Município do Porto de 19 de setembro de 2018.
- b) De acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, a Domus Social, está obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 1 de janeiro de 2017 na qualidade de entidade pública reclassificada. Após sucessivas prorrogações da entrada em vigor do SNC-AP, o mesmo é aplicável ao subsetor da Administração Local a partir de 1 de janeiro de 2019. De acordo com a norma transitória do SNC-AP a adoção obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Domus Social, porquanto que os ativos sob gestão da Empresa (Parque de Habitação Pública Municipal) são propriedade do Município do Porto, sendo também este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC-AP.
- c) Para 2019, a Domus Social, está dependente da Câmara Municipal do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do contrato de prestação de serviços anualmente formalizado, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Empresa.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

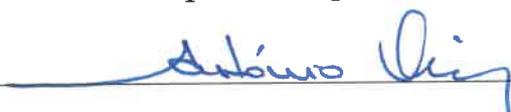
d) Em 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) indeferiu um pedido de revisão oficiosa apresentado pela Entidade, em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor no ano de 2012 o montante de aproximadamente 525.000 euros, relativo ao período de julho a dezembro de 2008, no âmbito de uma revisão dos procedimentos adotados na liquidação de IVA nas transações entre a Domus Social, e a Câmara Municipal Porto. Após decisão do Tribunal Arbitral favorável à Entidade e de outros desenvolvimentos processuais, o processo aguarda prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul, com pronúncia de mérito da questão submetida a apreciação judicial.

Em janeiro de 2014, em razão da aplicação dos mesmos procedimentos, a Entidade, apresentou novo pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no artigo 78º da Lei Geral Tributária e do artigo 98º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, por imposto liquidado em excesso relativo aos anos de 2010 e 2011, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor em 2014 o montante de aproximadamente 1.456.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido de revisão oficiosa e a Empresa decidido recorrer da decisão para o Tribunal Arbitral, o qual julgou a ação improcedente, tendo a Entidade interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. O processo aguarda apresentação de contra-alegações pela AT.

O balanço em apreciação reflete a liquidação dos montantes acima referidos, e de um passivo relacionado com as regularizações efetuadas de aproximadamente 1.456.000 euros, no pressuposto de que as decisões serão favoráveis à Domus Social. No entanto, caso as decisões sejam desfavoráveis, a recuperabilidade líquida depende da reversão dos movimentos acima referidos, efetuados com a Câmara Municipal do Porto, e do recebimento pela Domus Social, do valor líquido no montante de aproximadamente 525.000 euros.

Porto, 11 de outubro de 2018

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por



(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)

**EMPRESA MUNICIPAL
DE AMBIENTE DO
PORTO, EM,SA**



**INSTRUMENTOS DE
GESTÃO PREVISIONAL**

2019 - 2022

[Handwritten signature]

1. PREÂMBULO	4
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
3. GOVERNO DAS SOCIEDADES	12
3.1. MISSÃO.....	12
3.2. VISÃO	12
3.3. VALORES	12
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	13
4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES	15
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2019-2022	15
4.2. PLANO DE ATIVIDADES	17
4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL	17
4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL	17
4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO	18
4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA.....	19
4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2019-2022.....	20
4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	20
4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – RECEITAS PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES ..	20
4.3.4. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS	21
4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O QUADRIÊNIO	21
4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS.....	23
4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O QUADRIÊNIO.....	23
4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	23
4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	23
4.9. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	24
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022	26
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO.....	26
5.1.1. PRESSUPOSTOS	26
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	26
5.1.3. SUBCONTRATOS	26
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS	27
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS.....	27
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL	28
5.1.7. OUTROS GASTOS.....	28
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022	29
5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022.....	29
5.5. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2019 A 2022	30
5.6. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES.....	30
5.7. CONCLUSÃO	30
6. PARECER DO FISCAL ÚNICO	32
7. CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	35



EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM,SA



I. Preâmbulo

1. PREÂMBULO

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A. (**PORTOAMBIENTE**) tem por objeto social a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação (PAPERSU) para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à **PORTOAMBIENTE** incumbem-se como principais objetivos, os seguintes:

- a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;
- b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:
 - I. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos provenientes da recolha seletiva;
 - II. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;
 - III. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;
 - IV. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no Município;
 - V. a limpeza do espaço público;
- c) Prestar o serviço complementar de gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser;

A atividade da **PORTOAMBIENTE** e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do cliente municipal; a melhoria contínua da organização e o seu comprometimento com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a **PORTOAMBIENTE** tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional. O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação previsto no artigo 20º dos Estatutos da **PORTOAMBIENTE**, de acordo com o disposto no artigo 22º do mesmo documento e artigo 42.º n.º 1, da Lei 52/2012 de 31 de Agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44º. da Lei 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2019-2022, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º. 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Os requisitos contabilísticos da **PORTOAMBIENTE** devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). O Sistema de Normalização Contabilística foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

Em 2 de Junho de 2015 é republicado o Decreto-Lei 158/2009 pela publicação do Decreto-Lei 98/2015. O Decreto-Lei 98/2015 transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas números 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.



Na sequência da publicação do Dec. Lei 98/2015 são também publicados Avisos e Portarias que reposicionam o enquadramento legal do SNC. Nomeadamente é publicada a Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 que vem aprovar os novos modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016.

Assim, atualmente, o SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- a) Aviso 8254/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15655/2009 de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015 (revoga Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação nº41-A/2015 de 21 de setembro de 2015;
- e) Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo

1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As Demonstrações financeiras incorporadas no IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tomam a informação proporcionada nas Demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, SA



II. Mensagem do Conselho de Administração

2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

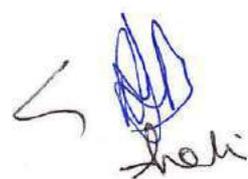
No ano de 2018, a evolução da **PORTOAMBIENTE** veio materializar a visão do Município na profissionalização das atividades de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, fomentando uma cultura própria, com uma identidade orientada para a execução daquelas atividades de uma forma dinâmica, proativa, focada na satisfação das necessidades do Município e sem descuidar o equilíbrio da sustentabilidade económica das operações ou a qualidade dos serviços prestados.

Em termos operacionais, e com foco no ano de 2018 que agora termina, consideramos particularmente pertinente divulgar os seguintes aspetos:

- a concretização do *phase out* da passagem da operação de recolha, a qual se deu por manifestamente concluída em finais do mês de maio de 2018. Desde então, será de considerar que a Empresa exerceu a operação de recolha de Resíduos Urbanos indiferenciados e seletivos, integralmente com recurso a meios internos;
- a elaboração de procedimento, e adjudicação, da prestação de serviços subcontratada no âmbito da Limpeza do espaço público, alargando a cobertura a toda a cidade comparativamente com os contratos anteriormente em vigor;
- início da execução do projeto de recolha seletiva Porta-a-porta residencial;
- reformulação do serviço “ecolinha”, com reforço das equipas de trabalho e ferramentas informáticas de suporte.

Assim, a **PORTOAMBIENTE** incorporou na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e em lógica da melhoria contínua.

Os Instrumentos de Gestão Previsional para o próximo quadriénio traduzem o esforço da **PORTOAMBIENTE**, de valorização da importância do Município, da aposta por um serviço de excelência, da dignificação das instalações e do património físico que lhe está afeto, bem como a gestão mais eficiente dos equipamentos de que a empresa é proprietária. Estas projeções, cujo desempenho financeiro para o próximo quadriénio se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, não tendo sido, nesta fase antecipados quaisquer desvios, não obstante da significativa crescente evolução das quantidades recolhidas. Destaca-se ainda, para o ano de 2019, a previsão de



adjudicação do concurso para o Aluguer operacional de viaturas pesadas, modernizando e dinamizando a frota da Empresa com viaturas mais eficientes do ponto de vista financeiro e ecológico.

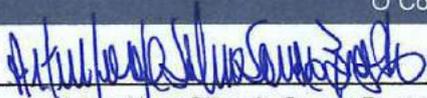
(Valores expressos em Euro)

Desempenho financeiro	2019	2020	2021	2022
Vendas e serviços prestados	13 966 721	15 214 400	15 410 698	15 722 271
Subsídios à exploração	7 759 028	7 240 535	7 487 333	7 604 062
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-482 851	-491 060	-499 408	-507 898
Fornecimentos e serviços externos	-14 115 892	-14 684 074	-15 002 384	-15 301 890
Gastos com o pessoal	-6 462 833	-6 619 084	-6 731 532	-6 845 891
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-120 000	-120 000	-120 000	-120 000
Outros gastos	-410 847	-427 975	-432 974	-439 459
EBITDA	133 325	112 743	111 753	111 195

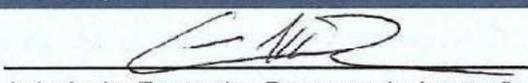
É ambição do Conselho de Administração que a **PORTOAMBIENTE** seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **PORTOAMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

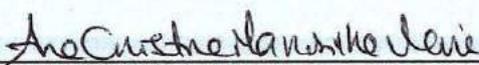
O Conselho de Administração


Artur Jorge Silva de Sousa Basto

(Presidente)


Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

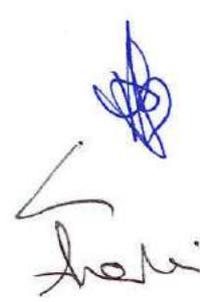
(Administrador Executivo)


Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
(Administrador não Executivo)

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM,SA



III. Governo das Sociedades



3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A **PORTOAMBIENTE**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 465 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação (PAPERSU) para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020).

3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.

3.2. VISÃO

A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.
- Respeito e valorização do ambiente
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Integridade
- Inovação
- Transparência
- Rigor
- Responsabilidade

3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da **PORTOAMBIENTE**, são constituídos pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte.

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Maria Helena Vilasboas Tavares
	Presidente da Mesa	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Secretário	José paulo Magalhães Correia de Matos
	Secretário	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração	Presidente	Artur Jorge Silva de Sousa Basto
	Administrador executivo	Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Administrador não executivo	Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, SA



IV. Enquadramento e Pressupostos



4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os IGP que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades a que a **PORTOAMBIENTE** se propõe a executar.

4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2019-2022

a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis:

Os IGP relativos ao período de 2019-2022 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois subsídios a exploração por parte do Município do Porto. De notar ainda que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à **PORTOAMBIENTE** se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no Artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário.

b) Receitas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram a gestão de Resíduos de Grandes produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição.

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, não tendo sido, nesta fase, antecipados quaisquer desvios.

c) Outras fontes de financiamento



Adicionalmente aos pontos anteriores, e ainda que tais impactos, por prudência, não se encontrem vertidos nos IGP que se apresentam, será ponderado pela Administração e Direções o recurso a programas de financiamento. Estes programas poderão ter como objeto a execução de investimentos previstos no PAPERSU, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

d) Investimentos propostos para o quadriénio 2019-2022

Atendendo à atual estrutura da remuneração das operações da **PORTOAMBIENTE**, afigura-se nesta fase de difícil concretização, a realização de investimentos relevantes para o período de reporte. Assim, e com base na realidade conhecida nesta data, os investimentos propostos para o quadriénio respeitam exclusivamente a pequenos investimentos de reposição.

e) Renovação de frota de viaturas pesadas para o quadriénio 2019-2022

É objetivo desta Administração a elaboração de Concurso Público Internacional para a realização de um contrato de Aluguer Operacional de viaturas pesadas, o qual irá permitir a renovação da frota atual por viaturas menos poluentes, incrementando assim não só a eficiência económica, como a ecológica.

f) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

g) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;
- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização e recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;
- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária a capacitá-los para responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, seja no quadro da sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;

- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas.
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

4.2. PLANO DE ATIVIDADES

A prossecução dos objetivos da **PORTOAMBIENTE** será promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o Ambiente, a qual assenta nos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no PAPERSU. A este nível importa referir que a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar a continuidade das ações que se encontram já em desenvolvimento e irá potenciar o arranque das demais.

4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL

No que respeita às ações já em desenvolvimento, salienta-se o trabalho realizado no âmbito da implementação da recolha seletiva multimaterial porta-a-porta (*PaP*) no setor residencial, já com a integração da componente orgânica dos resíduos, com execução relevante já no ano de 2018, e que se espera que venha a ganhar escala nos próximos períodos.

Objetivo 1.1.: Quantidades recolhidas Porta-a-Porta de 270 toneladas por ano;

Objetivo 1.2.: Implementação do projeto em nova área da cidade;

4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL

Por sua vez, na componente não residencial das recolhas seletivas multimaterial PaP, tendo já sido alcançados os objetivos definidos no PAPERSU relativamente ao alargamento da rede de recolha, será assegurado um acompanhamento contínuo com

reforço das ações de sensibilização desenvolvidas, de modo a manter o comprometimento por parte dos novos aderentes. Ainda no âmbito das recolhas seletivas PaP, agora no que respeita à componente orgânica dos resíduos, será necessário apostar no alargamento da rede de recolha no setor não residencial, em linha com os resultados dos projetos piloto em desenvolvimento.

Objetivo 2.1.: Realização 2 de ações de sensibilização (macroprocessos):

Objetivo 2.2.: Alargamento da rede de recolha seletiva a um número total de 2 500 aderentes.

4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO

No que respeita à contentorização, nomeadamente seletiva, por forma a incrementar a recolha seletiva por esta via e não obstante das limitações ao nível das oportunidades de investimento, será realizado um alargamento e reestruturação da rede municipal, que passará pela realocação de pontos de recolha, pela instalação de novos equipamentos, assegurando a disponibilidade da recolha dos três fluxos multimaterial nos locais onde atualmente apenas existe um equipamento destinado à fração vidro e a redução dos locais onde apenas existe contentorização de indiferenciado.

No âmbito do PAPERSU está também prevista uma ação com o objetivo de alargar a recolha seletiva de resíduos verdes, nos setores residencial e não residencial, estando já em curso o estudo e a definição de projetos piloto, cuja implementação se prevê no curto prazo. Existe ainda um comprometimento por parte do Município do Porto, agora assumido pela **PORTOAMBIENTE**, com o alargamento da recolha seletiva a outros fluxos de materiais, tal como serão os têxteis, e com a promoção de ações de sensibilização dos munícipes. Tendo em conta que a sensibilização assume um papel de suporte para o sucesso das ações previstas no âmbito da promoção da recolha seletiva, a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar um maior enfoque no desenvolvimento de ações de sensibilização. A este nível, está previsto um aumento da verba canalizada para financiamento destas ações, que representará 1% das receitas próprias da **PORTOAMBIENTE**.

A requalificação dos ecocentros municipais constitui também um objetivo estratégico, através do qual se pretende fomentar não só a recolha seletiva, mas também a prevenção da produção de resíduos, estando prevista uma intervenção tanto ao nível estrutural como conceptual. Um dos parâmetros de grande relevo que se pretende

abordar no âmbito da requalificação dos ecocentros passa pela utilização de tecnologias de apoio à gestão, permitindo gerir estas infraestruturas de forma integrada no sistema.

No âmbito do PAPERSU e de acordo com o enquadramento legal para o setor de resíduos, serão estudadas soluções que viabilizem a implementação de um sistema de faturação baseado no princípio *Pay-As-You-Throw* (PAYT). Com o intuito de promover a prevenção da produção de resíduos e de incentivar a sua separação na fonte, este tipo de sistema de faturação encontra-se já em vigor para os grandes produtores de resíduos e outros aderentes do sistema, prevendo-se o estudo e avaliação da viabilidade de soluções para a sua extensão à globalidade dos utilizadores.

Por fim, as ações a desenvolver incluem a conceção e operacionalização de um sistema de informação de gestão dos resíduos que, através de uma plataforma que permita a integração de todos os sistemas de registo de dados e de georreferenciação, promova a otimização e a melhoria da eficiência do sistema.

As três últimas temáticas abordadas estão intimamente relacionadas com o segundo eixo de ação da estratégia da **PORTOAMBIENTE** – o recurso a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) com o intuito de impulsionar a melhoria contínua da eficiência dos serviços e o alcance de um grau de excelência na gestão de recursos.

Objetivo 3.1.: Requalificação dos ecocentros;

Objetivo 3.2.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos verdes;

Objetivo 3.3.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis;

Objetivo 3.4.: Renovação anual entre 5% e 10% dos equipamentos de contentorização.

4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA

Neste enquadramento, a visão estratégica da **PORTOAMBIENTE** está fortemente orientada para a modernização dos serviços, não só através do recurso em grande escala às TIC mas também através da utilização de viaturas e equipamentos mais eficientes e sustentáveis e da sua instrumentação. Durante o ano de 2019 a **PORTOAMBIENTE** evoluirá nos procedimentos já iniciados com o objetivo de modernizar toda a sua frota e torná-la mais eficaz e mais amiga do ambiente.

Objetivo 4: Renovação da frota de viaturas pesadas por modelos mais atuais e mais eficientes do ponto de vista ambiental.

4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2019-2022

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apesentam-se os seguintes pontos:

4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2019	2020	2021	2022
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - RCD's	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subsídios exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outros)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa efetiva de IRC (média estimada)	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de imposto sobre o rendimento	15,25%	15,25%	15,25%	15,25%
Taxa de atualização do custo de deposição da recolha indiferenciada	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa geral de inflação	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%

4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – RECEITAS PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES

Pressupostos Microeconómicos - Receitas Próprias e Serviços auxiliares		2019	2020	2021	2022
Utilizadores domésticos	Tarifa de disponibilidade				
	Número de utilizadores/contratos	121 159	121 159	121 159	121 159
	Tarifa (€/30 dias)	1,7631	2,0300	2,0700	2,1100
	Tarifa variável				
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	10 900 000	10 900 000	10 900 000	10 900 000
	Tarifa (€/30 dias)	0,4154	0,4300	0,4300	0,4400
Utilizadores não domésticos	TGR (€/m3)	0,0138	0,0138	0,0138	0,0138
	Tarifa de disponibilidade				
	Número de utilizadores/contratos	26 588	26 588	26 588	26 588
	Tarifa (€/30 dias)	11,3931	13,4000	13,6600	13,9400
	Tarifa variável				
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	5 090 000	5 090 000	5 090 000	5 090 000
Grandes Produtores / Não domésticos na	Tarifa (€/30 dias)	0,5322	0,5500	0,5600	0,5700
	TGR (€/m3)	0,0138	0,0138	0,0138	0,0138
	Tarifa de disponibilidade				
	Número de utilizadores/contratos	45	45	45	45
	Tarifa	11,5888	13,4000	13,6600	13,9400
	Tarifa variável				
Remoção de resíduos de construção e demolição (RCD)	Quantidade de resíduos produzidos (litros)	13 800 000	13 800 000	13 800 000	13 800 000
	Tarifa (€/m3)	0,0315	0,0310	0,0315	0,0321
	Recolha na origem				
	N.º de serviços	36	36	36	36
	Taxa de serviço (€/Serviço)	64,66	64,66	64,66	64,66
	Quantidade (kg)	0	0	0	0
	Preço kg (> 500 kg)	0,1240	0,1240	0,1240	0,1240
	Depósito no ecocentro				
	Quantidade (kg)	102 000	102 000	102 000	102 000
	Preço kg (> 500 kg)	0,0413	0,0413	0,0413	0,0413
Estimativa de perda por imparidade (valor mensal)	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	

4.3.4. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2019	2020	2021	2022
Gestão de resíduos Urbanos	Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas	120 000	120 000	120 000	120 000
	Custo tratamento de resíduos - TGR incineração (€/t)	2,2550	2,3114	2,3692	2,4284
	Custo tratamento de resíduos - Taxa de exploração (€/t)	41,4618	42,5168	43,5818	44,6713
	Taxa de faturação e cobrança CMPEA	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
	Número de viaturas ligeiras afetas	10	10	10	10
	Número de viaturas pesadas afetas	45	37	37	37
	Gastos com sensibilização (% de Receitas próprias)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Limpeza do espaço público	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Resíduos de varredura - Toneladas estimadas	1 325	1 325	1 325	1 325
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	29,900	30,408	30,864	31,451
	Subcontratação de serviços				
	Consortio - Lote 1 (total anual estimado em Euro)	1 981 171	2 014 851	2 049 103	2 083 938
	Consortio - Lote 2 (total anual estimado em Euro)	1 542 213	1 568 430	1 595 094	1 622 210
	Consortio - Lote 3 (total anual estimado em Euro)	1 506 017	1 531 619	1 557 656	1 584 137
	Número de viaturas ligeiras afetas	9	9	9	9
	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
Gastos comuns	Número de viaturas ligeiras afetas	7	7	7	7
	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1

NOTA 1: ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O QUADRIÊNIO

Por forma a assumir a execução do serviço de recolha de resíduos em todo o Município, a **PORTOAMBIENTE** constituiu um quadro de pessoal que garantiu a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade pretendidos pela Empresa. De referir ainda que, sempre que manifestada disponibilidade e interesse por parte dos colaboradores da anterior estrutura do Município do Porto, estes foram integrados na atual estrutura.

Esta estratégia, não só permitiu um maior controlo dos riscos associados à transferência da recolha para a **PORTOAMBIENTE**, pois grande parte dos seus executantes que continuarão a ser os mesmos, como também garante uma melhor racionalização dos recursos humanos afetos à Autarquia.

Assim e relativamente à sua orgânica funcional e atendendo ao papel determinante que a tecnologia irá desempenhar no controlo e otimização da operação, a **PORTOAMBIENTE** será uma organização com uma estrutura de suporte mais reduzida e uma área operacional pouco hierarquizada, mas ambas com um elevado grau de especialização e autonomia, permitindo, assim, maior agilidade na gestão diária.

Na sequência, estrutura previsional de recursos humanos para o quadriénio de 2019-2022 apresenta-se da seguinte forma:

Pessoal		2019	2020	2021	2022
Gestão de resíduos urbanos	Encarregado Geral Operacional	2	2	2	2
	Encarregado Operacional	7	7	7	7
	Motorista	76	76	76	76
	Cantoneiro ecoCentro	16	16	16	16
	Cantoneiro	137	137	137	137
	Técnico Superior (Gestão de Equipamentos)	1	1	1	1
Limpeza do espaço público	Coordenador	1	1	1	1
	Encarregado Geral Operacional	1	1	1	1
	Encarregado Operacional	12	12	12	12
	Técnico superior sénior/Operação	1	1	1	1
	Técnico superior junior/Operação	1	1	1	1
	Administrativo (Operação)	2	2	2	2
	Técnico superior sénior/Fiscalização	1	1	1	1
	Cantoneiro	13	13	13	13
Gastos Comuns	Fiscal	14	14	14	14
	Fiel de armazém	0	1	1	1
	Técnico superior sénior/Operação	2	2	2	2
	Técnico superior junior/Operação	2	2	2	2
	Director	2	2	2	2
	Assessor Jurídico	1	1	1	1
	Coordenador	3	3	3	3
	Secretariado CA	1	1	1	1
	Técnico superior sénior/SI	1	1	1	1
	Administrativo (tesoureiro)	1	1	1	1
	Administrativo (Compras)	1	1	1	1
	Técnico superior/RH	1	1	1	1
	Administrativo (RH/Qualidade)	1	1	1	1
	Técnico superior (Qualidade)	1	1	1	1
	Administrador executivo	2	2	2	2
	Administrativo (Ecolinha)	5	5	5	5
Técnico Superior (Contacto instituições)	0	1	1	1	
Administrativo (Operação)	1	1	1	1	
Total		310	312	312	312

Importa ainda sublinhar que, não obstante do processo de constituição do quadro de pessoal ter sido efetuado de forma gradual, essencialmente no primeiro semestre de 2018, a admissão, acolhimento e integração de um número tão elevado de colaboradores, tem vindo, e continuará a ser um importante desafio a ultrapassar. Por tal motivo tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de elaboração e uniformização de procedimentos na área de Recursos Humanos, procurando constituir uma política de gestão de pessoas equitativa, mas também motivadora e promotora do bem estar profissional e pessoal.

Por último e apesar de em 2018 a **PORTOAMBIENTE** ter estado essencialmente focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram cometidas, foi igualmente dada especial atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto esse que se espera vir a ser consolidado nos períodos subsequentes.



4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela **PORTOAMBIENTE**. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos.

4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O QUADRIÉNIO

O investimento previsto para o quadriénio em análise reparte-se da seguinte forma:

(Valores em Euro, com IVA incluído)

Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis	2019	2020	2021	2022
Ativos fixos tangíveis				
Investimentos de reposição	50 000	50 000	50 000	50 000
Ativos Intangíveis				
Outros	0	0	0	0

De forma a garantir a melhoria contínua dos serviços que presta e alinhando com a expectativa estratégica, e não obstante das limitações ao nível das oportunidades de investimento, a **PortoAmbiente** prevê que seja realizado um alargamento e reestruturação da rede municipal, que passará pela realocação de pontos de recolha e reposição de equipamentos.

4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no triénio de 2019-2022 é a seguinte:

(Valores em Euro, com IVA incluído)

Fontes de financiamento	2019	2020	2021	2022
Fontes de financiamento				
Autofinanciamento	50 000	50 000	50 000	50 000
Financiamento externo	0	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0	0

4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

(Valores em dias)

Pressupostos Financeiros	2019	2020	2021	2022
Prazo médio de recebimentos Recitas próprias	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos Tratamento Resíduos	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcontratos	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	90	90	90	90
Prazo médio de pagamentos Outros	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0





INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2019-2022

4.9. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

(Valores expressos em Euro)

	2019				2020				2021				2022			
	Atividade Regulada (Recolha de resíduos)	Serviços auxiliares	Atividade não regulada (Limpeza urbana)	Total	Atividade Regulada (Recolha de resíduos)	Serviços auxiliares	Atividade não regulada (Limpeza urbana)	Total	Atividade Regulada (Recolha de resíduos)	Serviços auxiliares	Atividade não regulada (Limpeza urbana)	Total	Atividade Regulada (Recolha de resíduos)	Serviços auxiliares	Atividade não regulada (Limpeza urbana)	Total
Vendas e serviços prestados	13 518 851	447 870	-	13 966 721	14 772 824	441 576	-	15 214 400	14 951 700	448 989	-	15 410 689	15 255 754	456 537	-	15 722 271
Subsídios à exploração	1 297 854	-	5 461 174	7 759 028	860 143	-	6 580 382	7 240 525	792 853	-	6 094 480	7 487 333	797 027	-	6 807 035	7 904 062
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(365 881)	(9 382)	(107 578)	(482 841)	(372 111)	(9 541)	(109 407)	(491 059)	(376 437)	(9 704)	(111 287)	(496 428)	(384 871)	(9 868)	(113 159)	(507 800)
Fornecimentos e serviços externos	(8 681 877)	(232 415)	(5 221 901)	(14 136 193)	(9 125 142)	(244 474)	(5 314 458)	(14 684 074)	(9 343 789)	(250 238)	(5 408 337)	(15 002 364)	(9 545 928)	(255 823)	(5 500 339)	(15 301 800)
Gastos com pessoal	(5 272 838)	(135 204)	(1 054 491)	(6 462 533)	(5 400 485)	(138 474)	(1 080 125)	(6 619 084)	(5 482 231)	(140 828)	(1 068 474)	(6 731 532)	(5 585 537)	(143 219)	(1 117 138)	(8 845 801)
Incapacidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(117 000)	(3 000)	-	(120 000)	(117 000)	(3 000)	-	(120 000)	(117 000)	(3 000)	-	(120 000)	(117 000)	(3 000)	-	(120 000)
Outros gastos	(337 009)	(8 657)	(64 041)	(410 947)	(365 205)	(9 109)	(63 600)	(427 975)	(360 140)	(9 234)	(63 600)	(427 974)	(366 482)	(9 368)	(63 600)	(439 459)
EBITDA	61 590	50 213	12 622	133 325	62 354	35 978	12 632	112 743	62 354	35 987	12 602	111 755	63 954	35 430	12 602	111 195
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(61 590)	(1 979)	(12 522)	(75 091)	(62 964)	(1 614)	(12 802)	(77 380)	(62 964)	(1 614)	(12 802)	(77 380)	(62 964)	(1 614)	(12 802)	(77 380)
Resultado operacional	0	57 034	6	57 034	0	35 363	0	35 363	0	34 373	0	34 373	0	33 815	0	33 815
Resultado antes de impostos	0	57 034	6	57 034	0	35 363	0	35 363	0	34 373	0	34 373	0	33 815	0	33 815
Imposto sobre rendimento do período	-	(12 968)	-	(12 968)	-	(7 957)	-	(7 957)	-	(7 794)	-	(7 794)	-	(7 608)	-	(7 608)
Resultado líquido do período	0	44 066	6	44 066	0	27 407	0	27 407	0	26 579	0	26 579	0	26 207	0	26 207

Handwritten signature

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM,SA



V. Demonstrações financeiras previsionais para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022

5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4 anterior.

5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios, (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M. (CMPEA), (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, e (iv) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias e 0 dias para os Subsídios à exploração.

(Valores em Euro)				
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	2019	2020	2021	2022
RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RUJ)	13 518 851	14 772 824	14 961 709	15 265 734
Utilizadores domésticos	7 241 665	7 788 853	7 847 010	8 014 166
Utilizadores não domésticos	6 277 186	6 983 971	7 114 699	7 251 568
RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)	447 870	441 576	448 989	456 537
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	441 329	435 036	442 449	449 996
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	6 540	6 540	6 540	6 540
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - COBERTURA DE TARIFA	1 297 854	660 143	792 853	797 027
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - LEP	6 461 174	6 580 392	6 694 480	6 807 035
Total	21 725 749	22 454 936	22 898 031	23 326 333

5.1.3. SUBCONTRATOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de faturação e cobrança pela CMPEA, e (ii) da execução do contrato de Limpeza do Espaço Público com início em 11 de agosto de 2018.

(Valores em Euro)

Subcontratos	2019	2020	2021	2022
Gestão de resíduos urbanos	405 312	442 908	448 571	457 686
Fee de faturação e cobrança CMPEA	405 312	442 908	448 571	457 686
Limpeza do espaço público	5 029 400	5 114 900	5 201 853	5 290 285
Limpeza do espaço público, terrenos, eventos e outros - Contrato atual	5 029 400	5 114 900	5 201 853	2 923 740
Limpeza do espaço público, terrenos, eventos e outros - Contrato potencial	0	0	0	2 366 544
Serviços auxiliares	10 393	11 357	11 502	11 736
Fee de faturação e cobrança CMPEA	10 393	11 357	11 502	11 736
Total	5 445 105	5 569 164	5 681 926	5 759 706

O Prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a cerca de 60 dias.

5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de Gestão de Resíduos de incineração e (ii) taxa de exploração ao total de 120 mil toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

(Valores em Euro)

Tratamento de resíduos	2019	2020	2021	2022
Gestão de resíduos urbanos	5 424 232	5 559 836	5 698 833	5 841 304
TGR incineração	279 665	266 657	293 823	301 169
Taxa de exploração	5 144 567	5 273 181	5 405 010	5 540 136
Limpeza do espaço público	41 992	42 706	43 347	44 171
Outros	41 992	42 706	43 347	44 171
Serviços auxiliares	149 403	163 056	166 777	160 633
TGR incineração	7 171	7 350	7 694	7 722
Taxa de exploração	131 912	135 210	138 590	142 055
Outros	10 321	10 496	10 653	10 856
Total	5 615 628	5 755 600	5 898 958	6 046 108

O Prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a cerca de 60 dias.

5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:



(Valores em Euro)

Aluguer operacional, Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas	2019		2020		2021		2022	
	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados
Gestão de resíduos urbanos	88 681	2 441 849	91 206	2 712 590	92 756	2 761 896	94 333	2 805 100
Número médio de viaturas	10	45	10	37	10	37	10	37
Aluguer operacional	61 481	725 232	62 526	1 417 964	63 589	1 442 070	64 670	1 466 585
Manutenção / Combustíveis e outros	28 200	1 716 617	28 679	1 294 626	29 167	1 319 826	29 663	1 338 515
Limpeza do espaço público	76 521	0	77 822	0	79 145	0	80 491	0
Número médio de viaturas	9	0	9	0	9	0	9	0
Aluguer operacional	48 521	0	50 363	0	51 220	0	52 090	0
Manutenção / Combustíveis e outros	27 000	0	27 459	0	27 925	0	28 401	0
Gastos comuns	58 710	0	57 674	0	58 854	0	59 651	0
Número médio de viaturas	7	0	7	0	7	0	7	0
Aluguer operacional	43 360	0	44 097	0	44 846	0	45 605	0
Manutenção / Combustíveis e outros	15 350	0	13 577	0	14 008	0	14 046	0
Total	222 913	2 441 849	226 702	2 712 590	230 556	2 761 896	234 475	2 805 100

5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4. anterior, a qual tem vindo a registrar crescimento muito significativo desde dezembro de 2017, e que será expectável estabilizar a partir de janeiro de 2019.

(Valores expressos em Euro)

Gastos com o pessoal	2019	2020	2021	2022
Gestão de resíduos urbanos				
Número de colaboradores	239	239	239	239
Total encargos	4 650 588	4 729 848	4 810 052	4 891 822
Limpeza do espaço público				
Número de colaboradores	46	46	46	46
Total encargos	904 315	919 669	935 323	951 224
Gastos comuns				
Número de colaboradores	25	27	27	27
Total encargos	907 730	969 748	986 157	1 002 845
Total Gastos com o pessoal	6 462 633	6 619 084	6 731 532	6 845 891

5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem essencialmente os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura, ou outros de carácter menos representativo individualmente.

(Valores em Euro)

Outros gastos	2019	2020	2021	2022
Atividade regulada	721 539	746 028	757 515	770 598
Sacos, cordas, rodas, lonas e outros materiais	375 273	381 653	388 141	394 739
Gastos com sensibilização	174 711	190 318	192 774	196 671
Emolumentos tribunal de contas	9 153	9 153	9 153	9 153
Outros	102 402	164 903	167 447	170 034
Atividade não regulada	172 259	173 007	174 867	176 759
Tintas, diluentes, vernizes, sílica e outros materiais	107 578	109 407	111 267	113 159
Emolumentos tribunal de contas	64 681	63 600	63 600	63 600
Outros	0	0	0	0
Gastos comuns	390 498	420 019	449 029	456 501
Renda Edifícios	94 215	95 817	119 624	121 658
Honorários e/ou trabalhos especializados	112 457	114 369	116 313	118 290
Software	32 982	33 543	34 113	34 693
Comunicações	36 026	45 798	46 577	47 369
Estricidade	24 780	25 181	25 609	26 044
Deslocações e estadas	24 408	24 823	25 245	25 674
Outros	65 650	80 488	81 548	82 772
Total	1 284 297	1 339 053	1 381 411	1 403 857

5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados	2019	2020	2021	2022
Vendas e serviços prestados	13 966 721	15 214 400	15 410 698	15 722 271
Subsídios à exploração	7 759 028	7 240 535	7 487 333	7 604 062
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(482 851)	(491 080)	(499 408)	(507 898)
Fornecimentos e serviços externos	(14 115 992)	(14 684 074)	(15 002 364)	(15 301 890)
Gastos com o pessoal	(6 462 633)	(6 619 084)	(6 731 532)	(6 845 891)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(120 000)	(120 000)	(120 000)	(120 000)
Outros gastos	(410 947)	(427 975)	(432 974)	(439 459)
EBITDA	133 325	112 743	111 753	111 195
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(75 691)	(77 380)	(77 380)	(77 380)
Resultado operacional	57 634	35 363	34 373	33 815
Resultado antes de impostos	57 634	35 363	34 373	33 815
Imposto sobre rendimento do período	(12 968)	(7 957)	(7 734)	(7 608)
Resultado líquido do período	44 666	27 407	26 639	26 207

5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2019, 2020, 2021 E 2022

(Valores expressos em Euro)

Balanço	2019	2020	2021	2022
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	197 129	197 662	175 429	148 049
Ativos intangíveis	33 060	5 148	-	-
Outros investimentos financeiros	2 287	2 287	2 287	2 287
	232 476	205 096	177 717	150 337
Ativo corrente				
Inventários	44 296	44 296	44 296	44 296
Clientes	2 685 715	2 942 195	2 982 331	3 045 025
Estado e outros entes públicos	-	19 363	-	19 281
Outras créditos a receber	76 578	76 578	76 578	76 578
Diferimentos	40 827	40 827	40 827	40 827
Caixa e depósitos bancários	321 134	122 299	210 711	228 277
	3 168 560	3 245 559	3 354 743	3 454 284
Total do ativo	3 401 026	3 450 655	3 532 460	3 604 621
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	465 566	465 566	465 566	465 566
Reservas legais	17 058	19 292	20 662	21 994
Resultados transitados	324 108	366 541	392 577	417 884
Resultado líquido do período	44 666	27 407	26 639	26 207
Total do capital próprio	851 398	878 805	905 444	931 651
PASSIVO				
Passivo corrente				
Fornecedores	1 840 192	1 884 088	1 923 422	1 964 173
Estado e outros entes públicos	234 703	230 670	238 534	237 958
Outras dívidas a pagar	474 733	457 092	465 060	470 839
	2 549 628	2 571 850	2 627 016	2 672 970
Total do passivo	2 549 628	2 571 850	2 627 016	2 672 970
Total do capital próprio e do passivo	3 401 026	3 450 655	3 532 460	3 604 621

5.5. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2019 A 2022

(Valores expressos em Euro)

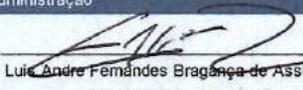
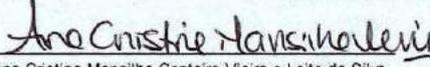
Orçamento de tesouraria previsional	2019	2020	2021	2022
Saldos iniciais	94 193	321 134	122 299	210 711
Recebimentos				
Recebimentos de clientes e subsídios à exploração	21 537 233	22 104 950	22 764 834	23 171 032
Aumento de capital	-	-	-	-
Prestações acessórias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	21 537 233	22 104 950	22 764 834	23 171 032
Pagamentos				
Pagamentos a fornecedores (Subcontratos + Tratamento de resíduos)	(11 264 663)	(11 280 868)	(11 521 550)	(11 765 063)
Pagamentos a fornecedores (Outros)	(3 576 592)	(4 295 988)	(4 365 895)	(4 437 654)
Pagamentos a fornecedores Investimento	(50 000)	(50 000)	(50 000)	(50 000)
Pagamentos ao pessoal e respetivas retenções e contribuições	(6 419 037)	(6 676 931)	(6 738 978)	(6 900 749)
Outros	-	-	-	-
	(21 310 292)	(22 303 785)	(22 676 423)	(23 153 465)
Saldos Finais	321 134	122 299	210 711	228 277

5.6. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

5.7. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2019 a 2022 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa (parcialmente, em cerca de 5% do total dos rendimentos), quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).

<p>Contabilista Certificado</p>  <p>Paulo Sérgio Oliveira da Cruz</p>	<p>O Conselho de Administração</p>  <p>Artur Jorge Silva de Sousa Basto (Presidente)</p>  <p>Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção (Administrador Executivo)</p>  <p>Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva (Administrador não Executivo)</p>	
--	--	--

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, SA



VI. Parecer do Fiscal Único

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre os ano de 2019 e o ano de 2022**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 do referido Instrumentos de Gestão Previsional.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

RUA TOMAS DA FONSECA, TORRES DE LISBOA, TORRE G - 5.º ANDAR, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

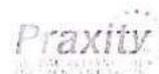
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARS.LISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3.º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARS.PORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 20161394 - NIPC 502 107 231 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 € - CRC LISBOA



O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

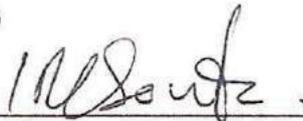
CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 15 de Outubro de 2018



EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM,SA



VII. Certidão de parte da ata do Conselho de Administração



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

-----Reunião do Conselho de Administração de 15 de outubro de 2018-----

----- **Ponto 2:** Aprovação dos instrumentos de gestão previsional 2019-2022. ---

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional 2019/2022 e demais documentação anexa, foi o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 15 de outubro de 2018 -----

-----O PRESIDENTE-----

----- (Dr. Artur Jorge Basto) -----

CERT/0315/2018

Instrumentos de Gestão Previsional

2019 → 2021



ex
my' 11/11

PortoLazer

CMPL - PortoLazer

Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.

NIF: 507 718 640

Rua Bartolomeu Velho, 648 4150-124 Porto

www.portolazer.pt

Handwritten signature and initials
CX
AAW

Instrumentos de Gestão Previsional

2019 → 2021



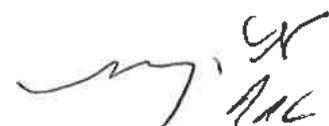
my! *UN*
AAE

Índice

1. Política e estratégia	6
1.1 Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos	6
2. Enquadramento e pressupostos do orçamento para 2019-2021	7
2.1 Enquadramento do Orçamento para 2019-2021	7
2.2 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional	9
3. Plano anual de atividades 2019-2021	10
3.1 Introdução	10
3.2 Objetivos Gerais	11
3.3 Matriz da Oferta	12
3.4 Eventos	12
3.5 Projetos Âncora	13
3.6 Projetos Especiais	14
3.7 Programas de Atividade Física e Desportiva	14
3.8 Infraestruturas Desportivas	15
3.9 Rede de Parques de Estacionamento Municipais	16
3.10 Outros Equipamentos	17

mj *ex*
01/12

4. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional	18
4.1 Plano de Investimento e Financiamento para o Ano de 2019	18
4.2 Plano de Capital Humano para o Ano de 2019	19
4.2.1 Estrutura Previsional	19
4.2.2 Gastos	19
4.2.3 Desenvolvimento Pessoal	19
4.3 Plano Financeiro para o Ano de 2019	20
4.4 Demonstração dos Resultados Previsional	21
4.4.1 Rendimentos	22
4.4.2 Gastos	24
4.5 Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional	27
4.6 Balanço Previsional	28
4.7 Planos Económico-financeiros para o triénio 2019-2021	30
4.8 Fundamentação das Verbas Inscritas no Contrato Programa para o Ano de 2019	32
4.9 Prestação de Serviços ao Município do Porto com a Organização de Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos para o Ano de 2019	32
4.10 Prestação de Serviços no Âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o Ano de 2019	32
4.11 Prestação de Serviços de Estacionamento para o Ano de 2019	33
4.12 Prestação de Serviços de Assistência Técnica aos Teatros para o Ano de 2019	33
4.13 Transferências Financeiras 2018 vs 2019 do Município do Porto	34
5. Parecer do fiscal único sobre os instrumentos de gestão previsional	36

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1. Política e estratégia

1.1 VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Consciente da missão e da visão que a norteiam, a PortoLazer identificou um conjunto de valores e objetivos estratégicos estáveis que continuarão a caracterizar a sua atuação a médio e longo prazos, entendendo como crucial e reafirmando a preservação de todos os valores e princípios a seguir identificados.

Visão

“Fazer o Porto mexer...”



Missão

“Onde houver uma bola, uma braçada, uma onda, uma prova ganha, um rugir de motor, uma nota musical, um balão de São João, uma tradição, uma performance, nós estamos lá, por si e para si...”

Assentes numa lógica criativa, inovadora, integradora, facilitadora, responsável e sustentável que acrescente valor à cidade...”

Valores

Mobilizamo-nos para diariamente construir uma oferta de qualidade, diversa, socialmente inclusiva e acima de tudo geradora de valor para a cidade e para a afirmação do Porto no contexto global. Fazendo do Porto, dia após dia, uma cidade única para viver e visitar...

Para isso privilegiamos:

- Trabalho de equipa
- Compromisso com a organização, com a cidade e com os parceiros
- Criatividade
- Transparência
- Eficiência
- Excelência
- Responsabilidade e respeito individual

Objetivos Estratégicos

1. Orientar a oferta da PortoLazer para as reais necessidades e expectativas dos parceiros e clientes (entidades + cidadãos + turistas) e para o aumento de notoriedade da marca e do destino Porto;
2. Promover e dinamizar a atividade desportiva na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
3. Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, ao nível da operação, manutenção, bem como da maximização da utilização das diferentes instalações;
4. Aumentar o grau de envolvimento e empatia dos diferentes stakeholders com a atividade da PortoLazer, em particular com o universo CMP;
5. Garantir a sustentabilidade e racionalidade económica e financeira da empresa;
6. Dar continuidade a uma cultura de exigência e compromisso que mobilize e oriente os colaboradores para a sustentabilidade da empresa;

2. Enquadramento e pressupostos do orçamento para 2019-2021

2.1 ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO PARA 2019-2021

Orientações para o ano de 2019

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao período económico de 2019 tiveram por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da PortoLazer à implementação dos seus objetivos estratégicos;
- Prioritização estratégica dos projetos desportivos, de animação e lazer a implementar, no sentido de potenciar a maximização do respetivo retorno social, físico-emocional, cultural e económico da cidade e dos seus cidadãos. O objetivo final da intervenção da PortoLazer visa incrementar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela autarquia, impactando assim positivamente na qualidade de vida e bem-estar dos munícipes e de todos de quem visita a cidade;
- Enfoque na gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos níveis de encargos com manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; e, (v) obrigações fiscais e legais; e,
- Assecurar a concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da PortoLazer, ou dos que se encontrem sob a sua gestão.

Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2019 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com a estrutura de apoio da PortoLazer, e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela PortoLazer no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. De salientar que o referido subsídio é não sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à PortoLazer se encontra prevista em contrato programa, a celebrar e sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, o qual define os objetivos e os indicadores de resultados para o exercício de 2019, conforme previsto no Artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Adicionalmente, a PortoLazer desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. A referida prestação de serviços abarca a organização de um vasto conjunto de eventos e atividades de natureza desportiva e de animação/lazer. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

Investimentos propostos para o triénio 2019-2021

Atendendo à política de melhoria contínua em vigor na PortoLazer, com referência ao exercício de 2019, o investimento previsto terá como alvo as seguintes áreas: (i) requalificação dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da PortoLazer, visando o correto funcionamento das mesmas (ii) *hardware* e *software* informático, com o intuito de dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho e controlo interno; e, (iii) equipamento relacionado com a organização de eventos.

Para o biénio de 2020 e 2021, prevê-se essencialmente dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida para 2019.



Handwritten signature and initials, possibly 'AN' and 'AAL'.

Contingências fiscais e de contencioso

No que respeita ao processo existente de Imposto de Selo (IS) e Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), o mesmo está em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela PortoLazer a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega do Monte Aventino e do edifício sede aquando da realização do capital social da PortoLazer no momento da sua constituição. Para prevenir o risco da eventual necessidade de pagamento de juros futuros, a PortoLazer decidiu efetuar o pagamento do IMT liquidado pela Autoridade Tributária respeitante ao edifício sede, mantendo a não concordância com esta liquidação, tendo consequentemente prosseguido com a respetiva contestação em sede judicial.

Critérios de gestão

Este documento considera a gestão para o triénio de 2019-2021, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descurar o equilíbrio das contas da PortoLazer, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da PortoLazer para o triénio em análise visará igualmente:

- Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do Município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e,
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da PortoLazer, atendendo adicionalmente à função social da empresa, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

Plano de capital humano para o triénio de 2019-2021

A estrutura previsional de capital humano para o triénio de 2019-2021 é a seguinte:

ESTRUTURA PREVISIONAL DE CAPITAL HUMANO	2019	2020	2021
Administração	3	3	3
Estrutura de apoio	45	45	45
Plataformas	7	7	7
Desporto	57	57	57
Produção	26	26	26
TOTAL	138	138	138

Do número acima indicado, estão considerados os três membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pelo Presidente não executivo e dois administradores executivos.

Faça à reestruturação iniciada em 2018 e que se prevê concluída até final do ano, não estão previstas admissões para o ano de 2019.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão segundo a estratégia definida relativa ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, conforme as políticas internas estabelecidas e prioridades definidas para cada um dos anos.

2.2 PRESSUPOSTOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

a) Contrato Programa de 2019

As transferências financeiras ao abrigo do contrato-programa estão enquadradas como subsídio à exploração, as quais se destinam a assegurar:

- Gastos com a estrutura de apoio à atividade da empresa;
- Gestão das redes de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto.

b) Contratos de prestação de serviços com o Município do Porto de 2019

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas como rendimentos de exploração, as quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços da PortoLazer ao Município do Porto na área dos projetos/eventos;
- Prestação de serviços na área das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) ao Município do Porto;
- Prestação de serviços de estacionamento ao Município do Porto; e,
- Prestação de serviços de assistência técnica aos teatros do Município do Porto.

c) Atividade não comparável com o ano de 2018

Em 2019, a PortoLazer pretende levar a cabo novos projetos os quais serão alvo de candidatura ao abrigo do POSEUR, nomeadamente, um programa de Animação Urbana e Patrimonial. Adicionalmente, encontra-se prevista a realização de eventos desportivos de impacto nacional e internacional.

d) Critérios/pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos IGP de 2019 foram considerados os pressupostos abaixo apresentados:

PRESSUPOSTOS	2019	2020	2021
Taxa de inflação anual	1,5%	1,4%	1,4%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,5%	22,5%	22,5%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º dias)	30	30	30
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º dias)	15	15	15

Adicionalmente, cumpre referir que para o efeito de elaboração dos IGP de 2019 foram ainda tidos em consideração os gastos e rendimentos associados, não só, aos projetos a candidatar ao abrigo do POSEUR, mas também, aos eventos desportivos de âmbito internacional previstos para 2019.

Não foram contempladas quaisquer atualizações salariais, tendo sido integrado na estimativa de custos o reforço do quadro de pessoal da estrutura de apoio da empresa, bem como, o impacto do descongelamento das carreiras e posições remuneratórias.

De referir que a consignação da obra do Pavilhão Rosa Mota ocorreu a 15 de dezembro de 2017, sendo que atualmente se encontra a decorrer o processo de intervenção visando a requalificação do referido edifício. À presente data, e de acordo com o que se encontra previsto contratualmente, é expectável que a referida intervenção tenha o seu término durante o ano de 2019, sendo que o pagamento dos valores previstos deverá ter início a partir de janeiro de 2020.

Handwritten signatures and initials: "CN", "MJC", and a large signature.

3. Plano anual de atividades 2019-2021



3.1 INTRODUÇÃO

O desporto e a animação mantêm-se como as duas áreas primordiais da ação da PortoLazer. São duas áreas com dinâmicas distintas e objetivos diversos, mas que se ligam e complementam numa estratégia global e um fim comum: garantir ao longo do ano uma oferta de qualidade, diversa, socialmente inclusiva e orientada para as reais necessidades e expectativas dos seus mais diversos públicos.

São estas as principais linhas orientadoras que têm pautado a ação da PortoLazer nos últimos anos e às quais pretendemos dar continuidade em 2019 e ao longo de 2020 e de 2021, reforçando o papel desta empresa municipal na atual dinâmica da cidade, quer ao nível da promoção e dinamização da atividade desportiva, *indoor* e *outdoor*, quer também ao nível da diversificação e qualificação dos nossos principais eventos, procurando valorizar sempre o que de melhor e único tem o Porto.

Naturalmente, há novos desafios que se colocam a cada ano e que resultam de uma análise contínua às dinâmicas da cidade e aos objetivos estratégicos elencados a cada novo ciclo pelo próprio executivo camarário.

OK
PAL

Nesse contexto, o desporto voltará a ter um papel fundamental e mesmo prioritário na ação da PortoLazer, até pela necessidade de dar resposta à crescente procura por parte dos utentes nos vários equipamentos desportivos municipais. A contínua requalificação e modernização destes espaços será em 2019 acompanhada de um ambicioso projeto de eficiência energética nas três piscinas (Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel) sob gestão da PortoLazer. Previsto está igualmente o lançamento da empreitada para a ampliação do Parque Desportivo de Ramalde.

A acompanhar este processo de revitalização e ampliação do parque desportivo municipal, pretende-se igualmente reforçar, promover e alargar o conjunto de atividades físicas e programas de desporto informal, numa lógica global e cada vez mais integrada com a própria oferta de lazer e animação desenvolvida no espaço público da cidade.

Ao nível da animação, pretende-se uma oferta cada vez mais qualificada e diversificada, em linha com as aspirações dos vários públicos que habitam e visitam a cidade ao longo do ano.

A renovação de experiências, a preservação de tradições, a conquista de novos palcos e públicos, assim como a limitação de eventos ou iniciativas que possam suscitar cortes ou constrangimentos na via pública, serão aspetos a ter em conta na definição do calendário de eventos para 2019.

Iniciativas como as Festas de São João do Porto, o programa Verão é no Porto, o Natal e a Passagem de Ano constituirão os principais eventos âncora do programa de animação da cidade no próximo ano.

3.2 OBJETIVOS GERAIS

Com um papel cada vez mais relevante na dinâmica atualmente instalada na cidade, a PortoLazer pretende dar continuidade em 2019 ao trabalho que tem vindo a desenvolver no espaço público e nos vários equipamentos sob a sua gestão.

Nesse contexto, pretende-se que a atividade da PortoLazer seja cada vez mais aglutinadora, qualificada, impactante e diversificada, quer no espaço, quer no tempo.

Olhar para a cidade como um todo, descobrindo e dinamizando novos espaços, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, são premissas a ter em conta nesta estratégia.

Dando sequência ao caminho iniciado nos últimos anos, procuraremos diversificar e qualificar os nossos eventos, dispersando a sua localização e intensificando a programação nos momentos mais importantes para a cidade.

Descobrir e explorar novos territórios na cidade, atraindo para estes espaços um conjunto de atividades e valências que potenciem a sua vivência, é outro dos objetivos a ter em conta na planificação do plano de atividades para o próximo ano.

Temos, felizmente, vários parques e espaços verdes na cidade com condições únicas, mas que por se encontrarem fora das zonas de maior fluxo são muitas vezes ignorados e até abandonados pelos próprios habitantes. Urge, pois, reconquistar estes espaços públicos, mostrando-os à cidade e aos portuenses, explorando todas as suas potencialidades, dando-lhes, enfim, nova vida e novas possibilidades de vivência fora dos roteiros habituais.

Alargar o ecossistema da cidade é, pois, o caminho que pretendemos trilhar neste novo ciclo, construindo uma oferta cada vez mais equilibrada e coerente com as novas dinâmicas da cidade, capaz de tocar todos os territórios de forma transversal, com propostas adaptadas a cada momento e a cada espaço.

[Handwritten signature] *[Handwritten initials]*

3.3 MATRIZ DA OFERTA

Inovar, qualificar e diferenciar constituirão o mote da oferta da cidade em 2019, num ano em que se pretende reforçar o papel da PortoLazer enquanto interlocutor natural e privilegiado junto dos principais agentes dinamizadores da cidade, com o objetivo de regular, articular e construir uma oferta cada vez mais equilibrada, integrada e coerente com as necessidades e aspirações dos vários públicos que habitam e visitam o Porto ao longo do ano.

A renovação de experiências, a preservação de tradições, a conquista de novos palcos, assim como a limitação de eventos ou iniciativas que possam suscitar cortes ou constrangimentos na via pública serão aspetos a ter em conta neste novo ciclo, em linha com as novas dinâmicas da cidade.

O objetivo é continuar a fazer do Porto uma cidade convidativa ao longo de todo o ano. Uma cidade única para visitar, mas sobretudo para viver e desfrutar.

Pretende-se igualmente, e cada vez mais, tocar todos os territórios de forma transversal, gerando desta forma uma oferta única e efetivamente diferenciadora.

Ao longo dos últimos anos, provámos que este é o caminho certo. E é por isso que estamos determinados em reforçar e potenciar esta dinâmica ao longo do próximo triénio, proporcionando experiências verdadeiramente memoráveis a um público que é cada vez mais alargado, diversificado, mas também mais exigente e conhecedor.

A música continuará a ser uma das fortes apostas da oferta de 2019, ainda que a prioridade seja, tal como em 2018, reforçar a área do desporto, particularmente ao nível dos programas de desporto informal ao ar livre, cuja procura é cada vez maior.



3.4 EVENTOS

Manter uma oferta constante e variada ao longo de todo o ano, combatendo a sazonalidade e reforçando as iniciativas de sucesso, mas também atraindo novas realizações aptas a manter um grau de inovação adequado a uma cidade que se quer viva e convidativa, serão objetivos a cumprir em 2019.

Iniciativas como as Festas de São João do Porto, as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Programa de Arte Urbana do Porto, o Dia Nacional dos Centros Históricos, a Exposição de Camélias Porto, a Festa da Criança, o Trengo – Festival de Circo, o Porto Beer Fest, o Cinema Fora do Sítio, o Porto Busker Fest, o programa Verão é no Porto, a Feira do Livro do Porto, o Natal e a Passagem de Ano, entre outras, integrarão o calendário de eventos da PortoLazer durante o ano de 2019.

Como habitualmente, a música voltará a ser uma forte aposta no programa de atividades da PortoLazer, com a realização de novas edições do NOS Primavera Sound, Porto Blues Fest, Elétrico Porto Music Experience ou PortaJazz ao Relento, a par de novos ciclos dos Concertos na Avenida.

Em 2019, e em linha com os últimos anos, é também objetivo da PortoLazer garantir a organização de um evento desportivo de dimensão nacional e internacional.

Na área desportiva, continuará a ser dado destaque à promoção de hábitos de vida saudáveis, conciliando a prática desportiva informal com a prática desportiva de competição, incluindo a vertente dos desportos de praia, numa clara estratégia de captação de novos públicos e praticantes pela proposta de atividades para todos os segmentos e escalões etários da população.

Desenvolver uma maior relação de interdependência entre os eventos desportivos e o tecido associativo local é um objetivo que se manterá atual em 2019, promovendo eventos de continuidade que potenciem o gosto pela prática desportiva e a consequente procura por clubes e entidades desportivas da cidade.

O projeto de desportos de praia, no vulgarmente designado "Estádio de Praia", receberá em 2019 a maioria dos circuitos regionais e nacionais das modalidades com esta vertente, incluindo eventos internacionais de relevo.

Numa fase seguinte, incluída no programa "Porto em Forma", serão os mesmos públicos convidados a aproximarem-se da vertente formal destes desportos, através da realização descentralizada e inesperada de eventos e torneios em praças e espaços inusitados da cidade. Locais onde os clubes possam mostrar o seu trabalho e concluir uma estratégia de novos praticantes e públicos em práticas clássicas.

Em 2018, registou-se um forte acréscimo modalidades desportivas programadas, nomeadamente as decorrentes da gestão do Parque Desportivo de Ramalde pela PortoLazer, como sejam o *rugby* e as disciplinas técnicas do atletismo de pista. Juntamente com os clubes locais e as respetivas federações, pretende-se dar seguimento a este trabalho, trazendo novos públicos e novas práticas aos recintos desportivos da cidade.

3.5 PROJETOS ÂNCORA

Os pontos altos da oferta de eventos na cidade coincidirão com as Festas de São João do Porto, no mês de junho, com o programa "Verão é no Porto", durante os meses de julho, agosto e setembro, e com o Natal e Passagem de Ano, em dezembro.



3.6 PROJETOS ESPECIAIS

Dando continuidade à estratégia adotada nos últimos anos, é intenção da PortoLazer apoiar a organização de um grande evento desportivo na cidade durante o ano de 2019. Pretende-se que este seja um evento marcante na agenda da cidade e com significativo impacto na economia local, ajudando a promover nacional e internacionalmente a marca e o destino Porto.

Mundialmente, o Porto é reconhecido por ser palco de grandes eventos mediáticos na área desportiva, sejam eles no ar, no rio ou mar e em terra. Este posicionamento, fruto da qualidade das organizações de excelência, reconhecida pelos organismos internacionais recebidos na cidade, conseguem deixar em alta a expectativa de todos quantos habitam a cidade e procuram o Porto para estes momentos de elevadíssima qualidade.

3.7 PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

Reforçar a prática desportiva informal, aproveitando os parques, jardins e as praias da cidade para atividades totalmente gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado em 2018, e que pretendemos perseguir consistentemente ao longo deste próximo triénio.

Em 2018, o projeto “Dias com Energia”, que oferece gratuitamente atividades de desporto e lazer, informal e de acesso livre, cresceu de dois para dez locais, numa clara aposta nos parceiros desportivos da cidade que realizaram, durante os fins de semana de julho a setembro, atividades para todos quantos desejavam e careciam de ocupação de lazer informal, fora dos espaços formais e em relação de proximidade.

Estas atividades procuraram novos conceitos de fruição, do yoga ao taichi, do pilates à capoeira ou meditação, entre outras. Em 2019 prevê-se a continuidade do conceito, abordando novas disciplinas e locais, ajustando a oferta à procura, descentralizando a atitude de decisão de prática e de escolha do local.

Neste contexto, há a realçar um novo espaço de aposta, nesta e noutras vertentes, pelo seu potencial de futuro, o Parque Oriental do Porto, intervencionado em 2018. Ali estão já em curso programas como “Porto Antistress”, ações do “Dias com Energia” ou mesmo a realização de eventos nacionais e internacionais de Orientação Desportiva (vertente urbana).

O projeto “Baixa em Forma”, o qual traz ao centro da cidade eventos dedicados aos desportos clássicos, será também ele descentralizado. Pretende-se não só retirar pressão à zona da Baixa, como também chegar a cada vez mais cidadãos e praticantes de desportos formais, intensificando a relação com o meio associativo e os seus agentes e, por consequência, entre os jovens e os clubes.

Ao nível do associativismo, pretende-se que os programas de apoio à formação de dirigentes passem a encerrar uma nova forma de entender a gestão do desporto na cidade.

Em 2019, é igualmente nossa intenção sustentar estratégias de comunhão entre os idosos e os “mais jovens”, nomeadamente, através do programa “No Porto a Vida é Longa”, que possibilita a prática desportiva orientada e organizada nas mais diversas modalidades, a preços reduzidos, junto da população sénior.

À semelhança do “Dias com Energia”, pretende-se expandir o raio de ação do programa “No Porto a Vida é Longa”, programando atividades de convívio e jogo como meio de inclusão e aproximação geracional.

Pretende-se igualmente fomentar e consolidar uma nova relação dos cidadãos com o espaço público, valorizando a sua vivência e apropriação pelos portuenses, designadamente, pela prática de atividade física e de lazer, assim como outras que possam contribuir para uma efetiva melhoria da sua qualidade de vida.

Entendemos que o desporto informal deve preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se assim como uma alternativa sazonal aos equipamentos desportivos tradicionais, vulgo, *indoors*.

O objetivo é, não só, reduzir as assimetrias territoriais como também acompanhar as novas tendências desportivas e a crescente procura destes programas pela generalidade da população.

OK
M
AL

Em paralelo, pretende-se também lançar as bases para uma rede de animação e lazer ao longo da costa marítima do Porto, com atividades de animação desportiva, nomeadamente com modalidades menos convencionais, como sejam o yoga, a meditação, os jogos desportivos infantis, entre outros. Estas atividades, conciliadas com o conceito do programa “Dias com Energia”, pretendem ser a âncora do verão na cidade, porquanto concertam os interesses da família que, cada vez mais por opção, escolhem ficar na cidade para férias.

3.8 INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS

O Porto dispõe de diversas instalações desportivas municipais que têm vindo a ser modernizadas nos últimos anos com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura registada. Identificar e intervir em infraestruturas degradadas, como aconteceu no Parque Desportivo de Ramalde, foi um dos caminhos encontrados para se conseguir alargar o parque desportivo da cidade, tal como a partilha dos recursos existentes, como sucedeu, por exemplo, com o Campo da FADEUP. Num caso e noutro, o objetivo foi cumprido.

De qualquer forma, mantém-se o objetivo de continuar a dotar a cidade de um conjunto cada vez mais alargado de infraestruturas desportivas.

No caso das instalações diretamente geridas pela PortoLazer, o objetivo é colocar estes equipamentos municipais ao serviço de todos os portuenses, salvaguardando devidamente a sua correta utilização, potenciando a sua ocupação e ajustando-os constantemente ao desafio das novas práticas e do próprio mercado. Nesse contexto, as medidas previstas para 2019 são:

1. Maximização operacional do Parque Desportivo de Ramalde, capacitando-o de novas valências e novos espaços;
2. Implementação de medidas de melhora do Desempenho Energético-Ambiental na Rede Municipal de Piscinas;
3. Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
4. Participar, direta ou indiretamente, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
5. Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos dos seus atletas, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional;
6. Criar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas às áreas de lazer e animação cultural e valorizar a sua atividade enquanto elementos ativos no suporte do desenvolvimento da cidade e no bem-estar dos cidadãos;
7. Monitorizar constantemente a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta relacionada com as infraestruturas sob gestão da PortoLazer, auscultando constantemente o estado do mercado da oferta desportiva em que se integra a oferta desportiva municipal, e gerando soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e longo prazo;
8. Organizar, atualizar e disponibilizar o Atlas Desportivo da cidade do Porto, enumerando a atual oferta desportiva da cidade e garantindo uma base para análise e deteção de novas oportunidades de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população;
9. Potenciar a rede de parceiros da PortoLazer para a dinamização comercial das suas infraestruturas desportivas.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais programas específicos de desenvolvimento, atracão e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades (natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras).




Rede Municipal de Grandes Campos

A PortoLazer tem atualmente sob sua gestão cinco complexos desportivos vocacionados para desportos ao ar livre (REMUPE): o Parque Desportivo de Ramalde, o Campo Sintético do Viso, o Campo Futebol de Camninhã, Polidesportivo dos Choupos e Campo da FADEUP.

Rede Municipal de Pavilhões

A Rede Municipal de Pavilhões (REMUPA) é constituída, à data, por sete Pavilhões Polidesportivos, sendo que seis destes estão integrados em escolas públicas, designadamente: Pêro Vaz de Caminha, Nicolau Nasoni, Fontes Pereira de Melo, Irene Lisboa, Viso e Leonardo Coimbra. Estes pavilhões são explorados pela PortoLazer no horário semanal pós-letivo, bem como ao fim de semana, feriados e férias escolares. Para além destes, a PortoLazer tem ainda a gestão do Pavilhão Municipal do Lagarteiro.

Rede Municipal de Piscinas

A Rede Municipal de Piscinas (REMUPI) da cidade do Porto é composta por três piscinas: Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel.

3.9 REDE DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS

A PortoLazer tem atualmente sob sua gestão e exploração três parques de estacionamento municipais, já que ao parque do Silo Auto, sob gestão desta empresa municipal desde julho de 2014, se juntaram também, desde junho de 2018, os parques de estacionamento dos Poveiros e dos Jardins do Palácio de Cristal.

Embora com diferentes especificidades, até pela sua dimensão, arquitetura e localização, pretende-se que a gestão destes parques seja feita de uma forma coerente e integrada com todo o universo municipal de parques.

Foi, aliás, nesse pressuposto que a Câmara do Porto introduziu em maio deste ano um novo preçário de rotação, bem como, a denominada avença de comerciante nos parques dos Poveiros e dos Jardins do Palácio de Cristal.

Estas alterações visaram o equilíbrio da oferta e da procura para o estacionamento de rotação, beneficiando, em todos os casos, as avenças de moradores e comerciantes, que passaram a ter nos parques municipais soluções de estacionamento permanente a preços mais acessíveis.

O objetivo foi garantir uma uniformização de preços nos parques sob gestão municipal, potenciando, assim, uma política integrada de mobilidade, quer ao nível do estacionamento à superfície, quer ao nível do estacionamento nos referidos parques.

No seguimento desta medida, a 5 de junho de 2018, a PortoLazer passou a assegurar a gestão dos parques de estacionamento dos Poveiros e dos Jardins do Palácio de Cristal. Dadas as características e particularidades dos parques em questão, o desafio afigura-se extremamente interessante.

Nesse sentido, e após o reconhecimento das diversas dinâmicas dos espaços, das suas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, iniciámos o desenho daquilo que pretendemos e temos como definidor e essencial para que estas estruturas sejam a continuação da missão e da visão da PortoLazer para cidade. Assim, como objetivos de curto prazo, foram definidas as seguintes linhas orientadoras:

- Dotar os parques de dinâmicas integradas, que abarquem não apenas os produtos mas também o seu funcionamento global através da uniformização de ofertas, permitindo a utilização em rede, através da criação do "cliente global";
- Otimizar modelos de funcionamento e gestão potenciadores de sinergias e ganhos efetivos, não apenas derivados da gestão dos recursos internos como dos externos;
- Potenciar o desenvolvimento técnico e funcional através de equipamentos de parque inteligentes e interativos que permitam uma rápida e eficaz utilização, não apenas por parte do utilizador mas também no apoio à gestão por parte dos colaboradores da PortoLazer.

ex
mg
AM

A criação de serviços acessórios de apoio ao cliente, como por exemplo, serviços de lavagem ecológica, informação virtual, turística e de serviços, através da colocação de postos virtuais interativos, que aproximam e auxiliam os utilizadores dos parques na leitura das dinâmicas de uma cidade que se pretende cada vez mais moderna, agregadora e com uma mobilidade sustentada, são também objetivos concretizáveis e potenciadores da qualidade de utilização da rede de parques de estacionamento sob gestão da Portolazer.

3.10 OUTROS EQUIPAMENTOS

Queimódromo

O Queimódromo encontra-se totalmente renovado em virtude das obras de requalificação realizadas durante o ano de 2017, as quais promoveram a recuperação do pavimento, asfaltagem da pista, reparação da instalação elétrica, substituição e reparação da vedação de segurança, apresentando-se hoje em perfeitas condições, de ordem técnica e logística, para receber os mais diversos tipos de eventos para o qual está habilitado. Nesse sentido, o espaço tem vindo a afirmar-se como referência e centralidade para a receção de grandes eventos, dos quais destacamos o Portugal Fashion, a Queima das Fitas do Porto, o NOS Primavera Sound e a Festa Continente.

Pavilhão Rosa Mota

Como é do conhecimento público, o Pavilhão Rosa Mota está a ser reabilitado por um consórcio privado em resultado de um concurso público internacional lançado pela Câmara Municipal do Porto (a este respeito *vide* 2.2. d)).

 17 

4. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

4.1 PLANO DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO PARA O ANO DE 2019

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para 2019 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob nossa gestão (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas e as plataformas), visando o melhor funcionamento das mesmas, um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores. Adicionalmente prevê-se o reforço dos meios afetos às atividades de suporte e operacionais da PortoLazer.

Do plano de investimento previsto para 2019, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho.

Apresentamos de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2019:

INVESTIMENTO	ESTRUTURA DE APOIO	INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	PLATAFORMAS	COMUNICAÇÃO	PROJETOS	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis	47.500	116.000	140.000	4.000	64.600	372.100
Ativos Intangíveis	1.500	-	-	-	-	1.500
TOTAL	49.000	116.000	140.000	4.000	64.600	373.600

Valores em euros

Para a realização do investimento proposto, pretendemos utilizar as seguintes fontes de financiamento:

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO 2019	
Autofinanciamento	373.600
TOTAL	373.600

Valores em euros

ex
M
AA

4.2 PLANO DE CAPITAL HUMANO PARA O ANO DE 2019

O Capital Humano assume um papel de vital importância para o cumprimento da missão e objetivos estratégicos da PortoLazer.

Em 2019 dar-se-á continuidade ao ciclo iniciado em 2018, no qual se procedeu à reestruturação interna e orgânica da empresa, com vista a uma melhor adequação da mesma à política definida pelo acionista, sempre visando a melhoria da eficácia e eficiência bem como adequação da estrutura à missão definida e novos desafios apresentados à empresa.

Em 2019 será dado enfoque à maturação e consolidação da nova estrutura de capital humano.

No decorrer do ano irá continuar o processo de melhoria contínua da performance organizacional da empresa.

4.2.1 Estrutura previsional

A PortoLazer apresentará uma média previsional anual de 135 colaboradores para o ano de 2019, segundo os seguintes vínculos contratuais previstos:

VÍNCULO	
Quadro	101
Cedência de Interesse Público	11
Contrato a Termo Certo	20
TOTAL	135

Não estão incluídos nos valores apresentados no quadro anterior os três membros do Conselho de Administração, sendo que respeitando o enquadramento vigente para o setor empresarial local, dois são remunerados pela empresa municipal como Administradores Executivos.

4.2.2 Gastos

Em conformidade com as alterações já introduzidas em 2018, estão considerados os respetivos aumentos salariais decorrentes dos reposicionamentos remuneratórios e alterações de funções, bem como o aumento previsto da remuneração mínima garantida em conformidade com o Orçamento de Estado exoetável para 2019.

Os valores considerados em termos de custos são globais.

Este ponto encontra-se desenvolvido no capítulo 4.4.2.

4.2.3 Desenvolvimento pessoal

Consciente de que o êxito da gestão das pessoas depende também do modo como o mérito é reconhecido, a PortoLazer procederá à implementação do sistema de avaliação de desempenho de forma a consolidar as reestruturações orgânicas implementadas ao longo de 2018.

Aplicável à totalidade dos colaboradores, o programa assentará num sistema de gestão por objetivos e competências que permite, para além de avaliar o desempenho e o contributo de cada colaborador para os resultados da sua área, clarificar os comportamentos individuais desejados e identificar pontos fortes a desenvolver.

O segundo pilar do desenvolvimento pessoal assenta na formação.

Da interligação destes processos pretende-se que haja um forte envolvimento e mobilização dos colaboradores, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos para a organização como um todo.

4.3 PLANO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2019

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS		2019
Resultados		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		473.246
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		179.310
Resultado líquido do período		51.276
Rendimentos		
Vendas e serviços prestados		5.434.770
Subsídios à exploração		4.348.804
Outros rendimentos		83.529
Gastos		
Gastos com o pessoal		3.246.853
Fornecimentos e serviços externos		5.829.823
Depreciações e amortizações do período		293.936
Balanço		
Total do ativo		6.350.031
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis		2.448.661
Total do passivo		3.527.856
Total do capital próprio		2.822.175
Fluxos de tesouraria		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		389.852
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-443.413
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-
Indicadores		
Liquidez geral ((Ativo corrente - diferimentos ativos) / (Passivo corrente-diferimentos passivos))		150%
Autonomia financeira (Total do capital próprio / Total do ativo)		44%
Cobertura do ativo não corrente ((Total do capital próprio + provisões) / (Ativo não corrente))		151%

Valores em euros

O Resultado Operacional Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos estimado para 2019 ascende a 473.246 euros.

Decorrente do efeito das depreciações e amortizações no valor de 293.936 euros e da estimativa de IRC no montante de 128.034 euros, o Resultado Líquido previsional para 2019 é positivo em 51.276 euros.

Mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Capital Próprio ascenderá a 2.822.175 euros, equivalente a 128,3% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2019 demonstram que a PortoLazer apresenta boas condições financeiras no que respeita à sua continuidade.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL	2019
Rendimentos e gastos	
Vendas e serviços prestados	5.434.770
Subsídios à exploração	4.348.804
Fornecimentos e serviços externos	-5.829.823
Gastos com o pessoal	-3.246.853
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-272.293
Provisões (aumentos/reduções)	-23.531
Outros rendimentos	83.529
Outros gastos	-21.357
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	473.246
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-293.936
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	179.310
Resultado antes de impostos	179.310
Imposto sobre o rendimento do período	-128.034
Resultado líquido do período	51.276

Valores em euros

4.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2019 é de 9.867.102 euros, repartido pelas áreas de **Gestão de Infraestruturas, Plataformas, Projetos e Estrutura de Apoio**.

RENDIMENTOS TOTAIS	9.867.102
Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas	2.175.010
Inscrições / Anuidades	60.000
Aulas diversas modalidades	250.000
Utilização REMUPI	100.000
Utilização de Espaços (líquido de descontos e abatimentos)	1.765.010
Prestação de Serviços na Área de Projetos	969.000
Patrocínios	721.500
Inscrições / Anuidades	75.000
Concessão de espaços em eventos	172.500
Prestação de Serviços ao Município do Porto	2.290.760
Projetos recreativos, culturais e desportivos	2.012.940
Serviços de assistência técnica aos teatros	181.750
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	34.900
Serviços de Estacionamento	61.170
Subsídios à Exploração	4.348.803
Município do Porto	3.711.303
Outras Entidades	637.500
Outros Rendimentos	83.529
Cedência de Espaços	36.745
Rendas	3.912
Subsídio ao Investimento	17.872
Almoços Campos de Férias/Missão Verão	25.000

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela PortoLazer decorrentes da sua atividade:

→ Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da PortoLazer, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas. Agregam igualmente os rendimentos associados à utilização do Queimódromo, do Silo Auto, do Parque dos Poveiros e do Parque dos Jardins do Palácio de Cristal. O valor destes rendimentos representa cerca de 22% dos rendimentos totais da PortoLazer estimados para o exercício de 2019.

→ **Prestação de Serviços na Área de Projetos**

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos organizados pela PortoLazer, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 10% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2019.

→ **Prestação de Serviços ao Município do Porto**

Os rendimentos decorrentes de espetáculos e outros divertimentos públicos, atividades de caráter desportivo de frequência anual ou periódica, eventos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EBI da cidade do Porto, da prestação de serviços de estacionamento e da prestação de serviços de assistência técnica aos teatros. Relativamente ao exercício de 2019, espera-se que estes rendimentos reoresentem cerca de 23% dos rendimentos totais da PortoLazer.

→ **Subsídios à Exploração**

Nas subvenções consideradas para 2019, que se preveem ascender a 4.348.803 euros, estão incluídas as verbas atribuídas pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas e para a estrutura de apoio, no montante global de 3.711.303 euros. Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária, num montante estimado de 637.500 euros, destinada a projetos de natureza cultural/patrimonial, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo do POSEUR ao longo de 2019.

→ **Outros Rendimentos**

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela PortoLazer por entidades terceiras. Cumpre ainda destacar a imputação da proporção de subsídio ao investimento associado às depreciações de investimentos em ativos fixos tangíveis subsidiados em exercícios passados, em função da taxa de subsídio obtida em cada momento.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

er
23
ML

4.4.2 Gastos

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, os quais são necessários ao normal funcionamento da PortoLazer.

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2019
Trabalhos especializados	2.809.934
Publicidade e propaganda	178.516
Vigilância e segurança	364.561
Honorários	257.971
Conservação e reparação	441.854
Serviços bancários	29.144
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21.805
Material de escritório	23.702
Eletricidade	326.594
Combustíveis	30.401
Água	44.641
Gás	128.829
Deslocações e estadas	23.862
Rendas e alugueres	809.160
Comunicação	21.400
Seguros	50.898
Contencioso e notariado	5.864
Limpeza, higiene e conforto	5.580
Outros serviços	255.107
TOTAL	5.829.823

Valores em euros

→ Trabalhos especializados e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 62% do total), e referem-se essencialmente à contratação de serviços para a organização dos projetos e aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos.

→ Conservação e reparação

A este respeito, cumpre destacar a aposta da PortoLazer em intervir nas infraestruturas desportivas e plataformas sob a sua gestão ao nível da conservação e reparação, com o intuito de, não só, qualificar os serviços/utilizadores das mesmas, bem como, melhorar o seu nível de controlo. A verba considerada para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela PortoLazer, a qual ascende a 441.854 euros, respeita apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais, visam assegurar o seu correto funcionamento.

→ Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2019 representem cerca de 9% do total dos gastos com FSE da PortoLazer.

→ **Seguros**

Esta rubrica inclui os gastos estimados com o seguro de multiriscos associado aos equipamentos sob a gestão da PortoLazer, o seguro de acidentes pessoais relativo aos utentes dos equipamentos e aos participantes em eventos, o seguro de responsabilidade civil relativo a eventos, bem como os seguros com as viaturas utilizadas na esfera da PortoLazer. O valor estimado para os gastos com seguros para 2019 ascende a 50.898 euros.

→ **Publicidade e propaganda**

Os gastos com a rubrica da publicidade e propaganda visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da PortoLazer. Estimase que em 2019 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 3% do total dos FSE.

→ **Vigilância e segurança**

Os gastos com vigilância e segurança respeitam essencialmente aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas e na sede.

→ **Outros serviços**

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a gastos com saneamento e resíduos relacionados com o consumo de água, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2019
Remunerações dos órgãos sociais	98.982
Remunerações do pessoal	2.085.746
Encargos sobre remunerações	512.949
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	37.752
Gastos de ação social	3.240
Outros gastos com o pessoal	115.001
Custos c/ pessoal duodécimos (subsídios incluindo encargos patronais)	393.183
TOTAL	3.246.853

Valores em euros

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 0%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data;
- Valor anual para formação: 40.000 euros; e.
- Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise com base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, com vestuário apropriado ao desempenho das funções, seguro de saúde e segurança e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2018 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 3.246.853 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 34% do total de custos orçamentados.

ex 25


Depreciações

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

TAXAS DE DEPRECIÇÃO	2019
Ativos intangíveis	33,33%
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	5% - 16,66%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	10% - 33,33%
Bens de valor reduzido	100%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2019, ascende a 293.936 euros.

Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A PortoLazer está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,5% para o ano de 2019, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2019, estimou-se um IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 61.702 euros. Adicionalmente, o imposto sobre o rendimento do período inclui 66.332 euros relativo à reversão de impostos diferidos conexos com provisões.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da PortoLazer com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela PortoLazer a este respeito.

Assim, no que respeita à elaboração do presente orçamento considera-se:

- (i) O subsídio à exploração recebido do Município é considerado um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- (ii) As prestações de serviços na área dos projetos recreativos, culturais e desportivos, das atividades de enriquecimento curricular, dos serviços de estacionamento e dos serviços de assistência técnica aos teatros são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- (iii) O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento da estrutura de apoio da PortoLazer é o ProRata.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	6.797.495
Pagamentos a fornecedores	-7.145.182
Pagamentos ao pessoal (a)	-3.180.534
Caixa gerada pelas operações	-3.528.221
— Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-113.563
Outros recebimentos/pagamentos (b)	4.031.636
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	389.852
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-438.798
Ativos intangíveis	-1.845
Investimentos financeiros	-2.770
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-443.413
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	0
Variação de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]	-53.561
Efeito das diferenças de câmbio	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.019.713
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.966.152

Notas:

(a) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal;

(b) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2019, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 389.852 euros nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 30 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 15 dias.

Em 2019 perspectiva-se que os outros recebimentos e pagamentos ascendam a 4.031.636 euros, nos quais se incluem subsídios à exploração de 4.348.803 euros. Por sua vez os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores ascenderão a 6.797.495 euros e 7.145.182 euros, respetivamente.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 443.413 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios da PortoLazer.



4.6 BALANÇO PREVISIONAL

RUBRICAS	2019
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	1.374.179
Ativos intangíveis	1.074.482
Outros investimentos financeiros	9.648
Ativos por impostos diferidos	130.392
	<u>2.588.701</u>
Ativo corrente	
Inventários	9.702
Clientes	533.690
Estado e outros entes públicos	906.974
Outros créditos a receber	296.992
Diferimentos	47.820
Caixa e depósitos bancários	1.966.152
	<u>3.761.330</u>
Total do ativo	<u>6.350.031</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital subscrito	2.200.000
Reservas legais	44.449
Resultados transitados	514.695
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	11.755
	<u>2.770.899</u>
Resultado líquido do período	51.276
Total do capital próprio	<u>2.822.175</u>
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	896.974
Outras dívidas a pagar	99.413
	<u>996.387</u>
Passivo corrente	
Fornecedores	293.269
Estado e outros entes públicos	153.573
Outras dívidas a pagar	1.999.812
Diferimentos	84.815
	<u>2.531.469</u>
Total do passivo	<u>3.527.856</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>6.350.031</u>

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2019, o balanço previsional da PortoLazer em 31 de dezembro de 2019 totaliza 6.350.031 euros, sendo que cerca de 44% respeita a Capital Próprio.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

→ **Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Esta rubrica inclui o saldo em 31 de dezembro de 2018, os investimentos que se perspectivam realizar em 2019 no montante de 373.600 euros, e estão deduzidos das depreciações e amortizações estimadas para 2019 no montante de 293.936 euros.

→ **Ativos por impostos diferidos**

Esta rubrica apresenta o montante de 130.392 euros, que se reporta a 31 de dezembro de 2018, referente ao imposto diferido respeitante a provisões e aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente (diferenças temporárias), e cuja reversão se espera que venha a afetar a base fiscal.

→ **Capital próprio**

O capital próprio previsto para 31.12.2019, no montante de 2.822.175 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2019, no montante de 51.276 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 559.144 euros.

Nos ajustamentos/outras variações do capital próprio, no montante de 11.755 euros, encontram-se relevados os subsídios não reembolsáveis, relacionados com o investimento em ativos fixos tangíveis depreciáveis, a reconhecer em exercícios futuros em função das depreciações dos bens objeto de apoio, líquido dos impostos conexos.

→ **Provisões**

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 896.974 euros, relativo essencialmente a processos fiscais e judiciais em curso, conforme referido no ponto 2.1 "Contingências fiscais e de contencioso".

→ **Outras dívidas a pagar**

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2020 e respetivos encargos, dívidas a fornecedores de investimento e outros gastos com projetos, no montante de 1.999.812 euros¹.

→ **Compromissos financeiros não incluídos no balanço**

Mantém-se ativa uma garantia bancária prestada para cessar os efeitos do processo de execução fiscal de Imposto sobre Transmissão de Imóveis, no montante de 618.267 euros, conforme referido no ponto 2.1 "Contingências fiscais e de contencioso".

¹ De notar que o valor apresentado inclui o montante de 802.575 euros de dívida ao Município relativo ao processo do IVA referente ao período de tributação de 2012, descrito anteriormente.

4.7 PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO 2019/2021

INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO

	2019	2020	2021	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis				
Infraestruturas desportivas	116.000	60.000	60.000	236.000
Plataformas	140.000	10.000	10.000	160.000
Estrutura de apoio	47.500	25.000	25.000	97.500
Comunicação	4.000	10.000	10.000	24.000
Produção	64.600	15.000	15.000	94.600
Ativos Intangíveis				
Estrutura de apoio	1.500	10.000	10.000	21.500
TOTAL	373.600	130.000	130.000	633.600

Valores em euros

Para 2020 e 2021, pretende-se dar continuidade à estratégia de investimento delineada para 2019.

O investimento a realizar totaliza 130.000 euros em 2020 e igual valor em 2021, integralmente financiados por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o triénio, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.

OK
A 10

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS**RESULTADOS**

Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
 Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)
 Resultado líquido do período

RENDIMENTOS

Vendas e serviços prestados
 Subsídios à exploração
 Outros rendimentos

GASTOS

Gastos com o pessoal
 Fornecimentos e serviços externos
 Depreciações e amortizações do período

BALANÇO

Total do ativo
 Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
 Total do passivo
 Total do capital próprio

FLUXOS DE TESOURARIA

Fluxos de caixa das atividades operacionais
 Fluxos de caixa das atividades de investimento
 Fluxos de caixa das atividades de financiamento

INDICADORES

Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)
Autonomia financeira
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)

	2019	2020	2021
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	473.246	395.556	365.768
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	179.310	71.085	89.221
Resultado líquido do período	51.276	33.734	47.789
Vendas e serviços prestados	5.434.770	5.305.585	5.372.947
Subsídios à exploração	4.348.804	4.071.303	4.000.053
Outros rendimentos	83.529	313.642	314.575
Gastos com o pessoal	3.246.853	3.246.853	3.246.853
Fornecimentos e serviços externos	5.829.823	5.730.940	5.757.773
Depreciações e amortizações do período	293.936	324.472	276.547
Total do ativo	6.350.031	6.357.708	6.426.731
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.448.661	2.257.737	2.114.739
Total do passivo	3.527.856	3.507.224	3.533.883
Total do capital próprio	2.822.175	2.850.484	2.892.848
Fluxos de caixa das atividades operacionais	389.852	407.982	260.063
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-443.413	-172.778	-162.575
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)	150%	249%	270%
Autonomia financeira	44%	45%	45%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)	151%	166%	180%

Valores em euros

Para o triénio em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da PortoLazer no triénio.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base o exercício de orçamentação para o período de 2019 a 2021, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período:

	2019	2020	2021
ART. 35.º do CSC (CAPITAL PRÓPRIO < 50% CAPITAL SOCIAL)	128%	130%	131%
(VENDAS + PREST. SERVIÇOS) / GASTOS TOTAIS < 50%	56%	55%	56%
SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO / TOTAL RECEITAS > 50%	44%	42%	41%
EBITDA < 0	473.246	395.556	365.768
RESULTADO LÍQUIDO < 0	51.276	33.734	47.789

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a PortoLazer, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo.

4.8 FUNDAMENTAÇÃO DAS VERBAS INSCRITAS NO CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2019

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à PortoLazer, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento da Estrutura de Apoio e da Gestão das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2019, a PortoLazer pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

CONTRATO PROGRAMA (SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO)	VALORES EM EUROS
Subsídio à exploração - Estrutura de apoio ⁽¹⁾	1.688.564
Subsídio à exploração - Infraestruturas desportivas ⁽²⁾	2.022.739
TOTAL	3.711.303

⁽¹⁾ Rendimento não sujeito a IVA

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

4.9 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DO PORTO COM A ORGANIZAÇÃO DE PROJETOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2019

No ano de 2019, a PortoLazer irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos recreativos, culturais e desportivos, no montante de 2.012.940 euros.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Prestação serviços projetos ⁽¹⁾	2.012.940	2.475.916
TOTAL	2.012.940	2.475.916

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

4.10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO DE 2019

Esta verba respeita aos serviços de coordenação das AEC disponibilizados pela PortoLazer, à organização da festa do sarau de encerramento e ao fee de gestão e utilização dos equipamentos desportivos.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AEC'S	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Coordenação ⁽¹⁾	5.900	7.257
Festa de encerramento ⁽²⁾	5.000	6.150
Fee de gestão e utilização dos equipamento desportivos ⁽³⁾	24.000	29.520
TOTAL	34.900	42.927

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

4.11 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO PARA O ANO DE 2019

Esta verba respeita aos serviços de estacionamento disponibilizados ao Município.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Prestação de serviços de estacionamento ⁽¹⁾	61.170	75.239
TOTAL	61.170	75.239

⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA

4.12 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS TEATROS PARA O ANO DE 2019

Esta verba respeita aos serviços de assistência técnica aos teatros.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASS. TÉCNICA AOS TEATROS	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Prestação de serviços de assistência técnica aos teatros ⁽²⁾	181.750	223.553
TOTAL	181.750	223.553

⁽²⁾ Rendimento sujeito a IVA

 ³³  

4.13 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2018 VS. 2019 DO MUNICÍPIO DO PORTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ORÇAMENTO 2018		ORÇAMENTO 2019	
	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Prestação de serviços projetos ⁽¹⁾	2.012.940	2.475.916	2.012.940	2.475.916
Subtotal	2.012.940	2.475.916	2.012.940	2.475.916
CONTRATO PROGRAMA (Subsídio à exploração)				
Subsídio à exploração - estrutura de apoio ⁽²⁾	1.686.432	1.686.432	1.688.564	1.688.564
Subsídio à exploração - infraestruturas desportivas ⁽³⁾	1.250.889	1.250.889	2.022.739	2.022.739
Subtotal	2.937.321	2.937.321	3.711.303	3.711.303
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS AEC				
Prestação de serviços das AEC ⁽¹⁾	34.900	42.927	34.900	42.927
Subtotal	34.900	42.927	34.900	42.927
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO				
Prestação de serviços de estacionamento ⁽¹⁾	147.601	181.549	61.171	75.239
Subtotal	147.601	181.549	61.171	75.239
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS TEATROS				
Prestação de serviços de ass. técnica aos teatros ^{(1), (3)}	156.196	192.121	181.750	223.553
Subtotal	156.196	192.121	181.750	223.553
TOTAL	5.288.958	5.829.834	6.002.064	6.528.938

⁽¹⁾ Valores sujeitos a IVA

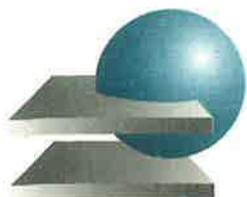
⁽²⁾ Valores não sujeitos a IVA

⁽³⁾ Contrato celebrado a setembro de 2018

Handwritten signature and initials, possibly 'AN' and 'ANL'.

5. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

[Handwritten signature]



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto procedemos ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da CMPL – PortoLazer – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM (a Entidade ou PortoLazer) relativos ao período de 2019 a 2021, que compreendem os Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, o Orçamento anual de investimentos, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2 dos IGP.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

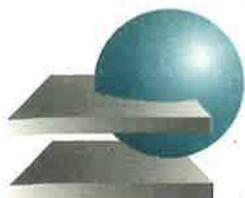
Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



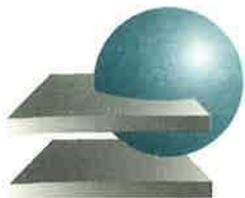
JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamámos a atenção para as situações seguintes:

- a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2018. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estimados e incluídos nos capitais próprios, poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme nota informativa do Município do Porto de 19 de setembro de 2018.
- b) De acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, a PortoLazer, está obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 1 de janeiro de 2017, na qualidade de entidade pública reclassificada. Após sucessivas prorrogações da entrada em vigor do SNC-AP, o mesmo é aplicável ao subsetor da Administração Local a partir de 1 de janeiro de 2019. De acordo com a norma transitória do SNC-AP a adoção obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da PortoLazer, porquanto que os ativos sob gestão da Empresa são propriedade do Município do Porto, sendo também este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC-AP.
- c) Em 2016, a PortoLazer apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 803.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido e a PortoLazer apresentado a competente impugnação judicial, aguardando-se o desenvolvimento do processo. Consequentemente, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 803.000 euros e um passivo relacionado com as



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

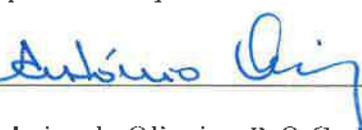
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

regularizações efetuadas de igual montante. Assim, a recuperabilidade do ativo depende de decisões judiciais favoráveis à PortoLazer ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com a Câmara Municipal do Porto, caso as decisões sejam desfavoráveis, situação que poderá não originar qualquer movimento financeiro.

- d) Relativamente à requalificação do Pavilhão Rosa Mota, a PortoLazer investiu aproximadamente 1.070.000 euros até à presente data. Em 2014 foi celebrado um Contrato Programa entre o Município do Porto e a PortoLazer, o qual atribui à PortoLazer todos os poderes necessários ao cumprimento e execução deste contrato, com vista à renovação/requalificação e exploração do Pavilhão a efetuar através de um contrato de concessão, cuja concretização permitirá a integral recuperação do ativo. Concluído o concurso público internacional e após dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas, foi a obra consignada em dezembro de 2017, conforme ponto 2.2 d) dos IGP. Os instrumentos de gestão previsional em apreciação incluem rendimentos e gastos relacionados com este ativo, com início em 1 de janeiro de 2020, conforme descrito naquele ponto.
- e) Conforme referido em documentos anteriores, a PortoLazer tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

Porto, 12 de outubro de 2018

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)

Porto, 11 de outubro de 2018

O Conselho de Administração


Catarina Araújo
Presidente


Nuno Lemos
Administrador Executivo


César Nave
Administrador Executivo

